

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTU SENSU*
JAQUELINE DE CÁSSIA NAVES

**A QUESTIONÁVEL *ENERGIA* DO DESENVOLVIMENTO:
a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a
expropriação camponesa**

CATALÃO, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA *STRICTU SENSU*
JAQUELINE DE CÁSSIA NAVES

**A QUESTIONÁVEL *ENERGIA* DO DESENVOLVIMENTO:
a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a
expropriação camponesa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra Helena Angélica de Mesquita

CATALÃO, 2010

TERMO DE APROVAÇÃO**JAQUELINE DE CÁSSIA NAVES****A QUESTIONÁVEL *ENERGIA* DO DESENVOLVIMENTO: a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a expropriação camponesa**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção de título de **Mestre em Geografia**, da Universidade Federal de Goiás, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Dra Helena Angélica de Mesquita
Departamento de Geografia UFG/CAC

Dr. Márcio Henrique Pereira
Faculdade de Direito USP / Ribeirão Preto (SP)

Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Departamento de Geografia UFG/CAC

Para

Minha filha *Júlia* e meu companheiro *Daniel*
Para meus pais, *José e Aparecida Naves*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria se concretizado sem a ajuda de várias pessoas. Agradeço à todas aquelas que me ajudaram nessa empreitada e a algumas em particular:

A minha família, pela compreensão em todos os momentos que neguei estar junto a vocês devido à elaboração desta dissertação, especialmente minha pequena Júlia meu companheiro Daniel, quero agradecer pela compreensão e me desculpar pelos momentos de ausência.

Aos meus pais José e Aparecida e minhas irmãs, Janaíla e Gisele, pelo carinho amor, meu sobrinho Alexandre, meus queridos cunhados Fernando e Clayton.

A minha querida sogra Dona Carmem que me ajudou enormemente e pelos cafezinhos no meio da tarde que me refrescavam as idéias.

A minha mestra Dra Helena pelas orientações e pela Geografia com sensibilidade que a academia não ensina.

Aos membros da banca de qualificação pelas sugestões e críticas Prof.º Dr. Márcio e Prof.º Dr. Marcelo Mendonça.

Ao meu amigo Roberli, geógrafo sem querer, belas boas risadas e pela sapiência e honestidade de falar o que pensa.

As minhas amigas Kelly, Priscila, Letícia, Priscila Quirino e meu amigo José Dourado pelo apoio e por acreditarem em mim e em meu trabalho.

Meu mestre Valdivino pelos conselhos e conversas geográficas e não geográficas e por ser professor e geógrafo mais competente do que os títulos possam lhe proporcionar. Ao Prof.º Gilmar e Prof.º Paulo Kingma pelos conselhos. Prof. Laurindo Elias pela ajuda com as documentações para o trabalho, meu muito obrigada.

Ao Curso de Geografia que deu suporte aos alunos do mestrado quando precisávamos.

Aos meus companheiros do GETeM, estudantes da graduação, mestrandos e professores pelo suporte e colaboração.

O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar

O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar

E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que
dizia que o Sertão ia alagar

O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão

Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir

Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai, vai subir

Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar.

Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Pilão Arcado, Sobradinho
Adeus, Adeus ...

Sobradinho – Sá e Guarabyra

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a dinâmica dos territórios em disputa, usando como análise o conflito entre o modelo de geração de energia elétrica brasileiro, concentrado na fonte hidrelétrica e a expropriação camponesa causada pela construção de hidrelétricas no Brasil. O texto se organiza apresentando a relação entre o modelo de *desenvolvimento* adotado pelo Estado brasileiro e suas políticas direcionadas ao setor elétrico entre os anos de 1945-1990, período onde ocorrem as maiores construções de usinas hidrelétricas e se fortalece a opção pela hidroeletricidade. Desta forma, o Estado no Brasil desempenhou a função de administrador, mas também de produtor de energia naquele período. As medidas impostas aos países de capitalismo periférico no período da reestruturação do modo capitalista de produção nos anos 1980-1990 produziu inúmeras medidas de ajuste à estas economias, tais como, a desnacionalização da economia que implicou a privatização das empresas públicas e a abertura da economia ao capital internacional, agravando, assim, a dependência destas economias ao capital estrangeiro. O setor elétrico no Brasil foi um dos setores que mais se abriu à desnacionalização, como a privatização de várias unidades produtoras, estatais de geração e comercialização de energia. A falta de investimentos na potência instalada em razão da crise econômica dos anos 1980, aliado ao crescimento da demanda por energia elétrica e suscetibilidade do sistema elétrico nacional às intempéries meteorológicas o Brasil vive a crise do fornecimento de energia no ano de 2001. O Apagão de 2001 desencadeou a abertura da legislação de geração elétrica e ambiental para o setor privado, intensifica-se a participação dos autoprodutores e produtores independentes que investiram maciçamente em unidades de produção hidrelétrica privada. O setor que mais investiu no crescimento da produção de energia hidrelétrica foi o setor das indústrias eletrointensivas, interessados em conseguir energia hidrelétrica barata e privada, como as indústrias Alcoa Alumínio S.A. e Votorantim Energia. Em razão das medidas do apagão o governo autoriza a construção de novas hidrelétricas sem o devido rigor ambiental e social, resultando assim, em vários casos de irregularidades nas construções produzindo impactos socioambientais irreparáveis. A UHE Serra do Facão no município de Catalão (GO) foi uma destas usinas aprovadas pelo IBAMA, que apresentaram problemas no EIA/RIMA e no PBA, e que provocaram a expropriação camponesa e prejuízos ambientais, tal como, a mortandade de parcela da icitiofauna. O quarto capítulo apresenta-se a relação do camponês com seu território baseado na tríade indissociável da ética camponesa: família, terra e trabalho. A construção do território camponês e a territorialização do movimento de resistência contra a expropriação produzida por UHE Serra do Facão, bem como os efeitos na vida de alguns camponeses que foram desterritorializados/reterritorializados por UHE Serra do Facão.

Palavras – Chave: Usinas Hidrelétricas. Territórios em Disputa. Expropriação Camponesa

ABSTRACT

This study presents the dynamics of the disputed territories, using analysis as the conflict between the model of the Brazilian electric power generation, focused on hydroelectric power source and peasant dispossession caused by the construction of hydroelectric plants in Brazil. The text is organized by presenting the relationship between the development model adopted by the Brazilian government and its policies aimed at the electricity sector between the years 1945-1990, during which experiences the largest buildings of hydroelectric and strengthens the option for hydroelectricity. Thus, the state in Brazil has acted as administrator but as a producer of energy in this period. The measures imposed on the peripheral capitalist countries during the restructuring of the capitalist mode of production in the years 1980-1990 yielded a number of measures of fit for these economies, such as the desancionalização the economy that led to the privatization of public enterprises and opening the economy to international capital thereby aggravating the dependency of these economies to foreign capital. The electrical sector in Brazil is among the sectors that has opened for denationalization, as the privatization of several production units, state-owned generation and power trading. The lack of investment in installed capacity due to the economic crisis of the 1980s, coupled with the growing demand for electricity and the national electric system susceptibility to weather weather Brazil is experiencing a crisis of energy supply in 2001. The Blackout of 2001 triggered the opening of the law of power generation and environment for private sector participation intensifies the self-producers and independent producers who have invested heavily in production facilities hydroelectric facilities. The sector that has invested in increased production of hydroelectric power was the sector of electro-intensive industries, interested in getting cheap hydropower and private industries such as Alcoa Alumínio SA and Votorantim Energia. Because of the blackout measures the government authorizes the construction of new dams without proper environmental and social rigor, resulting in several cases of irregularities in construction producing irreparable social and environmental impacts. UHE Serra Facão in Catalão (GO) was approved without a criterion of these plants by IBAMA, resulting in this way, the peasant expropriation and environmental damage, such as the death of part of icitiofauna. The fourth chapter presents the relationship of peasant with its territory based on the inseparable triad of ethics peasant: family, land and labor. The construction of the territory and territorialization of the peasant resistance movement against expropriation produced by UHE Serra Facão and the effects on the lives of some peasants who were deterritorialized / reterritorialized by UHE Serra Facão.

Key - words: Hydroelectric Power Plants. Territories in Dispute. Expropriation Peasant

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura Nº 01: “O Melhor negócio do fim do século” 29 de Janeiro de 1995/Jornal do Brasil	59
Figura Nº02: “Sem Luz” Revista Veja de 11 de maio de 2001	61
Figura Nº03: Área de Impacto da Usina Hidrelétrica de Serra do Facão	64
Figura Nº04: Mortandade de peixes no Lago de UHE Serra do Facão	68
Figura Nº05: Mortandade de ictiofauna resultante do fechamento das comportas de UHE Serra do Facão	69
Figura Nº06: Ponte sobre o rio São Marcos GO 210 que liga os municípios de Catalão – Davinópolis (GO)	70
Figura Nº07: Destino da expansão de unidades de geração hidrelétricas entre 1950-2000	79
Figura Nº 08: Distribuição das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica do Sistema Integrado Nacional – SIN em funcionamento e licitadas no Brasil até 2007-2010	83
Figura Nº09: Distribuição das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica do Sistema Integrado Nacional – SIN em funcionamento e licitadas no Brasil até 20011-2014	85
Figura Nº10: Distribuição espacial das usinas hidrelétricas em operação e licenciadas no Brasil	88
Figura Nº11: Distribuição espacial de usinas de etanol de cana-de-açúcar em Goiás – 2008	90
Figura Nº12: Mesa representando a produção dos alimentos camponeses presentes nas comunidades camponesas atingidas	108
Figura Nº13: Ato Público contra a Construção da Barragem de UHE Serra do Facão	108
Figura Nº14: Casa camponesa na Comunidade Rancharia atingida por UHE Serra do Facão.	109
Figura Nº15: Residência camponesa na Comunidade Pires atingida por UHE Serra do Facão	111
Figura Nº16: Apropriação pelo agrohidronegócio nas áreas de Chapada no Vale do Rio São Marcos	113
Figura Nº17: Apropriação por pequenas e médias propriedades camponesas em bordas de Chapada no Vale do rio São Marcos	114
Figura Nº18: Propriedade em área de Chapada dedicada a produção de commodities –	115

Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde no município de Catalão (GO)	
Figura Nº19: Lago de UHE Serra do Facão sobre a nova Ponte dos Carapinas construída pelo Consórcio SEFAC/S.A. ligando Catalão – Davinópolis (GO)	116
Figura Nº20: Ponte dos Carapinas sobre o rio São Marcos município de Catalão (GO)	118
Figura Nº21: Construção coletiva do barracão da Festa de São Sebastião na Comunidade Anta Gorda – Catalão (GO)	119
Figura Nº22: Queima dos piquetes do lago de UHE Serra do Facão durante as festividades religiosa da Festa de São Sebastião	120
Figura Nº23: Missa Campal realizado em Ato Público contra a construção de UHE Serra do Facão na Ponte dos Carapinas	132
Figura Nº24: Participação do MAB – Serra do Facão no V Encontro Nacional de Atingidos por Barragens de 09 a 13 de junho de 2003 em Brasília (DF).	133
Figura Nº25: Ato Público contra a construção de UHE Serra do Facão em Catalão (GO).	134
Figura Nº26: Depoimentos de camponeses satisfeitos com o processo de indenização	141
Figura Nº27: Fogão de lenha em residência de Dona Divina Corinto na cidade de Catalão (GO)	145
Figura Nº27: Horta de verduras, legumes e ervas medicinais na residência de Dona Divina em Catalão (GO)	146
Figura Nº28: Galinheiro na residência de Dona Divina em Catalão (GO)	146
Figura Nº29: Flores e plantas medicinais na residência de Dona Divina em Catalão (GO)	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Construção de usinas hidrelétricas brasileiras entre 1960-1980	45
Quadro 02: Privatização das Empresas Públicas de Energia no Brasil e Participação de Capital Estrangeiro (U\$\$ milhões)	53
Quadro 03: Usinas em operação segundo destino da produção de energia - 2010	76
Quadro 04: Pequenas Centrais Hidrelétricas em operação segundo o destino de distribuição – 2010	76
Quadro 05: Investimento do PAC 2007-2010 em Infra Estrutura Energética por região	81
Quadro 06: Usinas Hidrelétricas com participação acionário da Alcoa Alumínios do Brasil S.A.	94

LISTA DE TABELA

TABELA 01 Ocupação dos biomas pelos reservatórios de UHEs em Operação	93
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Investimento Estrangeiro Direto – IED entre 1950-1960 em U\$\$ Milhões	36
Gráfico 02: Evolução da capacidade instalada em MW em Empresas Públicas de 1952-1960	37
Gráfico 03: Evolução da capacidade instalada em MW em Empresas Privadas de 1952-1960	38
Gráfico 04: Crescimento da Dívida Externa em U\$\$ Milhões e do Potencial Hidrelétrico Instalado (MW) entre 1964-1974	42
Gráfico 05: Cenário para o fornecimento de energia hidrelétrica por região em 2008 e 2017	89
Gráfico N°06: Área impactada dos Biomas brasileiros pelo setor hidrelétrico	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	21
2.1 O projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil: os investimentos em infraestrutura e a “integração” do território	22
2.1.1 Os acordos de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos: Missão Cooke, Plano Salte e Missão Abbink	25
2.1.2 A criação das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS S/A e a redefinição da função do setor estatal e do setor privado no fornecimento de energia elétrica	39
2.2 Reestruturação do modo capitalista de produção e seus efeitos na relação Estado e Mercado	50
3 A DINÂMICA TERRITORIAL DA PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL	57
3.1 Crise Elétrica e o crescimento das indústrias eletrointensivas como produtoras de energia hidrelétrica no Brasil	62
3.2 O papel das autoprodutoras e produtoras independentes de energia hidrelétrica na dinâmica dos territórios	78
4 A SAÍDA DA MARGEM: a organização camponesa e os territórios em disputa	100
4.1 Território Camponês: espaço de vida e de labuta	102
4.2 A organização do movimento de resistência contra a construção de UHE Serra do Facão no sudeste goiano	121
4.3 As conseqüências do <i>desenvolvimento</i> produzido por UHE Serra do Facão	135
4.3.1 Reterritorialização no campo e na cidade: a construção de outra tríade do território-territorialidade-territorialização	144
5 CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se desenvolveu durante o mestrado em Geografia no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, sob a orientação da professora Dra Helena Angélica de Mesquita.

Durante a graduação, em Geografia tive a felicidade de ser orientada em nível de iniciação a pesquisa em Geografia, pela professora Dra Helena Angélica de Mesquita e de conviver com os pesquisadores e participar do Núcleo de Pesquisa em Geografia – NEPSA. Desde o ano de 2002 pesquisadores e alunos que se dedicavam a fazer pesquisa em Geografia, dentro de uma orientação sociopolítica que reconhecia os movimentos sociais, no campo e na cidade, investigam o contexto formador destes sujeitos coletivos. Estas pesquisas instigaram minha curiosidade para entender estes processos.

O crescimento das pesquisas, que envolviam a temática dos movimentos sociais e da Geografia do Trabalho, bem como a orientação sociopolítica de nosso grupo de pesquisa tomou maiores proporções dentro do NEPSA, fator que, levou a criação de outro núcleo de pesquisa mais condizente com o que acreditávamos ser a contribuição de nossas pesquisas e a intervenção da Ciência Geográfica, assim nasce no ano de 2006, o Grupo de Pesquisa: “Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM”, grupo este, determinante para a formação da Linha de Pesquisa no Programa de Pós-Graduação: Trabalho e Movimentos Sociais, uma das únicas no Brasil focada na pesquisa em Geografia sobre os Movimentos Sociais e na Geografia do Trabalho.

O estudo sobre a expropriação produzida por UHE Serra do Facão foi uma das pesquisas desenvolvidas por pesquisadores e alunos coordenados pela professora Dra Helena A. Mesquita de 2002-2006 no NEPSA e posteriormente, as pesquisas ficaram vinculadas ao GETeM. Assim, ao longo dos anos pesquisamos e coletamos várias informações sobre o processo de expropriação produzida pela construção da hidrelétrica de Serra do Facão, acompanhando a formação do movimento contra a expropriação e as consequências deste processo.

A participação e a convivência com os pesquisadores vinculados à pesquisa sobre os movimentos sociais e ao trabalho, motivou-me o estudo sobre estes sujeitos. O presente

trabalho buscou agregar os estudos que já foram desenvolvidos pelos pesquisadores do grupo, e continuar com o acompanhamento de algumas famílias. Contudo, para a pesquisa do mestrado fiz a opção de investigar o modelo de desenvolvimento elétrico baseado nas hidrelétricas e a quem este modelo beneficia.

À medida que lia e debatia sobre o assunto da formação do setor elétrico no Brasil, compreendia que este processo estava articulado a uma dinâmica maior, que envolvia diretamente a opção de desenvolvimento econômico e a reestruturação do modo capitalista de produção, e que, a expropriação produzida por UHE Serra do Facão era uma das manifestações que a reestruturação do modo capitalista produz. Devido à complexidade que envolvia a temática, era necessário estabelecer um recorte que me possibilitasse compreender a expropriação produzida por UHE Serra do Facão. Dentro do contexto do próprio modo de produção capitalista.

A opção feita foi partir da construção do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, e a partir dele pinçar a construção do setor elétrico, principalmente a opção pelas hidrelétricas, e a expropriação produzida pelo mesmo questionando a energia necessária para sua manutenção, isto é, a energia que move este sistema é extraída da expropriação e da degradação ambiental. É uma energia que possui um alto custo para os consumidores, especialmente residenciais, mas que tem origem na água, um bem natural, portanto, público. No entanto é transformada em uma mercadoria, a partir do processo de expropriação/privatização.

Para fazer o debate geográfico, que envolvesse a dinâmica material destes processos fez-se a opção por trabalhar com o território, enquanto categoria nuclear da pesquisa. O território é formado pela apropriação do espaço geográfico e materializando, neste processo, a dinâmica socioeconômica e cultural. Desta forma, compreendemos como território categoria contida por instâncias materiais/imateriais, ou seja, o território não é somente uma base material que abriga recursos naturais e população, mas constituição dinâmica e mutável, na qual se materializam constantemente novos processos oriundos de diferentes formas de apropriação e disputas resultando em novas configurações territoriais.

Compreendemos que a construção do setor elétrico no Brasil, baseado dentro de um modelo de desenvolvimento econômico que atende aos interesses do capital transnacional, não considera o território e sua diversidade de apropriações. Considera-o como base dotada de recursos naturais e humanos passíveis de serem explorados para garantir a manutenção das

condições de produção e reprodução do capital, e assim, entra em conflito com a pluralidade de formas de apropriação do território tal como, a apropriação camponesa.

A opção de desenvolvimento econômico para os países de capitalismo periférico, que possuíam os recursos naturais e humanos interessantes ao capitalismo ao longo do século XX e início do século XIX, foi construída com o objetivo de dotar seus territórios da base técnica necessária para a intensificação da territorialização do capitalismo em tais países. O Estado, nestes países, invocará para si a responsabilidade de construir a infra-estrutura necessária, tais como, rodovias, ferrovias, indústrias de base, e, logicamente, um setor elétrico que possibilitasse atender a demanda de energia necessária para a industrialização dependente e da modernização no campo.

Coube ao Estado a tarefa de modernizar o território, isto é, modernizar o território brasileiro foi dotar o território de macrosistemas técnicos e centros de pesquisa, tanto no campo quanto na cidade, que visavam atender e garantir as condições de reprodução do capital.

O território brasileiro apresenta materialmente estes rearranjos ocorridos no século XX e o início do XIX. A concentração da infra-estrutura na região Sudeste e Sul no Brasil, e a forma de uso da terra pelo agronegócio nos estados do Centro-Oeste e Norte brasileiros são exemplos materiais do projeto de modernização do território. À medida que ocorreu a modernização do território brasileiro promoveu, em mesma medida, a expropriação compulsória de trabalhadores, camponeses e demais formas de apropriação territorial, produzindo uma dinâmica de conflito entre a força desterritorializante do capital, à medida que se apropria do território e as populações expropriadas por esta força.

O território brasileiro compreendido pelas políticas de desenvolvimento do Estado e pelo capital como apenas base física ignora a diversidade de territórios resultantes das distintas apropriações. Os grandes projetos hidrelétricos constituídos neste período produziram uma expropriação intensa e a usurpação de territórios, produzido pela marcha homogeneizante do capital. Este processo, contudo, não ocorre sem a reação da população expropriada que se mobiliza e territorializa movimentos sociais compostos por expropriados, contrapondo-se ao modelo de geração hidrelétrica, e compreendendo o território não como uma substância externa, mas como espaço de construção de vida.

As tensões e os conflitos se intensificaram com o processo de reestruturação do capital que promoveu mudanças na relação Estado e Mercado. Os fins da década de 1980 e

início da década de 1990, ocorrem modificações que garantiram a inserção nacional ao novo período do modo capitalista de produção, tais como, a “reorganização” da legislação de produção de energia elétrica, que garantiu o crescimento da participação do setor privado da produção de energia elétrica, e o processo de privatização do setor elétrico nacional e o repasse da infra-estrutura hidrelétrica ao capital internacional.

Esta abertura proporcionada pelo Estado promoveu o crescimento das unidades de geração de energia elétrica, principalmente para atender a demanda crescente de energia pelas indústrias eletrointensivas. Uma ampliação que se deu principalmente por fonte hidrelétrica, crescendo proporcionalmente os impactos e os conflitos socioambientais no Brasil, visto a falta de rigor dos licenciamentos ambientais que são emitidos pelos órgãos ambientais brasileiros seguindo o princípio da celeridade. Ocorre uma reordenação das unidades produtivas da malha de transmissão de energia hidrelétrica que cresce na direção dos estados do Centro-Oeste e do Norte, agravando, desta forma, a expropriação do campesinato e das populações indígenas, que já sofreram intensamente com a modernização da agricultura.

O modelo de geração de energia, concentrada na fonte hidrelétrica e que atende a demanda de energia das indústrias eletrointensivas, é uma força expropriadora como verificamos no caso de UHE Serra do Facão, uma hidrelétrica planejada para atender a demanda de energia do setor eletrointensivo, isto é, a territorialização de um elemento técnico de uso prioritário e pertencente à uma lógica externa de apropriação do território.

Durante o processo da pesquisa ocorrido nos últimos dois anos vários foram os contratemplos, dificuldades e benefícios próprios da jornada daqueles que se aventuram na pesquisa em Geografia, especialmente uma Geografia que se incomoda com as afrontas à natureza, especialmente a natureza humana. Confesso que, apesar do muito que aprendi nos últimos anos, não me preparou para as novas interrogações que surgem agora.

Uma das dificuldades encontradas que prejudicou o andamento da pesquisa foi a acessibilidade aos documentos relativos à construção e as licenças do empreendimento de UHE Serra do Facão. A estrutura burocrática e a linguagem técnica dos documentos pertencem a uma lógica que reprime a participação social. Esta repressão se intensifica, com a mudança da legislação de concessões no Brasil que abre a produção de energia para os empreendimentos privados, isto é, se o acesso as licenças e ao Plano Básico Ambiental dos empreendimentos, aos dados relativos a população atingida, já difíceis de serem obtidos nos empreendimentos estatais, nos empreendimentos privados este processo é ainda mais penoso. Percebe-se que a documentação e as audiências públicas não são acessíveis a população direta

e indiretamente atingida, devido a uma estrutura histórica brasileira mantida por aqueles que se locupletam com a expropriação dos trabalhadores.

Para apresentar a expropriação produzida e a questionável energia do desenvolvimento, que expropria e degrada o meio ambiente, o trabalho fez várias entrevistas com atingidos que fizeram parte do movimento de resistência contra a construção de UHE Serra do Facão, com o objetivo de mostrar as conseqüências da expropriação das hidrelétricas no Brasil. Os depoimentos presentes no trabalho, foram coletados desde o ano de 2002, com os trabalhos efetuados sob a coordenação da professora Dra Helena Angélica de Mesquita e Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, e usados para traçar uma linha entre a condição de ameaçado e a de expropriado de seus territórios.

A direção da pesquisa partiu dos levantamentos documentais, iconográficos e depoimentos coletados desde ao no de 2002 pelos pesquisadores do GeTEM, tais como, Relatórios de Pesquisa: “Expropriados do AHE Serra do Facão - rio São Marcos: uma trajetória de incertezas” 2002-2009; “A questão cidade / campo em Catalão: uma leitura a partir da experiência dos atingidos pela barragem Serra do Facão” 2005-2009; “Conhecer e valorizar o espaço de vida: a experiência dos atingidos pela barragem Serra do Facão- rio São Marcos” 2005-2009; o Registro Iconográfico 2002-2009 e artigos e textos publicados em anais de eventos que podem ser consultados nas referências bibliográficas da pesquisa. Os documentos consultados: Informação Técnica N°185/2004 de 28 de outubro de 2004, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão: meio ambiente e patrimônio cultural e Cadastro Socioeconômico dos Atingidos por UHE – Serra do Facão Ano 2003; EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Serra do Facão e Relatório de Impacto Ambiental da UHE – Serra do Facão, Catalão (GO).

Os conjuntos de documentos agrupados, conjuntamente com a revisão da literatura feita, contribuíram para o direcionamento da pesquisa de campo e coleta dos dados obtidos por fontes primárias. Optou-se pelo modelo de entrevistas com os atingidos diretamente ligados ao movimento de resistência contra a expropriação, de forma, que os dados coletados pudessem contribuir para a análise da resistência e a trajetória da expropriação dos camponeses atingidos por UHE Serra do Facão, com um total de quinze entrevistas, com lideranças do movimento e atingidos pela construção da usina.

Por entender que a luta pela permanência na terra é uma luta justa, assim como, lutar pela participação social na definição da constituição do modelo de desenvolvimento que expresse os anseios populares e a justiça social, que se assenta a justificava do trabalho,

contribuir socialmente para o debate sobre os reais impactos socioambientais produzidos por este modelo de geração de energia elétrica, injusto socioambientalmente, visto que, imobiliza os recursos naturais à favor de abastecer a demanda por energia elétrica das indústrias eletrointensivas como Alcoa S.A., Votorantim, Albrás Alumínios, entre outras, que expropria o território os camponeses que retiram seu trabalho na terra às condições de sua sobrevivência.

É necessária a discussão científica, principalmente da Geografia, visto a geograficidade imposta pelo contexto histórico que hoje vivemos que coloca os limites teórico-conceituais desta ciência. A pesquisa busca também contribuir para esta discussão, especialmente do modelo de geração de energia elétrica que impõe uma reterritorialização forçada dos camponeses expropriados pela construção de hidrelétricas. Pesquisas que coloquem seu posicionamento diante das questões sociais e uma ciência que sirva em benefício à população brasileira e não como mercadoria de barganha.

Apesar de não ser diretamente atingida pela construção de hidrelétricas, sensibilizo-me pelos sujeitos que se fizeram sujeitos. Que lutaram pela sua permanência em seus territórios, pelo direito de preservarem sua história e a memória de sua família e da sua comunidade, mas, principalmente por questionarem a necessidade do sacrifício de suas famílias para a geração de energia que move o “desenvolvimento”, isto é, a expropriação da terra, do trabalho, da memória e da história dos camponeses por MW¹s para a produção de bens exportáveis.

O processo da pesquisa foi para mim, padrasto, com um relógio na mão que teimava em correr mais rápido do que consegui acompanhar. Quando parecia que eu estava um pouco mais preparada, para fazer o trabalho o tempo já havia terminado. Não que dois anos tenham sido poucos, mas a maturidade de fazer pesquisa e saber administrar o tempo que temos, aliado a pressão de ter sido a primeira turma do programa de mestrado em Geografia do CAC/UFG, trabalhar com um tema que cobrava sensibilidade e respeito, pois se tratavam de pessoas reais, e ainda, trabalhar, ser mãe, mulher e esposa, uma multifuncionalidade própria do tempo que vivemos confluiu num conjunto de coisas e dilemas que dificultaram minha pesquisa. O trabalho aqui presente é resultado destes esforços.

¹ Watts é a unidade de medida de potência, portanto, Quilowatts equivale a 1.000 W; Megawatts equivale a 1.000.000 watts, e o equivalente a Gigawatts 1.000.000.000 W a de potência, segundo o Sistema Internacional de Unidades – SI.

A dissertação foi dividida em três eixos que refletiram a minha linha de análise da problemática que me propus a compreender. Primeiramente, busquei apresentar a relação entre o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, e a partir desta análise, compreender o processo de formação do parque hidrelétrico brasileiro. Neste eixo, apresentado como segundo capítulo, apresento as ações que o Estado desempenha ao longo do século XX na modernização do território brasileiro.

Neste primeiro eixo buscou-se apresentar o processo de *modernização do território*, a intensificação da territorialização do modo de produção capitalista no Brasil ao longo do século XX, um processo combinado e correlacionado no campo e na cidade. O Estado brasileiro, tal como, em outros países de capitalismo periférico assume o papel de promover o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e, portanto, de fornecer a infra-estrutura necessária para a manutenção das condições de reprodução e ampliação do capital.

Diante disso, o capítulo buscou apresentar o papel do Estado no processo de modernização do território enfocando a formação do parque gerador hidrelétrico no Brasil. Um ponto importante que destacamos no capítulo, foi a importância dos acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos. Estes acordos foram fundamentais para o planejamento da infra-estrutura no Brasil, especialmente para a constituição do parque hidrelétrico. A opção por fazer este capítulo se deve a importância que o Estado assume na no processo de modernização do território, e fundamental, para a discussão proposta nos demais capítulos.

O segundo momento buscou apresentar a dinâmica territorial da produção de energia hidrelétrica, que ocorre após a abertura do setor, no Brasil, ao capital privado transnacional, seja pela abertura proporcionada pela desnacionalização da econômica brasileira, com a privatização da geração, transmissão e comercialização da energia, seja devido a abertura ao setor privado, através das mudanças na legislação no setor elétrico, na produção de energia elétrica através dos leilões de energia e a formação de consórcios compostos por empresas privadas, em grande parte formadas por empresas ligadas ao setor eletrointensivo.

Após o primeiro avanço na formação do setor elétrico nacional, condensado na fonte hidrelétrica e concentrado na região Sudeste – Sul e em parte da Nordeste, a abertura do setor elétrico produzido pela mudança da legislação: da privatização do setor e da “crise de fornecimento de 2001” produziu um contexto de crescimento dos empreendimentos hidrelétricos de médio e grande porte para as regiões Norte, Centro – Oeste e sua intensificação na região Sul do país.

Este crescimento dos empreendimentos hidrelétricos é acompanhado por várias irregularidades nos processos de licenciamento ambiental e impactos irreversíveis nas comunidades atingidas por eles. Destacamos que o direcionamento destes empreendimentos, antes concentrados nas regiões Sudeste-Sul, partem para regiões mais interiores do território em razão da disponibilidade do recurso hídrico nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil, intensificando os impactos produzidos por este modelo de geração de energia elétrica.

Como foi apresentado nos capítulos anteriores, que buscaram contemplar a formação do setor elétrico no Brasil, e em específico do parque gerador hidrelétrico, bem como o novo direcionamento territorial dado à expansão da capacidade de produção de energia hidrelétrica nas regiões Norte e Centro-Oeste, apresentamos o terceiro eixo de análise, correspondente ao quarto capítulo, a tentativa de apresentar as consequências produzidas pela construção de usinas hidrelétricas no Brasil em comunidades camponesas, buscando apresentar a trajetória de expropriação territorial destes sujeitos, usando como exemplo o caso de UHE Serra do Facão no Sudeste Goiano. A preferência para apresentar o caso da expropriação produzida por UHE Serra do Facão, justificou-se pelo acompanhamento da luta destes camponeses em permanecer em suas terras, desde o ano de 2003, ano que me vinculei ao grupo de alunos e pesquisadores coordenados pela professora Dra Helena Angélica de Mesquita. A escolha também se justificou por UHE Serra do Facão ter sido uma das hidrelétricas aprovadas e leiloadas seguindo o princípio da *celeridade*, e de formada por empreendedores do setor privado ligados à indústrias eletrointensivas como Alcoa Alumínios S/A.

Foram nestes três eixos que busquei compreender o quão questionável é a *energia* que move o “desenvolvimento” econômico no Brasil, e principalmente a quem interessa esta energia construída a partir da expropriação de comunidades camponesas e na degradação ambiental.

2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O histórico da energia elétrica no Brasil, desde as primeiras tentativas de implantação de um sistema de geração elétrica, esteve articulado a um discurso desenvolvimentista. A matriz econômica burguesa entende que o desenvolvimento econômico é possível a todas as nações, tal qual, ocorreu com os países que lideraram a Revolução Industrial, devido a submissão de suas economias às normas do modo de produção capitalista. A idéia de desenvolvimento econômico possível a todas as nações, consolidou-se como o prolongamento do mito do progresso, isto é, que o impulso dinâmico para o desenvolvimento econômico seria consequência do progresso tecnológico aplicado à produção capitalista. As nações de industrialização tardia deveriam se “modernizar” para que alcançassem o desenvolvimento tecnológico “sustentado” por esse aparato técnico, tecnológico e ideológico que garantissem as condições de produção industrial (FURTADO, 1974).

O projeto de desenvolvimento adotado pelo Brasil ao longo do século XX e XIX necessitou de uma base material e suporte ideológico que garantissem a incorporação de técnicas ao solo, conforme as necessidades da produção capitalista. Este suporte ideológico foi incorporado ao discurso político dos governos brasileiros ao longo do século XX, justificando a renovação da base material para que se alcançasse o tão sonhado *desenvolvimento* (SANTOS & SILVEIRA, 2004).

Os investimentos em infra-estrutura energética, rodoviária e ferroviária se articularam com esta proposta, a de fornecer a base material necessária à reprodução do capital, e assim, promover uma crescente e constante incorporação de novos territórios, refuncionalização outros conforme a necessidade da reprodução capitalista. A relação entre Estado e Mercado, impôs ao projeto de desenvolvimento, implantado nas nações de industrialização tardia, e direcionou sua *modernização do território* e “integrando-os” ao projeto econômico mundial. No caso brasileiro, o projeto de desenvolvimento adotado pelo Estado ao longo do século XX, traduziu a relação deste com o mercado, pois implantou, através das políticas públicas e de marcos institucionais e legais para a construção de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo monopolista.

O Banco Nacional de Econômico – BNDE, criado em 1952, foi um dos canais que possibilitou o projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização de substituição de importações e implantação de infra-estrutura econômica, como exemplo, a estruturação do setor de fornecimento de energia elétrica necessária para a implantação da atividade industrial. O BNDE foi o planejador e financiador de toda uma estrutura necessária para a efetivação do projeto de desenvolvimento. Atuou junto às missões internacionais de cooperação e direcionou os investimentos estatais, para a formação de uma infra-estrutura e investimento em estatais, incentivando o crescimento do capital privado no Brasil.

Segundo Ianni (1989) o planejamento estatal funcionou como instrumento do Estado para a aceleração de um novo padrão de acumulação do capital, pois, nas nações de capitalismo periférico, o Estado assumiu o papel de promover os elementos necessários para a industrialização nacional fornecendo canais de investimento e empréstimo para projeto em longo prazo, como os de infra-estrutura. Desta forma, instituições como o BNDE, nas nações de capitalismo periférico, foram os responsáveis pelo financiamento de macrossistemas técnicos, como o do setor de geração de energia elétrica.

As ações produzidas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX promoveram uma intensa reorganização do território. Patrocinaram a territorialização de grandes conglomerados capitalistas no campo, com a modernização da agricultura, subsidiando as pesquisas e os sistemas de engenharia para armazenagem e transporte de grãos; na cidade com o investimento em infra-estrutura elétrica, de rodagem e em indústrias de base. A própria localização geográfica das infra-estruturas construídas pelo Estado brasileiro, ao longo do século XX, mostra a geograficidade do projeto de desenvolvimento organizado para o Brasil. Num primeiro momento, a incorporação de uma base técnica acompanha a industrialização brasileira, concentrada na região Sudeste do país produzindo uma mecanização seletiva do território e posteriormente, expandindo o processo incorporador à esta dinâmica, produzindo o um quadro que Santos (1994) denominou de mosaico brasileiro”.

2.1 O projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil: os investimentos em infra-estrutura e a “integração” do território

O século XX foi o período histórico de domínio do capitalismo monopolista em escala mundial, “encerrando” a fase colonialista e inserindo uma nova dinâmica produtiva mundial. A consolidação do período monopolista necessitou de uma infra-estrutura que desse o suporte necessário à sua efetivação nos países, como o Brasil, que dispunham de recursos naturais e humanos necessários para a reprodução capitalista. A suposta correção da dicotomia entre países industrializados e não industrializados, ocorreria através de maciços investimentos que abreviassem o tempo que os países industrializados consumiram com a acumulação primitiva (MOREIRA, 1992; SANTOS, 2005).

No início do século XX, devido a crise de 1929, a orientação econômica para os países desenvolvidos foi a reorganização de seu mercado interno, baseada na orientação *keynesiana*, considerando o contexto, a intervenção do Estado na sociedade capitalista tinha como objetivo ampliar e garantir o bem estar da população. O nacional-desenvolvimentismo, presente no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), identificou como áreas necessárias de intervenção estatal a siderurgia pesada, a exploração de petróleo e de energia elétrica, por estes setores serem considerados fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico nacional (MEDEIROS, 2001).

A forma como a diretriz *keynesiana* foi incorporada no Brasil, distinguiu-se grandemente do modelo aplicado nos países de capitalismo desenvolvido, pois a orientação dada pelo Estado brasileiro secundarizou o fortalecimento do mercado interno e dos benefícios aos trabalhadores, colocando em evidência as ações e estratégias protecionistas e investimentos em bens de capital e infra-estrutura. O Estado do Bem Estar Social, no Brasil, se reconhece na orientação política conservadora das políticas de bem estar que funcionavam como um mecanismo para deslegitimar os anseios e reivindicações da classe trabalhadora e, assim, camuflar o real conflito entre o capital e o trabalho. Desta forma, distintamente do modelo que nasce a partir das pressões entre trabalhadores e capitalistas, em países de capitalismo desenvolvido, é o Estado autoritário no Brasil que ocupa a lacuna produzida pela industrialização tardia, orientando políticas na formação de mão de obra assalariada, na construção de infra-estruturas fundamentais para o processo de *modernização* do país. (MEDEIROS, 2001).

A *revolução* de 1930² promoveu a definição da política nacionalista no Brasil, influenciou a formação das empresas estatais de geração e transmissão de energia hidrelétrica. O projeto nacionalista de desenvolvimento da burguesia democrático-burguesa direcionou o investimento da economia para o setor industrial. Os investimentos em infra-estrutura energética estavam articulados ao projeto de desenvolvimento da indústria nacional de substituição de importações, investimentos necessários para suprir a demanda da industrialização brasileira naquele momento. Neste sentido, o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), estabeleceu legislações que favoreciam o crescimento da indústria nacional. O Estado, buscou normatizar a geração de energia no Brasil, e criar uma política de gestão dos recursos disponíveis do setor de águas e energia com a criação da Divisão de Águas (1933), Código das Águas (1934) e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE (1939), todos ligados ao Ministério da Agricultura. Estas ações reafirmaram a proposta do desenvolvimento de um capitalismo nacional orientado pelo Estado. O Código das Águas é fundamentado neste princípio intervencionista e nacionalista, pois, direcionava a política de geração hidrelétrica para o domínio do Estado na produção, transmissão e distribuição da energia, além de controlar os usos múltiplos das águas nacionais. Contudo, apesar das legislações que protegiam os investimentos das indústrias nacionais e estatais, o Estado não dispunha de recursos suficientes para construir a estrutura necessária para o desenvolvimento do setor hidrelétrico no Brasil (FONSECA, 1989).

As propostas de formação de indústrias estatais, como, siderúrgicas e as de explorações de petróleo, não tiveram grandes dificuldades para serem concretizadas, por não estarem consolidadas no período anterior a 1930, entretanto, a energia elétrica, desde o fim do século XIX, encontrava-se concentrada em mãos de empresas estrangeiras, grupos canadenses e norte americano, tais como, a *Brasilian Traction, Light and Power Co. Ltd.* e a *American & Foreign Power (Amprof)*. Assim, a formação de uma indústria nacional de geração elétrica se contrapunha aos interesses dos grupos internacionais que já exploravam o setor desde os fins do século XIX (BASTOS, 2006,).

Com o objetivo de garantir a nacionalização do setor, o Estado, passa a regulamentar legalmente toda a atividade de concessão e exploração de recursos hídricos, impedindo a expansão, de novos empreendimentos e novas indústrias estrangeiras no setor. O Código de Águas (1934) foi usado como limitador para a expansão das empresas de geração de energia

² A revolução de 1930 é o marco do nascimento do *Estado Burguês* no Brasil, como um sistema que engloba tanto as instituições políticas – econômicas quanto valores sociais e culturais burgueses iniciando um novo momento entre o Estado e o sistema político-econômico. Ver DeDecca, 1984 e Ianni, 1989.

elétrica de capital estrangeiro, através do sistema de concessões. A Cláusula de Reversibilidade, contida no código, estipulava as concessões para a iniciativa privada concedidas com um tempo de exploração definido. Findando este prazo, as empresas estavam sujeitas a repassar o empreendimento para o Estado sem custos ou pagamentos pela transferência. (LANDI, 2006; BRANCO, 2002, 250p.).

A eclosão da Segunda Grande Guerra influenciou negativamente a concretização de um *desenvolvimento do capitalismo nacional*, visto o um refluxo das importações de produtos primários, como, a queda considerável da importação de gasolina, carvão e óleo combustível, além de uma crise inflacionária decorrente do aumento dos gastos dos governos inseridos no conflito. Estes fatores repercutiram na economia brasileira produzindo problemas de ordem econômica, financeira, tecnológica, social e política forçando o Estado a reestruturar a política econômica nos setores de intervenção estatal. As missões técnicas de cooperação, entre Brasil e os Estados Unidos, tais como, Missão Cooke e a Comissão Mista Para o Desenvolvimento Econômico – CMBEU, iniciam no Brasil o planejamento da intervenção do Estado, direcionando esta intervenção nas áreas consideradas prioritária para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como o setor de transportes e de geração de energia elétrica. (IANNI, 1986).

2.1.1 Os acordos de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos: Missão Cooke, Plano Salte e Missão Abbink

A Coordenação de Mobilização Econômica- CME (1942) foi criada com o objetivo de coordenar os assuntos econômicos, financeiros, políticos, tecnológicos e organizacionais do país, colocando a economia brasileira adequada ao contexto de guerra. A alternativa do governo para manter o projeto de desenvolvimento nacional foi a busca de parcerias e acordos de cooperação com capital internacional.

De acordo com o projeto desenvolvimento, presente no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), a condição de aliado dos Estados Unidos favorecia o Brasil no financiamento e ajuda econômica, além de passar de “país subordinado” para “potência

associada no pós-guerra”, aproveitando as “novas possibilidades de desenvolvimento”³. Contudo, Corsi (2002) aponta que, à medida que o conflito mundial encaminha para o desfecho favorável para os Aliados, o Brasil perdia sua importância estratégica, assim como, os materiais brasileiros, como a borracha necessária a produção bélica.

Com o fim do conflito era necessário um reforço a política destinada à industrialização nacional, assim surgem os acordos de cooperação técnica entre Brasil – EUA. A Missão Cooke⁴ foi uma missão de cooperação técnica entre os governos, brasileiro e norte-americano, que objetivou fazer um levantamento pormenorizado da economia brasileira, em especial do setor industrial. O direcionamento da cooperação foi para as indústrias de base e para o setor elétrico, este último, segundo apontamentos da missão, foi visto como problemático pela missão (REGO, 2007).

O relatório produzido pela missão referente aos anos de 1942-1945 indicava como pontos que careciam de investimento, devido sua importância para o *desenvolvimento* nacional, os setores:

- *Transportes e Integração*: segundo o relatório, o Brasil, devido ao seu passado colonial tinha uma malha de integração problemática para o escoamento da produção industrial e agrícola;
- *Combustíveis*: os técnicos da missão diagnosticaram a baixa qualidade do carvão mineral brasileiro, diante disso, propuseram uma política de investimento direcionada ao álcool e exploração do petróleo brasileiro, mas com o seguinte detalhe “priorizar a importação de equipamentos dos EUA, visando a exploração de reservas do Fosso Baiano”⁵;
- *Indústria têxtil*: mereceu destaque no relatório da missão, por este setor industrial possuir grande relevância na indústria nacional, contudo, a missão apontava a necessidade de modernização das fábricas e uma política governamental de incentivo a produção de algodão diminuindo os custos de produção deste setor;
- *Mineração e Siderurgia*: em razão do contexto de guerra a orientação da missão era a de favorecer a exportação de minérios, além de estradas de ferro que facilitassem o escoamento das minas de níquel e cobalto de São José do Tocantins (GO);

³ IANNI, 1986

⁴ Recebeu este nome em razão do chefe da missão técnica, Morris L. Cooke.

⁵ CORSI, 2002, 62p.

- *Educação*: apontava como problemático o ensino técnico e propunha a ampliação deste setor com o aumento de bolsas de estudo nos EUA para professores e engenheiros brasileiros garantindo a formação de um capital humano.

O relatório da comissão diagnosticou o setor de energia elétrica no Brasil, como, “relativamente atrasado diante das necessidades do país”, e, atribuía como responsável as medidas governamentais regulatórias que inibiram o investimento e, por consequência, o crescimento das empresas privadas que exploravam o setor. A proposta apontada era a criação “centrais elétricas mais no interior do país; importar equipamentos; plano governamental para desenvolver o setor e eletrificar as ferrovias”⁶. O relatório indicava também o planejamento e para exploração da fonte hidroelétrica como a principal fonte da matriz energética brasileira. Segundo a missão era a opção **mais vantajosa devido à riqueza dos recursos hídricos**, e também, e por ser uma tecnologia de geração intensamente já explorada pelos EUA e Canadá, representados pelas duas grandes empresas estrangeiras que controlavam o mercado brasileiro: Light e Amprof. (CORSI, 2002).

O primeiro passo do Estado para a autonomia e planificação do setor energético brasileiro ocorre somente no final do Estado Novo, com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, em 03 de outubro de 1945, com o Decreto-Lei Nº 8.031. Contudo, a efetivação do projeto somente acontece no governo do General Eurico Gaspar Dutra em 1947. A CHESF, restrita ao Vale do rio São Francisco foi a primeira estatal a inaugurar a maior obra da engenharia hidrelétrica brasileira, no ano de 1951, com a construção da Usina de Paulo Afonso⁷, concluída em 1955.

O segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), propôs que, as concessionárias ficassem restritas apenas à distribuição da energia produzida pelo Estado, e não mais como produtoras e responsáveis pela expansão do setor, fato que produziu discordâncias entre as empresas públicas, criadas pelos governos estaduais. Apesar dos diagnósticos “acertados” para o desenvolvimento econômico brasileiro, a Missão Cook não resultou em nada concreto, visto a posição assumida pelo governo norte americano, que compreendia que a missão não representava mais os interesses econômicos e políticos dos EUA no Brasil naquele momento (CORSI, 2000).

A proposta nacionalista do presidente Getúlio Vargas, presente em seus dois governos (1930-1945 e 1951-1954), apresentou restrições e legislações que limitavam os

⁶ CORSI, 2002, 63-64p.

⁷ Ver Corsi, 2000.

investimentos estrangeiros, foram pontos negativos aos olhos norte americanos. Os Estados Unidos, detinham a hegemonia econômica nos países latino-americanos e não desejavam, naquele momento, a industrialização destas nações. As intenções do governo do presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), destoavam de projetos nacionalistas, pois, este defendia o livre comércio, a livre circulação de capitais e a proteção de investimentos norte-americanos contra possíveis ações nacionalistas. Estes pressupostos foram sacralizados para o restante do mundo na Conferência de Bretton Woods (CORSI, 2002; FONSECA, 1989).

Apesar, de não serem instalados no Brasil, os direcionamentos do acordo de cooperação técnica da Missão Cooke estiveram presentes nos Planos de Desenvolvimento brasileiro, adotados a partir de 1954. É a partir de suas conclusões que no ano de 1943, apareceram os primeiros esforços para a criação do Plano Nacional de Eletrificação, organizado pelo Conselho Nacional de Comércio Exterior, formado por técnicos da Divisão de Águas e do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE.

O plano, iniciado em 1943⁸ foi concluído somente no ano de 1946, já no governo do General Eurico Gaspar Dutra, estabelecia apenas diretrizes gerais para a geração de energia no Brasil. O plano privilegiou a criação de sistemas interligados regionais, isto é, uma divisão entre as regiões brasileiras de forma auto-suficiente em recursos energéticos com a implantação de centrais geradoras de pequeno e médio porte (CMEB, 1988).

O período de 1945-1980 foi um divisor de águas para o setor hidrelétrico, pois, neste período, que ocorreu a ampliação do setor e concentração desta fonte na matriz brasileira. Foi somente nos fins dos anos 1980 que a preocupação ambiental influenciou a busca de novas fontes energéticas, resultando assim, no crescimento de tecnologias alternativas às fontes poluentes, entretanto, mesmo diante dos impactos produzidos por hidrelétricas em todo o mundo, a energia produzida por barramentos é ainda considerada uma alternativa ambientalmente “responsável”, título que busca escamotear os efeitos socioambientais dos processos de construção de UHE’s.

Até a década de 1940 o território brasileiro apresentava uma tendência, a de condensação das técnicas incorporadas ao solo – como, hidrelétricas, ferrovias, portos, entre outros – na região Sudeste do Brasil, e nas demais regiões um mosaico, no qual alguns pontos

⁸ Ainda em 1943, surgem às primeiras iniciativas estaduais para a geração de energia, como é o caso da Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE no Rio Grande do Sul, que buscava combinar a exploração dos recursos hídricos com as reservas carboníferas de forma a superar o déficit de energia do estado (CMEB, 1988).

foram servidos pela incorporação das técnicas e outros não. Assim, o território brasileiro apresentou distintas territorializações e temporalidades, à medida que foi-se incorporando as técnicas no território rompendo com a prevalência do tempo “natural” por uma lógica externa de incorporação. Todo o conjunto técnico concentrado na porção Sudeste do país estava direcionada a um tempo exterior, e o restante do país ainda imerso num mosaico, condicionado, a um “tempo lento” (SANTOS & SILVEIRA, 2004).

O projeto de desenvolvimento nacional foi, através das políticas públicas nacionais, construindo e expandindo a infra-estrutura no território nacional, este tempo foi sendo alterado, assim, como novas porções territoriais foram sendo incorporadas à produção ordenada pelo mercado. Desta forma, compreende-se que a seletividade dos territórios, é justamente, a seletividade do modo capitalista de produção. A medida de seu interesse incorpora novos territórios a dinâmica de produção para o mercado, agravando as disparidades regionais.

A ampliação do sistema elétrico nacional (1945-1980) esteve profundamente articulada ao contexto internacional, do modo capitalista e do redirecionamento da política de desenvolvimento econômico nacional – no modelo anterior priorizava-se o desenvolvimento de um capitalismo nacional, um *nacional-desenvolvimentismo* – substituído pelo puro *desenvolvimentismo*, caracterizado pela abertura ampla do país aos investimentos do capital internacional, agravando a condição de dependência da economia nacional (IANNI, 1986).

O Estado chefiado pelo General Eurico Gaspar Dutra dá um novo direcionamento ao desenvolvimento nacional, pois prioriza uma intervenção moderada da economia distinguindo-se dos seus predecessores, *deixando correr solto* o liberalismo econômico e a democracia representativa (IANNI, 1986).

o poder público voltava à condição de guardião das “regras do jogo” econômico, segundo a doutrina liberal e as conveniências das empresas privadas mais poderosas. Devido a esses compromissos ideológicos e práticos, e em nome da reação antiditatorial e antiintervencionista, a política econômica governamental serviu principalmente aos interesses mais imediatos da empresa privada, nacional e estrangeira (IANNI, 1986, 94p.).

O Estado, como afirma Ianni (1986), foi o *guardião das regras do jogo*, resguardou e serviu aos interesses do setor privado, ou seja, o Estado atuou no sentido de promover as condições infra-estruturais e regulou a economia nacional para que estas atendessem as necessidades de produção e reprodução do capital.

Apesar do governo, do General Eurico Gaspar Dutra, interferir na economia nacional de forma mais “modesta”, o Estado não deixou de interferir. O marco de diferenciação substancial foi o conteúdo ideológico, instrumentos para concretização destas ações, pois, “mesmo a omissão do poder público, quando houve, pode ter sido uma omissão deliberada”, isto é, o Estado assumiu uma postura de favorecer o capital privado mesmo quando não o fazia diretamente (IANNI, 1986, 94p.).

A modificação da relação, Estado e Economia, demonstrou o redirecionamento dado para a economia nacional, saindo de um projeto de desenvolvimento nacional para a abertura ao “liberalismo econômico”, concretizando e agravando a relação de dependência da economia brasileira sob a hegemonia do capital internacional. O fruto rendido, pelo alinhamento com o Estado norte-americano, foi a implantação de uma política de maior relacionamento entre as agências de desenvolvimento dos respectivos países: a Missão Abbink, criada para subsidiar os investimentos em energia elétrica; e o Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, que destinava generosa parte da verba que dispunha para a expansão da capacidade elétrica instalada no período de 1.500MW para 2.500MW (BRANCO, 2002; REGO, 2007).

O Plano SALTE e a Missão Abbink – Comissão Mista Brasileira-Americana, conduziu a formação de um fundo estatal destinado aos empreendimentos de infra-estrutura, necessários ao desenvolvimento econômico nacional, concretizado em 1951 com a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos Para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), e a constituição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE em 1952, responsável pela administração e planejamento dos recursos do fundo. Estas ações caracterizaram a forma de gestão do setor elétrico brasileiro para os próximos anos, gradativamente, o Estado deixaria a expansão do setor e **se tornaria apenas regulador do setor elétrico** (REGO, 2007).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, nasce em 1952 para atender aos interesses da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), como financiador dos macroprojetos infra-estruturais no Brasil. Os investimentos feitos pelo Estado, por via do BNDE, atendiam aos pontos selecionados pelo CMBEU, como os investimentos em infra-estrutura que tinham como objetivo incentivar a modernização técnica do território e por consequência superara os “entraves” do desenvolvimento.

Além deste papel, como o principal investidor em infra-estrutura e indústria de base no Brasil, o BNDE, desempenhou um papel formativo na qualificação técnica do debate econômico latino – americano. A relação entre a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina CEPAL e com o BNDE, em 1953, forneceu vários estudos que indicaram os rumos do desenvolvimento econômico nacional, e posteriormente, fundamentou a base técnica para a elaboração do Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1960).

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, foi neste contexto, o responsável em arrecadar os capitais necessários para a efetivação das obras de infra-estrutura através do recolhimento dos impostos. Assim, o BNDE teve a função de arrecadar, administrar e investir nas obras “emergenciais” propostas pelo CMBEU, que tinham como finalidade *extirpar* os gargalos do desenvolvimento nacional, modernizando o território nacional, uma modernização seletiva e concentrada na região Sudeste e Sul do Brasil.

Como exemplos, de obras de infra-estrutura propostas pelo CMBEU e financiadas por investimentos do BNDE, estão as estradas ferroviárias: Central do Brasil (1952); Viação Férrea Rio Grande do Sul (1953); Estrada de Ferro Santos – Jundiá (1954); Estrada de Ferro Goiás (1954); Estrada Viação Paraná (1954); Estrada de Ferro Norte Nordeste (1955); Rede Ferroviária Nordeste (1955); Estrada de Ferro Araraquara (1955) Estrada de Ferro Sorocaba (1956); Estrada de Ferro Mosóro-Souza (1957), entre as obras de energia elétrica estão a criação da Companhia de Eletricidade Alto do rio Doce (1954) e a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL (1957) (FARIA, 2008 *apud* SILVA JR 2004).

A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos – CMBEU (1950) diferenciou-se das demais missões devido ao seu histórico. A Guerra Fria “criou” a condição política necessária para o financiamento dos projetos apontados pela comissão garantindo a hegemonia norte-americana no Brasil. Os objetivos da comissão serão financiados pelo Banco de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e pelo Banco de Exportações e Importações – Eximbank, a contrapartida brasileira ocorreu na forma de incentivos fiscais para projetos ligados a infra-estrutura, principalmente de energia e transporte. O gerenciamento destes recursos no Brasil e sua aplicação nos setores identificados pela comissão ficaram a cargo BNDE (LANDI, 2006).

Apesar dos debates contrários e a intervenção do Estado na economia o governo do presidente Getúlio Vargas de 1950-54, afirmou a necessidade desta intervenção, garantindo as condições de desenvolvimento econômico nacional. Os dois principais focos de intervenção foram os setores de transporte e energia, considerados pelas comissões de cooperação

internacional *gargalos* para o desenvolvimento industrial brasileiro. Desta forma, a orientação do Estado foi a de provedor de condições necessárias para a garantia da reprodução e ampliação do capital, tanto nacional quanto internacional. Dos investimentos destinados à energia elétrica a Comissão Mista investe 48,5% do total nas empresas públicas criadas entre 1952-1957, e o restante investidos nas empresas privadas, Light e Amprof. Este dado demonstra que, mesmo direcionando a função do Estado como apenas regulador⁹, a comissão investe nos empreendimentos públicos dando a este lugar de destaque no crescimento da potência gerada (LANDI, 2006, 59f.).

Os investimentos destinados à geração de energia elétrica, orientados pela Comissão Mista (1951), foram suspensos pelo governo norte americano logo após o movimento pela nacionalização do petróleo e aprovação pelo Congresso Nacional da criação da Petrobrás S/A. Temendo a nacionalização dos investimentos feitos no Brasil, o governo norte-americano recua nos acordos propostos pelo CMBEU. (LANDI, 2006).

A Missão Abbink (1948) de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, foi composto por técnicos, economistas e empresários vinculados aos respectivos governos identificaram os chamados “pontos de estrangulamento”. A missão identificou taxas e tarifas irrealis¹⁰ de serviços públicos, como a luz e energia elétrica, em razão das políticas anteriores direcionadas para um crescimento industrial nacional e sérias restrições às empresas estrangeiras o fornecimento de energia elétrica (CORSI, 2002).

A comissão apontou um novo fator, para afirmar a necessidade de investimento no setor elétrico, o crescimento da população e conseqüentemente da demanda por energia. As ações propostas para o setor de energia foram: a revisão da relação Estado e concessionárias de energia; definição de uma política de atração de recursos, capital e técnico para expansão do setor; assegurar a rentabilidade dos serviços do setor e a implementação de diretrizes do Código das Águas. Estes pontos propostos buscaram a redefinição do Estado, de interventor para a função de regulador da exploração dos recursos energéticos nacionais, restringindo sua atuação para as áreas de saúde e educação.

Entretanto, o presidente Getúlio Vargas (1951-1954) não abandonou a projeção de uma planificação do setor, pois, as empresas de capital externo, como a Light e Amprof, apesar de obterem progressivos lucros não investiram adequadamente na ampliação do

⁹ Ver em LANDI, 2006.

¹⁰ A Missão Abbink considerou como taxas irrealis as tarifas e impostos sobre os produtores privados de energia e aos consumidores de energia elétrica, fator que onerava o custo da produção industrial. Ver CORSI, 2002.

fornecimento, e as pequenas centrais geradoras nacionais eram insuficientes para absorver a crescente demanda de energia elétrica. Diante deste quadro, o governo argumenta em favor da intervenção do Estado no setor, promovendo a ampliação da capacidade de energia através da criação de empresas públicas (LANDI, 2006; SZMRECSÁNYI, 1986).

Para a realização do projeto de geração de energia elétrica, foi criado o Fundo Federal de Eletrificação – FFE (1953), com a finalidade de captar, via Imposto Único sobre a Energia Elétrica – IUEE, o capital necessário para o investimento no setor elétrico. Do total arrecadado, 40% seriam destinados à União e o restante para os estados, municípios e o Distrito Federal, segundo a lei Nº 2.308 de 04 de agosto de 1954, aprovada, logo após a morte do presidente Getúlio Vargas. Este imposto tornou-se a principal fonte de recursos destinados para o investimento no setor elétrico nacional (LANDI, 2006). Segundo a lei, o montante do imposto gerado pelo FEE, destinava-se aos estados e municípios que deveriam aplicar em seus territórios, através de uma empresa pública criada com a finalidade de produzir energia hidrelétrica.

Entre as décadas de 1950-1970 ocorre a criação, na grande maioria dos estados brasileiros, empresas públicas do setor hidrelétrico, responsáveis pela geração, produção e transmissão de energia elétrica *necessária* à expansão da industrialização no país, como Minas Gerais que desde o ano de 1945 já se organizavam no sentido da formação de empresa pública de geração e comercialização de energia hidrelétrica. Efetivada em 1952 a Companhia Elétrica de Minas Gerais – CEMIG nasce incorporando as centrais regionais de produção hidrelétrica: Eletrificação do Médio Rio Doce – CEARD; Companhia de Eletrificação do Alto Rio Grande – CEARG; Central Elétrica de Piau S/A e Sistema Elétrico da Usina de Gafanhoto (MG). Estas medidas legislativas e institucionais refletiam a nova orientação da política de desenvolvimento nacional no setor elétrico, que produziu uma maior intensidade da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos (CMBE, 1988).

Segundo Faria (2008) entre os anos de 1952 até 1960, os investimentos em obras de infra-estrutura, tanto em hidrelétricas, quanto em estradas de ferro e rodagem atendem as orientações propostas pelas missões de cooperação internacional citadas anteriormente. A ação do BNDE entre 1952 -1960, segundo Faria (2008), foi direcionada no sentido de construir no território nacional os macrossistemas de energia e transporte necessários para o projeto de desenvolvimento nacional, tanto na tentativa de industrialização, quanto na mecanização da agricultura que demandou quantidades crescentes de energia e vias de transporte para o escoamento da produção.

No governo do presidente Juscelino Kubitschek, ocorreu uma reformulação substancial da relação Estado e Economia, a promoção de uma política de desenvolvimento econômico dependente ou associado, sintetizado no Plano de Metas daquele governo, um *desenvolvimentismo associado*. Este programa seria a combinação das tendências já estruturadas nos governos anteriores com a tendência do sistema capitalista mundial. O Programa de Metas foi o instrumento político econômico utilizado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek para a efetivação da reorientação do desenvolvimento econômico nacional, de forma a assegurar a superação dos “pontos de estrangulamento” com investimentos maciços em infra-estrutura e na expansão das indústrias de base, estimulando os investimentos de capitais internos e externos. Com o presidente Juscelino Kubitschek, a elevação dos investimentos no Brasil ocorreria, desde que, se cumprissem os objetivos do programa¹¹: influxo de capitais estrangeiros; aumento do volume da poupança nacional (combate a inflação e imposição de tributos); investimentos em obras de maior produtividade por unidade e orientação dos investimentos privados para os setores de maior interesse nacional. Nos objetivos do programa transpareceu a lógica que o subjaz, ou seja, um capitalismo dependente, um desenvolvimento nacional calcado na dependência de capitais e tecnologias externas. (IANNI, 1986).

O Plano de Metas representou espacialmente a integração territorial seletiva, pois, apesar de promover uma ideologia integradora do território, possibilitada pelo avanço dos elementos técnicos no solo brasileiro, os programas foram setoriais sem uma integração interna, concretizando uma modernização seletiva do território, que atendia ao capital transnacional conformando o Brasil como “base de operações e não como economia independente e autônoma” (IANNI, 1986, 78p.).

Seguindo as orientações das missões de cooperação brasileira – norte-americana¹² que, identificavam o setor energético como problemático para o *desenvolvimento* nacional, foi proposto uma maior intervenção do Estado em projetos de produção, transmissão e eletrificação em porções mais interiores do território nacional (LANDI, 2006).

¹¹ Os quatro pontos centrais do Plano de Metas, energia, alimentação, transporte e indústria de base, direcionam a política de *desenvolvimento econômico* vinculado ao crescimento acelerado da industrialização nacional, independentemente da origem do investimento, nacional ou internacional, diversificando o sistema produtivo brasileiro. Ver IANNI, 1989

¹² Missão Cook e Missão Abbink

A intervenção do Estado não deve ser vista, neste contexto, somente na perspectiva planificadora, mas na *função adjetiva*¹³ que o Estado assume, isto é, à medida que assumiu a responsabilidade de orientar a expansão das atividades produtivas, não só, afirma como também fortaleceu a iniciativa privada, de forma que, a ação do Estado tornou-se “supletiva e estimulante ao empreendimento privado¹⁴”, mesmo que assumisse a função de empreendedor, como o caso das empresas públicas, o Estado estava reagindo aos desequilíbrios que impediam e limitavam o crescimento da iniciativa privada (IANNI, 1989).

À medida que o crescimento industrial e urbano no Brasil avançou, principalmente durante e após o período da Segunda Grande Guerra, instalou-se a crise energética. A reorientação entre Estado e Economia, dada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, buscou “resolver” o empecilho do fornecimento do setor de energia, desta forma, livrando-se do “atraso” nos planos anteriores de industrialização brasileira. A identificação da carência de suprimento de energia elétrica, principalmente na região Centro-Sul do Brasil, que passava por intenso processo de industrialização e urbanização, estava sob a área de concessão do Grupo Light e da Amprof, levou a proposição, por parte do Estado, da instalação de uma usina hidrelétrica que atendesse à demanda da região garantindo o fornecimento do parque industrial concentrado naquela região (LANDI, 2006).

A construção da usina de Furnas Centrais Elétricas S/A, construída no rio Grande, município de Passos (MG), assim como a de Paulo Afonso I (1954), são os primeiros passos do Estado na organização de uma infra-estrutura direcionada para a reprodução ampliada do capital. O projeto organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, teve como objetivo construir Furnas para aumentar a geração de energia no Brasil, acrescentando um milhão de KW de potência, e a interligação dos sistemas da região Centro-Sul.

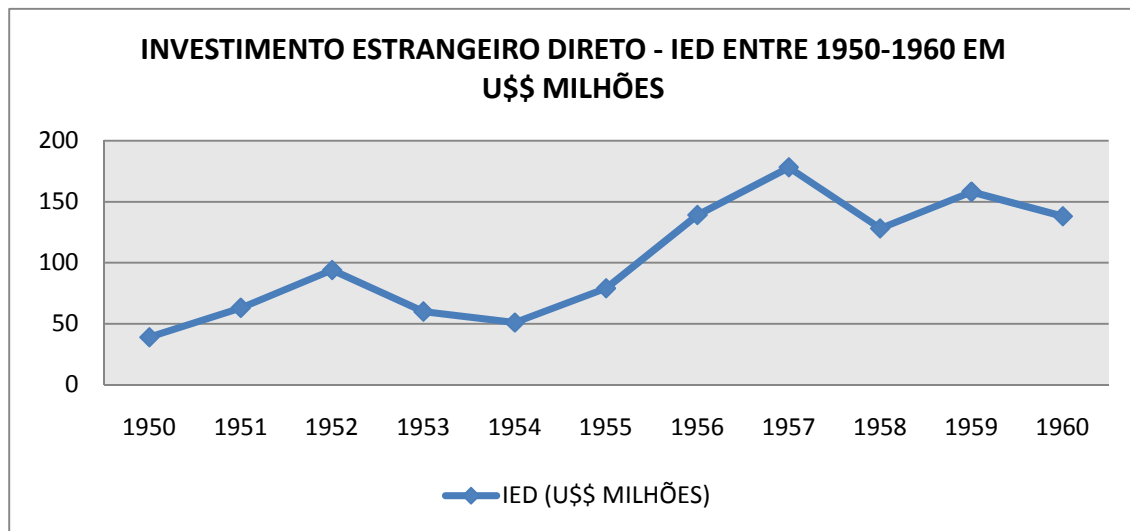
Proporcionalmente, ao crescimento da potência instalada houve um crescimento da dívida externa brasileira. A comparação entre o crescimento do setor hidrelétrico com o crescimento da dívida externa, deixando clara a reorientação econômica do governo do presidente Juscelino Kubitschek, para um desenvolvimento capitalista dependente, que repercutiu diretamente no aumento da dívida externa brasileira, principalmente entre os anos de 1958-1960.

¹³ IANNI, 1989

¹⁴ IANNI, 1989, 24p.

O gráfico seguinte apresenta a relação entre o Investimento Estrangeiro Direto – IED e a Poupança Externa no Brasil¹⁵ entre os anos 1950-1960. Comparando os governos do presidente Getúlio Vargas e Presidente Juscelino Kubitschek, verificamos distinções da relação, Estado e Economia. Durante o segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), em razão da adoção de uma política nacionalista, os investimentos externos foram discretos, diferentemente do período do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) quando a dependência de capitais, tecnologias e know-how fica visível na graduação dos IED.

Gráfico 01: Investimento Estrangeiro Direto – IED entre 1950-1960 em U\$\$ Milhões



Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990 – Org. Naves, J. C.

A década representada pelo gráfico apresenta o primeiro *boom* dos IED's intensamente investidos no Brasil, devido a política de “aceleração da industrialização”. Estes investimentos, representam um novo período para a dinâmica do capitalismo mundial e, a inserção da economia brasileira nesta “nova” divisão internacional do trabalho que se intensificou na década de 1980 no Brasil¹⁶. Os setores que recebem a maior soma de IED

¹⁵ Quantidade de transferências que um país recebe do exterior que varia em razão ao câmbio.

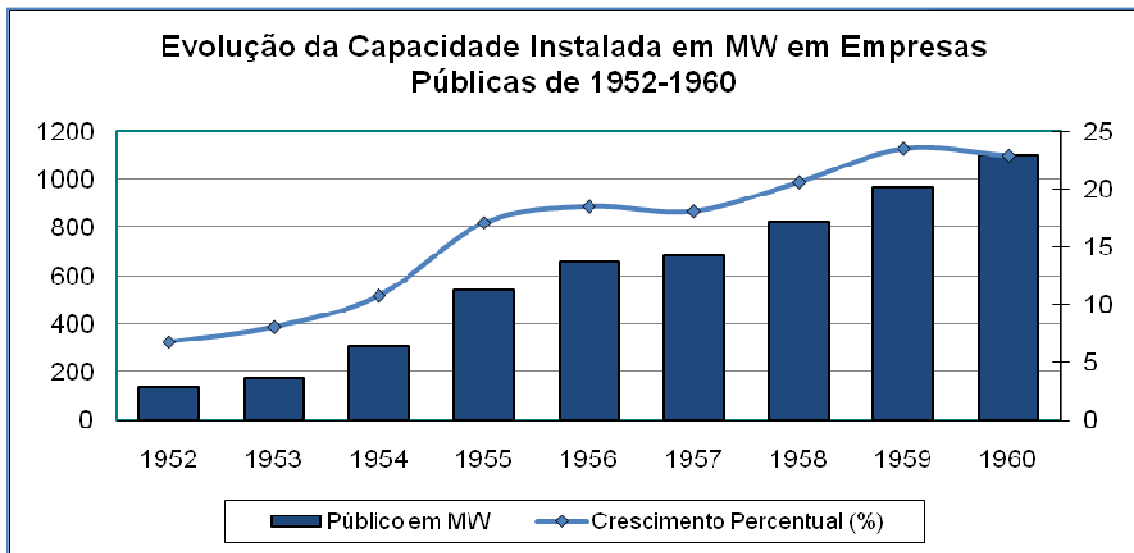
¹⁶ As décadas anteriores aos anos 1950 apresentaram investimentos externos, o que diferencia é o volume destes investimentos e o contexto do capitalismo mundial. Os investimentos no setor elétrico no início do século XX no Brasil, aliados aos IED's ingleses no setor de transportes (ferrovias) e da incipiente indústria (Ford, GM, Philips e Rhodia) formam o montante de investimentos externos diretos no Brasil. Ver BARBOSA, 2005.

entre 1956-1960 são os setores: automotivo, químico, máquinas e maquinário elétrico, elementos próprios da industrialização no período de Kubitschek. (CANO, 1981).

O Plano de Metas do governo Kubitschek estipulou as seis primeiras metas para o setor de energia, que detinha 43,4% do investimento planejado pelo programa¹⁷. Para o setor elétrico a meta era a elevação em milhões de 3,5 MW para 5,2MW em 1960 e progressivamente para 8,3MW em 1965, de forma que, o acréscimo total de MW seria da ordem de 4,8MW de potência, segundo o programa este acréscimo poderia garantir o crescimento industrial em uma taxa de 10% ao ano (LANDI, 2006).

As políticas de investimento do Estado, na geração de energia elétrica produziram um crescimento significativo na potência instalada, por fonte hidrelétrica, como os investimentos obtidos pela construção de Paulo Afonso I e Furnas (Ver Gráfico N°02 e N°03). Na proporção que ocorre um crescimento da participação do setor público, há um decréscimo da participação das empresas privadas no montante de geração de energia produzida no Brasil.

Gráfico 02: Evolução da capacidade instalada em MW em Empresas Públicas de 1952-1960



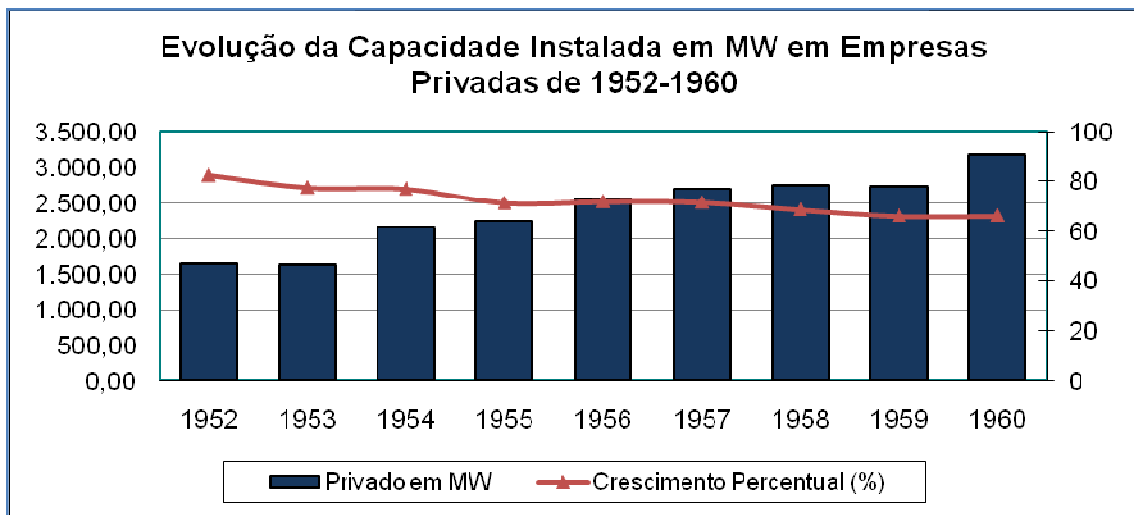
Adaptado de Landi, M. **A energia elétrica e as políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro de 1934-2005**. 2006, 219f. Org. Naves, J. C.

Acompanhando a linha de tendência, que apresenta o percentual de crescimento do setor verificamos, que as empresas públicas apresentam uma tendência mais acentuada de

¹⁷ Os demais setores do previstos no plano de metas tinham o percentual de 29,6% para investimento em transporte; 3,2% para alimentação, 20,4% para as Indústrias de Base e 3,4% para Educação, Fonte: PROGRAMA DE METAS – 1956-1961 (SÍNTESE) – Presidência da República, Rio de Janeiro, 1958.

crescimento da produção de energia hidrelétrica, enquanto, as empresas privadas, representadas no Gráfico N°03, apesar de apresentaram também crescimento no período, não apresentam a continuidade da tendência de crescimento, tal como podemos apreciar com o declínio da linha de tendência apresentando pelo Gráfico N°03.

Gráfico 03: Evolução da capacidade instalada em MW em Empresas Privadas de 1952-1960



Adaptado de Landi, M. **A energia elétrica e as políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro de 1934-2005**. 2006, 219f. Org. Naves, J. C.

Assim, verificamos que, os investimentos do Estado ao longo das décadas anteriores construíram um quadro, no qual, as empresas estatais possuem uma maior representação, bem como, maior tendência de crescimento que as empresas privadas atuantes no setor. Este domínio do Estado, no setor de energia, se manteve até os fins dos anos 1980, momento que, em razão da reestruturação do modo capitalista de produção, ocorre um intenso processo de desnacionalização da economia, associada a uma mudança na legislação brasileira, que abre o setor e estimula o crescimento do setor privado.

Das fontes de investimento que resultaram as disparidades, entre as empresas públicas e privadas, um total de 63,3% dos recursos investidos foram provenientes de recursos fiscais da União, estados, municípios e do Fundo Nacional de Eletrificação – FEE. O restante dos investimentos, 31,7% foi proveniente de recursos privados, entretanto, a efetivação destes estaria em suspensão se não ocorre um reajustamento da legislação tarifária. O Grupo de Trabalho de Energia Elétrica – GETENE, vinculado ao Conselho Nacional de

Desenvolvimento – CND, foi criado justamente com o objetivo de debater sobre as questões da energia elétrica no Brasil, principalmente sobre a questão tarifária.

A participação do Estado, no crescimento da potência energética pela via de empresas públicas, não era vista com bons olhos pela corrente privatista do governo, pois com a participação do Estado no setor e as regulamentações tarifárias e legislativas, o setor privado sofreu significativa retração. Com o objetivo de retomar o crescimento do setor privado, o GETENE apresentou o projeto de Lei de Nº 1.898 que preveu a “reorganização” tarifária em 1956, propondo a elevação da taxa de remuneração de 10% para 12% e a previsão da correção monetária do investimento (base para remuneração de capital da empresa) no período de três em três anos. Apesar da proposta não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, por ferir a Constituição de 1937 e a regulamentação prevista no Código das Águas de 1934, o presidente Kubitschek aprova, por Decreto Nº 41.019 em fevereiro de 1957, o reajuste tarifário beneficiando a iniciativa privada (CMEB, 1988, 142p.).

2.1.2 A criação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS S/A e a redefinição da função do setor estatal e do setor privado no fornecimento de energia elétrica

A morosidade para a efetivação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS S/A, ocorreu não apenas devido ao conflito estabelecido entre as empresas privadas do setor e o Estado, mas também com as empresas estaduais de energia (como a CEMIG), que temiam pela perda do poder com a centralização do setor na esfera federal. Para garantir a agenda de expansão do setor, duas medidas fundamentais foram instauradas: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, responsável pela coordenação e aplicação dos investimentos no setor, oriundos do Imposto Único Sobre Energia Elétrica – IUEE; e a criação do Ministério de Minas e Energia¹⁸ com a responsabilidade do estudo e encaminhamento de todos os projetos de mineração e energia no Brasil, especificamente no setor de energia (LEOPOLDI, 2002; LANDI, 2006).

¹⁸ O ministério agregou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, Centrais Elétricas do São Francisco – Chesf e a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN Ver em CMEB, 1988, 142p.

Os “esforços” para a criação da Eletrobrás foram retomados no governo Kubistchek enfrentando forte pressão da Light, principalmente no estado de São Paulo, no Conselho Nacional de Indústrias – CNI. Os grupos estrangeiros do setor de energia propunham que se a Eletrobrás *fosse* criada, que se restringisse no interior do país, não interferindo nas áreas de concessão de São Paulo e Rio de Janeiro, por *coincidência*, as áreas que exerciam maior pressão na demanda de energia devido a industrialização e a urbanização (LEOPOLDI, 2002).

Foi atribuída à Eletrobrás (1961) a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, além de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobrás formulada na perspectiva nacionalista do presidente Getúlio Vargas, foi alterada no governo Kubistchek, de forma que, melhor se adequasse à proposta de desenvolvimento associada. A proposta foi somente aprovada durante o governo de Jânio Quadros, contudo só entrou em funcionamento no instável contexto político do governo do presidente João Goulart. O conflito criado pela criação da *holding*¹⁹ perdurou do segundo mandato do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) até Goulart em 1962, devido a oposição da intervenção do Estado no setor energético, que ameaçava as empresas estrangeiras, que atuavam no setor desde o final do século XIX. A criação da *holding* inicia um novo capítulo do setor energético nacional, com a redefinição da função dos atores públicos e privados.

Apesar, do expressivo crescimento da oferta de energia, principalmente por fonte hidrelétrica, o Brasil entra nos anos 1960 com um contexto de crise, nos investimentos do setor e crescimento da demanda por energia, em razão: do crescimento industrial e urbano, paralisação e atraso de obras e uma conjuntura política tensa, com pressões por parte de setores reformistas, dos movimentos sindicais e os representantes da esquerda no governo, que, cobravam as reformas de base e a burguesia, brasileira e internacional, aliada à setores militares com tendência golpista, o que mais tarde veio a se confirmar.

A política econômica do governo militar²⁰ e as “reformas” efetuadas por ele demonstraram a direção dada ao desenvolvimento nacional, ou seja, buscou “reformular as

¹⁹ *Holding*, pois já na sua constituição detém os direitos de exploração hídrica das maiores bacias hidrográficas do Brasil, além de já possuir quatro subsidiárias: a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), a Central Elétrica de Furnas, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap) e a Termoelétrica de Charqueadas S. A. (Termochar). Além das subsidiárias a Eletrobrás possuía como associadas federais, em 1963, a Sociedade Termoelétrica de Capivari (Sotelca) e a Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (Cohebe) -, além de 10 concessionárias estaduais, inclusive a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig); a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul; a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), de São Paulo (encarregada da construção da usina de Jupia); e a Centrais Elétricas de Goiás (Celg) (CMEB, 1989).

²⁰ O programa destinado à economia nacional no período militar, o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-66) tinha como objetivos principais: retomar o ritmo de crescimento econômico interrompido entre

relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado”²¹. Para assegurar o crescimento da iniciativa privada, a diretiva tomada pelo Estado foi a de uma interferência mais profunda e sistemática na economia, ou seja, foi conveniente, no momento a continuidade da planificação econômica para garantir o *desenvolvimento nacional*.

A abertura ao capital internacional, não foi um simples processo de *desnacionalização* da economia, mas um fator estrutural do modo capitalista de produção, que, se reajustava, dando início a um novo momento de predominância das empresas multinacionais. O setor de energia foi um exemplo desta condição, pois, o Estado favoreceu as condições de crescimento das empresas estrangeiras, na condição de concessionárias de distribuição de energia. Compravam a energia produzida por fundos estatais a um custo menor que o seu de produção e revendiam com grande margem de lucro, além disso, os investimentos das empresas privadas estrangeiras no Brasil eram *resguardados* das oscilações da economia nacional ²².

Desta forma, coube ao Estado o primeiro passo para a modernização do território nacional, investido via BNDE em obras de infra-estrutura, principalmente em energia e transporte. Os planos de desenvolvimento, adotados a partir dos anos 1960, nos sucessivos governos militares, refletiram a intensificação do investimento do Estado no território, entendendo o território nacional somente como base operacional e funcional para a reprodução capitalista territorializada nas grandes empresas multinacionais, ligadas à indústria e à modernização da agricultura, em um processo articulado de ocupação do território brasileiro pelo capital transnacional.

Os investimentos no setor de infra-estrutura sofreram desaceleração entre 1962-1964. O governo militar com a finalidade de retomar a “autonomia” da expansão do setor energético, estabeleceu a correção monetária das tarifas de energia elétrica, produzindo o montante necessário para manter a condição de autoprodutor; ampliação da participação do IUEE e do Empréstimo Compulsório – EC, na infra-estrutura do setor energético, principalmente, na ampliação das usinas hidrelétricas. A relação dívida externa e crescimento

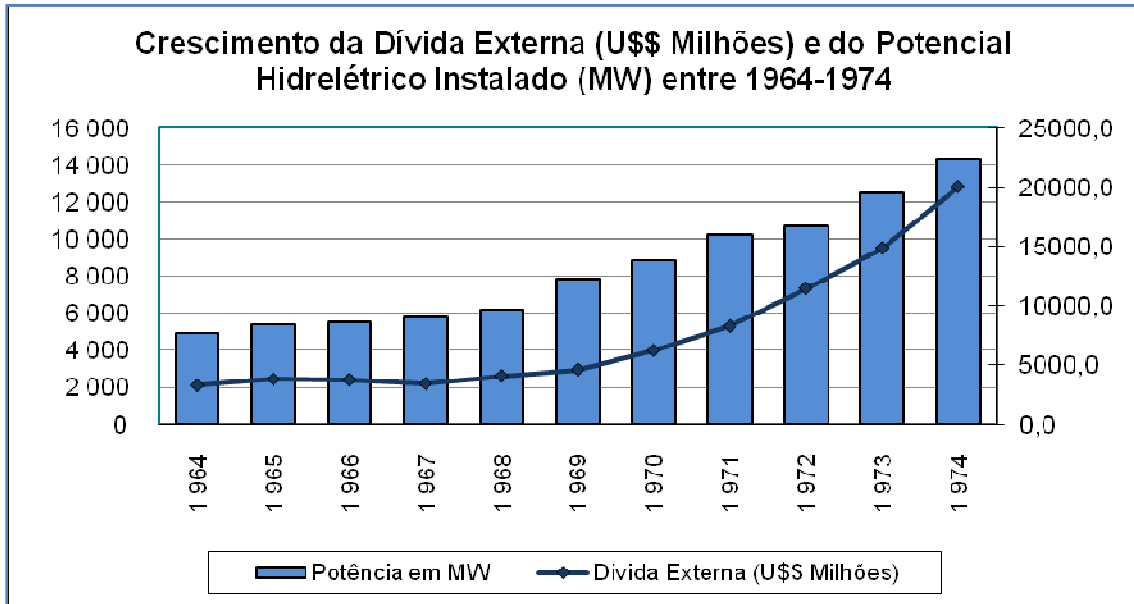
1962-6; conter a inflação; melhoria das condições de vida da população; assegurar a política de investimento, desta forma, incentivando a criação de empregos e controle dos déficits que impediam a capacidade de importação do Brasil (Ver IANNI, 1989, 69p.).

²¹ IANNI, 1986, 236p.

²² O Brasil e os Estados Unidos assinam o Acordo de Garantia de Investimentos em 1965. O acordo garantia aos investidores interessados e as empresas estrangeiras a aplicação de capitais estrangeiros no país e a remessa de lucros para o exterior, criando desta forma, maiores vantagens econômicas para a expansão da empresa estrangeira no Brasil (IANNI, 1986, 270p.).

do potencial elétrico instalado cresceu concomitantemente, como poderemos verificar no Gráfico N°04.

Gráfico 04: Crescimento da Dívida Externa em U\$\$ Milhões e do Potencial Hidrelétrico Instalado (MW) entre 1964-1974



Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990 – Org. Naves, J. C.

O período de crescimento da dívida externa e de expansão da infra-estrutura energética, relacionado no gráfico acima, produziu significativa desaceleração no crescimento econômico, devido à crise do petróleo em 1974 e o fim do crescimento econômico vivenciado no Milagre Brasileiro (1968-1974). Entre os empreendimentos de infra-estrutura dos anos 70 Itaipu foi a única obra que não foi paralisada por falta de verba devido a crise do petróleo.

O empreendimento foi tido como prioridade nacional. É certo, que, o crescimento da dívida externa nacional, no período descrito pelo gráfico (N°04), não somente se justifica pelo crescimento da potência hidrelétrica instalada, mas também, por empréstimos concedidos ao Estado brasileiro que foram aplicados na modernização do território, com o investimento em estradas de rodagem, investimento em institutos de pesquisa, tal como, a Embrapa, importante para o *sucesso* da expansão da fronteira agrícola nas áreas de cerrado do Centro Oeste brasileiro.

A *holding* Eletrobrás passa também a ter a autonomia de financiamentos externos em moeda estrangeira, isto é, os empréstimos tradicionais foram sendo substituídos por

empréstimos diretamente de bancos privados estrangeiros, fator que favoreceu também, a progressão da dívida externa brasileira. Assim, o crescimento da dívida brasileira se justifica pelo próprio modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil durante o período militar agravando o quadro de dependência e fragilidade de economia nacional.

As empresas privadas de energia, após a queda verificada no início dos anos 1960, cresceram exponencialmente em razão da política do governo militar entre 1963 e 1965. O crescimento da tarifação, possibilitou o crescimento do Grupo Light em 478%, passando de rendimento anual de U\$165.000 para U\$625.000 entre 1965 e 1973. O Estado, através da regulação dos valores cobrados pelo fornecimento, subsídios na produção e transferência de dinheiro público para a iniciativa privada, na forma de empréstimos, favoreceu o crescimento do setor privado (JOURDAN, 2006).

Usinas hidrelétricas estatais de grande porte produziram um intenso processo de reorganização do território nacional, dotando-o de infra-estrutura de transporte e energia “integrando-o” a dinâmica de incorporação de “novos” territórios a produção capitalista. Assim, a década de 1970 foi a confluência, de políticas setoriais de investimento em infra-estrutura e a constituição efetiva do meio técnico-científico e informacional, resultando no significativo crescimento de usinas hidrelétricas instaladas (SANTOS & SILVEIRA, 2004).

O Quadro N°01 apresenta as usinas hidrelétricas construídas entre 1960-1980, que evidenciaram o projeto de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista no Brasil, dotando o território de infra-estrutura necessária a produção e reprodução capitalista. A organização da divisão territorial do trabalho concentrou a distribuição da potência gerada pela energia hidrelétrica, nos estados da Bahia e Alagoas, na região Nordeste, e nas regiões Sudeste-Sul, que abrigam a maior concentração de industrialização, setor que consome maior quantidade de energia, e região de maior contingente populacional.

Santos (1997) sobre os espaços da fluidez, da competitividade e da racionalidade, afirma que, a necessidade de tornar os espaços fluídos é uma imposição do mercado, tanto é, que, exige dos Estados à construção e aperfeiçoamento do sistema de engenharia. Analisando cronologicamente a disposição das usinas hidrelétricas de grande porte, com grande potencial gerador para o período, estão distribuídos nos estados onde a integração capitalista do território, se comparadas a outros estados brasileiros é maior, portanto é necessário que se dote o território de infra-estrutura que confira ao território maior fluidez para a circulação do capital.

Logicamente, não se quer dizer que os estados do interior brasileiro não estão integrados ao modo capitalista de produção, ao contrário, a própria divisão territorial do trabalho no território nacional reflete esta racionalidade do modo capitalista, visto a distribuição dos elementos fixos que condiciona a sua importância na produção. As usinas hidrelétricas, neste período, se concentram ao longo da faixa litorânea por nela estarem concentrados as indústrias que necessitam de sua produção, mas há também elementos fixos como as estradas rodoviárias e ferroviárias que conectam regiões produtoras, mais interiores do território às áreas consumidoras, exemplo, a participação do estado de Goiás no abastecimento do mercado interno brasileiro ao longo do século XX.

A Revolução Verde, entendida como, um programa para promover o crescimento da produtividade e da produção agrícola através de insumos, modificações genéticas e uso de tecnologia na produção agrícola, demandou também, um maior consumo por infra-estrutura que conectasse as áreas de produção agrícola com os centros consumidores nacionais e internacionais. Regiões como o Centro – Oeste e o Norte brasileiro não apresentavam uma grande concentração de indústrias, mas outras atividades que estão agregadas a manutenção da produção e reprodução do capital, como a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno (SANTOS, 1994; SANTOS & SILVEIRA, 2004).

Segundo o Quadro N°01, a região Sudeste concentra dezenove usinas hidrelétricas construídas no período de 1960-1980. Destas dezenove, treze estão concentradas no estado de São Paulo, estado que até os dias de hoje, concentra a maior quantidade de indústria, contingente urbano e um campo intensamente tecnificado. A segunda região que possui a maior concentração de usinas hidrelétricas, neste período, é a região Sul do Brasil, com um total de dez usinas hidrelétricas em seu território. Os estados que apresentam a maior concentração de usinas hidrelétricas são os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente com quatro usinas hidrelétricas, e uma no estado de Santa Catarina.

A menor proporção de usinas hidrelétricas, neste período, nos estados do Sul, pode ser explicada pelas reservas de carvão mineral presentes no Sul do país, fator que influenciou a diversificação da matriz elétrica destes estados. Como poderá ser verificado no próximo capítulo, os estados do Sul, sofrem atualmente com o crescimento das hidrelétricas em seu território, devido a disponibilidade hídrica e a redução das reservas de carvão mineral, o que não significa que a mudança para a fonte hídrica represente uma opção “ambientalmente correta”, conforme se justifica o Programa de Desenvolvimento Energético – PDE (2008/2017).

Quadro 01: Construção de usinas hidrelétricas brasileiras entre 1960-1980				
Usina Hidrelétrica	Rio	UF	Potência (KW)	Inicial/Final
REGIÃO NORDESTE				
Paulo Afonso I	S. Francisco	BA	180.001	1948/1954
Paulo Afonso II	S. Francisco	AL	443.000	1961
Boa Esperança	Parnaíba	PI	237.300	1970
Paulo Afonso III	S. Francisco	AL	794.200	1971
Sobradinho	S. Francisco	BA	1.050	1973/1979
Pedra	Contas	BA	20.700	1978
Paulo Afonso IV	S. Francisco	AL	2.642.400	1979
REGIÃO NORTE				
Curuá-Uma	Curuá-Uma	PA	30.300	1967
Tucuruí I e II	Tocantins	PA	4.001.000	1976
REGIÃO CENTRO - OESTE				
Paranoá	Paranoá	DF	310.000	1957/1958
Assis Chateaubriand	Pardo	MS	29.500	1975
REGIÃO SUDESTE				
Furnas	Grande	MG	126.000	1963
Jupiá	Paraná	SP	1.710.000	1960/1974
Camargos	Grande	MG	48.000	1960
Três Marias	S. Francisco	MG	396.000	1961/1963
Funil	Paraíba do Sul	RJ	216.000	1962
Jurumirim**	Paranapanema	SP	97.700	1962
Barra Bonita	Jacuí	SP	140.760	1963
Bariri	Tietê	SP	140.760	1964
Ilha Solteira	Paraná	SP	3.444.000	1965/1978
Suiça	Santa Maria	ES	33.400	1965
Cachoeira Dourada	Paraíba	MG	658.000	1966/1970

Jaguari	Jaguari	SP	27.700	1968
Ibitinga	Tietê	SP	131.490	1969
Porto Colônia	Grande	SP	320.000	1970-1973
Capivari	Capivari	SP	252.000	1970
Chavantes	Paranapanema	SP	414.000	1971
Volta Grande	Grande	MG	437.000	1974
Paraibuna	Paraibuna	SP	85.000	1975
Euclídes	Pardo	SP	108.800	1978/1981
Nova Avanhandava	Tietê	SP	347.400	1978/1983
REGIÃO SUL				
Salto Grande	Paranapanema	PR	70.000	1960
Jacuí	Jacuí	RS	180.000	1962
Palmeiras	Cedros	SC	24.400	1966
Passo Fundo	Passo Fundo	RS	226.000	1973
Passo Real	Jacuí	RS	158.000	1973
Itaipu Binacional	Paraná	PR	6.300.000	1974/1984
Capivara	Paranapanema	PR	640.000	1978
Itaúba	Jacuí	RS	512.400	1978
Rosana	Paranapanema	PR	369.200	1978/1983

*Potência avaliada em 2002 em MW. Fonte: Atlas da Energia. Brasília, 2002, Eletrobrás S.A. Os dados acima foram agrupados segundo a potência da usina e ano de operação da mesma.

Org. NAVES, J. C.

A terceira região que concentra a maior quantidade de usinas hidrelétricas instaladas entre 1960-1980, foi a região Nordeste no Brasil, com sete usinas hidrelétricas divididas em: Bahia e Alagoas três usinas hidrelétricas e uma no estado do Piauí. Percebe-se que a disposição geográfica destas usinas estavam concentradas nos estados da Bahia e Alagoas, transformando o rio São Francisco em uma seqüência de lagos. Somente entre 1960-1989 estão presentes quatro barramentos no médio e baixo São Francisco, entre estas UHE's, estão as usinas de Sobradinho e do Complexo Paulo Afonso, que expropriaram milhares de famílias ribeirinhas e comunidades indígenas, que até hoje seus descendentes sofrem com os impactos.

A região Norte e Centro Oeste, neste período, apresentam as menores concentrações de usinas hidrelétricas instaladas, duas respectivamente. No estado de Goiás, sabemos que, até o fim dos anos 1950 o fornecimento era feito por pequenas centrais elétricas, geralmente associadas a pequenas fábricas, como curtumes e destilarias²³. As primeiras unidades de geração de energia hidrelétricas construídas no estado de Goiás, estão associadas à mudança da capital estadual. A Usina do Jaó (1936) e a de São Patrício (1941), em Goiás, geram uma potência menor que 30 MW, e tem sua energia destinada ao abastecimento na nova capital estadual Goiânia. A mudança da capital federal, para o Planalto Central, foi seguida pela construção de uma infra-estrutura que atendesse as demandas por energia da nova capital federal. Para atender a esta demanda foi construída a Usina Hidrelétrica do Paranoá, controlada pela Companhia Elétrica de Brasília – CEB (ALVES, 2005).

A região Sul de Goiás, que possui uma maior concentração de população e de atividades industriais, do que a região norte do estado é abastecida por energia elétrica de usinas construídas na região oeste de São Paulo e Minas Gerais, tal como a de Furnas (MG), no rio Grande. Na cidade de Catalão (GO) a territorialização na década de 1970 do complexo de mineradoras aumenta a demanda por energia elétrica, que foi suprida pela construção de UHE Emborcação em Minas Gerais, que entra em operação em 1983 e alaga parte dos municípios de Três Ranchos, Ouidor e Catalão no sudeste goiano. A industrialização e a intensificação da urbanização, associado à modernização no campo, influenciou na formação de eixos como o de Anápolis-Goiânia-Brasília, que careciam de um maior suprimento de energia elétrica. A construção de mais usinas na década de 1980, como a de UHE Itumbiara, que teve

²³ Podemos citar como exemplo a constituição do serviço público de energia hidrelétrica na cidade de Catalão (GO) que se inicia em 1910 com o interesse de empresa mineira em prover o abastecimento de força e luz dirigido ao Conselho Municipal do Catalão, contudo, somente em 1920 há a constituição da Lei Municipal de Nº09 de 13 de março de 1920 que autoriza o intendente municipal a abrir concorrência para o serviço, e somente em 1924 é inaugurado o fornecimento de luz elétrica na cidade da usina de propriedade de Joaquim da Silva Ribeiro, que além, da usina montava também na ocasião um curtume, selaria e sapataria.

suas obras iniciadas em 1974, mas somente entra em operação em 1983, foi justificada para atender esta demanda crescente de modernização do território goiano.

A quantidade e a disposição das usinas hidrelétricas nos estados do Centro-Oeste refletem a modernização seletiva do território, pois a infra-estrutura planejada e construída pelo Estado estava condicionada a divisão territorial do trabalho. Momentos como a Marcha para o Oeste, nas primeiras décadas do século XX; a Revolução Verde, a mudança da capital estadual e a construção de Brasília, são eventos articulados ao processo de modernização do território.

Apesar da menor quantidade de usinas hidrelétricas entre 1960-1980, os estados da região Centro – Oeste, foram servidos por uma infra-estrutura que estava articulada às demandas da modernização no campo. Nos estados da região Centro-Oeste territorializaram-se programas federais e de cooperação internacional, principalmente japonesa, tal como, os projetos direcionados ao agronegócio nos anos 1970: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro, e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecet, Programa de Financiamento de Equipamentos para a Irrigação Profir e o Programa Nacional de Irrigação – Pronique. Estes programas incluíam tanto o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias à produção, quanto a construção de infra-estruturas que subsidiassem a ocupação do Cerrado, como projetos de irrigação, estrutura rodoviária, que conecta-se o território e garantisse a fluidez do fluxo de capitais (PIRES, 2000).

O Quadro N°01 demonstrou a concentração de usinas hidrelétricas nas áreas Sudeste e Sul do Brasil, mas principalmente a importância das ações do Estado nos investimentos em infra-estrutura hidrelétrica concentradas na região Sudeste e Sul do Brasil. A presença do Estado, nos investimentos que possibilitaram a territorialização do capital transnacional do Brasil, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste fez-se presente no financiamento de estradas de rodagem, investimento em fontes energéticas, como diesel e gasolina e em agências de pesquisa como a Embrapa, investimentos articulados ao projeto de desenvolvimento destas regiões, gradativamente incorporadas pela modernização da agricultura.

A concentração das unidades de geração hidrelétrica, nas áreas Sudeste e Sul do Brasil, estiveram condicionadas ao crescimento da concentração urbana e industrial brasileira. Crescimento urbano, resultante do processo de modernização no campo brasileiro, associado à industrialização, produziu, por consequência, a migração compulsória de camponeses e

trabalhadores rurais e sua proletarização nas cidades brasileiras. Portanto, a territorialização do capital monopolista no Brasil ocorre espacialmente articulada, ou seja, a modernização no campo e o incentivo a industrialização nacional não são projetos distintos, mas projetos calcados em uma mesma orientação econômica.

Foi durante os governos militares que ocorreram o aumento significativo dos projetos hidrelétricos de grande envergadura, como Sobradinho e Paulo Afonso III e IV, consolidando o modelo de desenvolvimento energético baseado na geração de energia por fonte hidrelétrica, e por consequência, na expropriação de camponeses, indígenas e comunidades ribeirinhas. A condição de autofinanciadora da Eletrobrás, produzida pelas novas medidas tarifárias²⁴, do governo militar, renderam aumento na potência hidrelétrica instalada, aliada a um crescimento da dívida externa brasileira proporcional ao crescimento da potência hidrelétrica instalado no Brasil.

Das quarenta usinas construídas entre 1960-1980, vinte e oito foram construídas durante o regime militar no Brasil. Entre estes empreendimentos destacam-se “as grandes obras”, como o Complexo Paulo Afonso, Sobradinho e Tucurí. Se considerarmos ainda, usinas que somente entraram em operação após 1980, como exemplo, Itumbiara, Emborcação e Itaipu, verificamos que, a quantidade de famílias que sofreram com a truculência do processo foi ainda maior. Durante década de 1970 que se iniciam as conversações com o Paraguai para a construção da Binacional Itaipú, no rio Paraná. As negociações diplomáticas para o aproveitamento da extensão do rio Paraná, entre o Salto das Sete Quedas e a Foz do Rio da Prata, datam ainda nos anos 60, com avanços e retrocessos nas negociações sobre a área de litígio entre os dois países. O acordo estabeleceu que a área em disputa seria ocupada pela formação do lago da usina hidrelétrica, cessando assim as discussões sobre a área em questão²⁵.

Estes grandes empreendimentos refletiram a dinâmica constante de incorporação territórios ao modo capitalista, dotando os mesmo de elementos fixos, que possibilitem sua integração. Entretanto, o projeto de desenvolvimento adotado pelo Estado produz na mesma medida que “integra” o território, desintegra outros. Desintegra, no sentido de romper com os

²⁴ O objeto de impasse entre o setor privado e o setor público desde o governo Kubistchek, sobre a taxa de remuneração legal de 10% do investimento em geração de energia é finalmente, no governo militar, acrescido dos 2% proposto pelo GETENE, ficando assim a taxa de remuneração em 12%. Ver LANDI, 2006.

²⁵ Em 26 de abril de 1973 é assinado o Tratado de Itaipu, documento que davam início aos trabalhos de planejamento da futura hidrelétrica de Itaipu. O acordo previa a formação da entidade binacional, responsável pelas obras, e constituída de partes iguais entre os dois países. A usina entra em funcionamento em 1984 gerando inicialmente 12.800 KW de potência, sendo ampliada sua capacidade adicional de vinte novas turbinas que geram 14.000MW de potência instalada (GERMANI, 2003; CMBE, 1989).

laços de organização naturais e tradicionais dos territórios, como exemplo, os territórios camponeses que foram modificados externamente por uma lógica de acumulação que lhe é alheia, que é exótica a racionalidade destes territórios e se justifica pelas necessidades do modo de produção em escala mundial, ou seja, Itaipú não significou progresso nem desenvolvimento para as populações que foram atingidas por sua construção, mas obedeceu aos interesses para os quais foi criado, de gerar energia para produção industrial do Sul-Sudeste do Brasil. (GERMANI, 2003).

2.2 Reestruturação do modo capitalista de produção e seus efeitos na relação Estado e Mercado

O Estado brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, reorganiza suas funções de modo a amortecer as demandas sociais de educação, saúde, e seguridade social para o trabalhador, e desta forma, contribuindo para que o patronato pudesse pagar baixos salários e formando uma infra-estrutura de energia, transporte, créditos, financiamentos e políticas fiscais para o crescimento da empresa privada. A crise econômica brasileira iniciada nos fins dos anos 1970 anunciou o limiar desta fase produzida pelas próprias contradições do sistema (MOREIRA, 1992, 35p.).

As medidas para correção do chamado “equivoco histórico”²⁶ foram: a redução fiscal, que possibilita o crescimento e a livre iniciativa, e a devolução do sistema econômico para a mão do mercado, através da privatização de toda a infra-estrutura construída na fase anterior. O Estado recebe uma nova configuração, com funções distintas e ação reduzida, não de protetor das economias nacionais, mas adaptadora das econômicas nacionais diante das exigências da mundialização do capital, dando início a pilhagem do aparelho estatal pelo Neoliberalismo.

Os reajustes do modo capitalista produziram, na economia dependente brasileira, altos índices de inflação e aumento considerável da dívida externa, como em outras nações latino americanas. A adequação, a nova fase do capitalismo forçou o ajustamento das

²⁶ Recuo do Estado o controle da economia. Sobre o fim do Welfare State ver MOREIRA, R. Política e Técnica Neste Final de Século. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Nº12, Jan-Dez de 1992, 29-44p.

economias destes países a uma série de acordos econômicos impostos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. No Brasil, o governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), se comprometeu em seguir as diretrizes do FMI, tais como, o “enxugamento” da máquina pública, com cortes orçamentários; reformas fiscais e tributárias que incentivavam o investimento do capital externo; a flexibilização dos direitos trabalhistas e a diminuição substancial da participação do Estado nos investimentos públicos, direcionados aos investimentos nas empresas privadas; Além da privatização das empresas estatais, principalmente dos setores de energia, telecomunicação e transportes, promovendo, assim, a geração de dividendos usados para pagar a dívida externa. (HARVEY, 2005).

A “estabilização” da moeda e da taxa de juros; um processo de desestatização intenso; fusões entre empresas nacionais e internacionais e terceirizações, formaram um quadro econômico extremamente interessante à entrada de capitais internacionais. Os investimentos externos diretos – IED’s aumentam significativamente nas economias de capitalismo periférico atraídos pelos processos de desestatização da economia. Não somente, as privatizações são manifestações da desnacionalização da economia, mas as empresas nacionais, que não se adaptaram a nova dinâmica, foram sufocadas, absorvidas ou compradas pelo capital internacional (CHESNAIS, 1996; BENKO, 1996).

Esta maciça participação do capital internacional, na desestatização brasileira, ocorre devido as mudanças normativas para o financiamento de empresas multinacionais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES²⁷, criado com o objetivo de financiar a industrialização nacional, durante a crise financeira, foi proibido de fazer empréstimos e financiamentos a empresas multinacionais. No entanto, esta situação se altera com a pressão exercida pelo o capital internacional à economia nacional. O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 impôs que a partir daquela data, fica autorizado a conceder empréstimos às empresas multinacionais, e ironicamente no ano de 1998 o BNDES proíbe o empréstimo às empresas estatais, este fator explicita a relação Economia e Estado e reforça a função do Estado no fortalecimento da empresa privada (PIQUET, 2004).

A primeira experiência de privatização no setor elétrico no Brasil ocorre na formação do consórcio para a conclusão da Usina de Serra da Mesa (GO), entre Furnas Centrais Elétricas S/A e a Nacional Energética, empresa do Banco Nacional. A maior divergência no

²⁷ No ano de 1982 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE criado em 1952, acrescenta “s” devido a crise econômica dos anos 1980. Desta forma o banco passa a utilizar uma política compensatória para amenizar as contradições produzidas pelo modelo de desenvolvimento adotado no Brasil.

consórcio foi a falta de investimento de capital próprio da Nacional Energética. O investimento foi financiado pelo BNDES usando recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT (SAUER, 2002).

A experiência “bem sucedida” de Serra da Mesa influenciou a formação de outros consórcios de aquisição de empresas públicas no Brasil, como exemplo, que seguiu o “paradigma” de Serra da Mesa, a constituição de parcerias para a conclusão da Usina de Itá da Eletrosul Geradora²⁸. Segundo Sauer (2002) o BNDES, financiou o restante da obra da UHE Itá para a empresa de Cimentos Itambé e a Eletrosul. A referida empresa foi “saneada” pelo Plano Nacional de Desestatização - PND e transformada em Gerasul, e vendida em um leilão sem concorrência a Tractebel, empresa Belga, pelo montante de U\$\$ 800,4 Milhões, valor considerado por Sauer (2002) abaixo do mercado diante do patrimônio da Gerasul no momento da venda.

Analisando os dados apresentados pelo Quadro N°02, compreendemos o montante da participação dos investimentos internacionais no setor energético no Brasil. As empresas estatais da região centro-sul do Brasil, foram adquiridas, em sua maioria, por grupos internacionais, norte-americanos e europeus. O interesse por estas se explica estas por apresentarem um mercado extremamente rentável para o investimento de capitais, exemplo da ELETROPAULO, CESP, GERASUL e CERJ, e se encontrarem na região mais industrializada e urbanizada. Um setor, considerado de grande importância para o *desenvolvimento econômico nacional*, durante o nacional-desenvolvimentismo no Brasil, neste momento de mundialização do capital, foi entregue as corporações internacionais fortalecendo a relação de “integração” à economia internacional baseada na dependência econômica e no recuo do Estado.

O equivalente a 49, 06% do capital usado para a compra das empresas públicas brasileiras, foi oriundo de capital externo de países como os Estados Unidos, Bélgica, Espanha e França. Entre as empresas adquiridas por capital nacional, aparecem como compradores empresas ligadas ao setor eletrointensivo como a Camargo Corrêa Energia e a Novelis do Brasil S/A. ambas acionárias da CPFL Energia, adquirida por U\$\$ 2.731 milhões.

²⁸ Sauer (2002) ressalta a particularidade deste caso, visto que, consiste no primeiro caso de desverticalização e de privatização de uma empresa federal.

Quadro 02: Privatização das Empresas Públicas de Energia no Brasil e Participação de Capital Estrangeiro (US\$ milhões)				
Empresa	Data	Leilões (US\$ Milhões)	Nacionalidade dos compradores	Capital Externo (%)*
SAELPA	17/02/2000	185	Brasil 100%	0,00 (0%)
CEMAR	15/06/2000	289	Estados Unidos 100%	289 (100%)
CELPE	28/07/1999	1.004,0	Espanha 70%; Brasil 30%	702,8 (70%)
Companhia de Geração Elétrica Tietê	28/07/1999	472	EUA 100%	472 (100%)
Companhia Paranapanema	27/10/1999	682	EUA 100%	682 (100%)
Empresa Bandeirante de Energia	17/09/1998	860	Portugal 56%; Brasil 44%	481,6 (56%)
GERASUL	15/09/1998	800,4	Bélgica 100%	800,4 (100%)
ELEKTRO (CESP)	16/07/1998	1.273,0	EUA 100%	1.273,0 (100%)
CELPA	09/07/1998	388	Brasil 100%	0,00 (0%)
ELETROPAULO	05/04/1998	1.777,0	EUA 100%	1.777,0 (100%)
COELCE	02/04/1998	868	Espanha 37,5%; Brasil 36,5%; Chile 26%	551,18 (63,5%)
COSERN	12/12/1997	606	Brasil 87,8%; Espanha 12,2%	73,93 (12,2%)
ENERGIPE	03/12/1997	520	Brasil 100% -	0,00 (0%)
CEMAT	27/11/1997	353	Brasil 100% -	0,00 (0%)
ENERSUL	19/11/1997	565	Brasil 100% -	0,00 (0%)
CPFL	05/11/1997	2.731,0	Brasil 100%	0,00 (0%)
Cia. Norte Nordeste de Distribuidora de Energia Elétrica	21/10/1997	1.486,0	Brasil 66,7%; EUA 33,3%	494,84 (33,3%)
Cia. Centro-Oeste de Distribuidora de Energia Elétrica	21/10/1997	1.372,0	USA100%	1.372,0 (100%)
C.. E. Cachoeira Dourada S/A – CDSA	05/09/997	714	Chile 60%; Peru 20%; Outros 20%	714 (100%)
COELBA	31/07/1997	1.598,0	Brasil – 61%; Espanha– 39%	623,2 (39%)
CERJ	20/11/1996	587	Chile 60%; Portugal 30%; Espanha 10%	587 (100%)
LIGHT	21/05/1996	2.270,9	França 11,3%; USA 22,6%	1.384,2 (60,95%)
TOTAL		21.401,3		10.501,2 (49,06%)

C.E. (%)* Percentual adquirido por capital estrangeiro. Fonte: BNDES. Privatizações no Brasil 1991/1999. Secretaria Geral de Apoio à Desestatização, BNDES, 1999. Org. BÉRZIN, Ivan. Fonte: Banco Central, Investimento Exterior Direto – IED Disponível em: www.bc.gov.br – Org. Naves, J. C.

Ocorreu um crescimento significativo dos investimentos no Brasil entre 1980 e 1996, aproximadamente de U\$\$ 831.275, 012 segundo os dados do Banco Central. Os anos que ocorreram as principais fusões de empresas e processos de privatização mais intensos foram os anos que obtiveram os maiores índices de investimentos diretos no Brasil. No ano de 1990, houve um investimento de U\$\$ 37.243,412 com crescimento constante até o ano de 1996 para o montante de U\$\$ 103.014, 509. A partir de 1996 ocorre uma desaceleração dos investimentos diretos acompanhado com a desaceleração das privatizações no país (BANCO CENTRAL, 1990).

Chesnais (1996), sobre os investimentos em IED's, explica que, estes são tipicamente concentrados em países de capitalismo desenvolvido. Aparecem nos dados de investimentos dos países subdesenvolvidos, quando estes, estão em franco processo de desnacionalização de sua economia. Não por acaso, o setor de energia em países periféricos atraem grandes multinacionais, como a Alcoa Alumínios e Albrás Alumínio Brasileiro S/A, que estabelecem filiais nestes países atraídos pela privatização das empresas estatais do setor e pela pilhagem da economia destes países.

Após o primeiro momento da “reformulação” do setor elétrico nacional, com a privatização de empresas produtoras e distribuidores de energia, em âmbito, federal e estadual, foi chegado o momento de uma nova fase para o setor. Entre as inúmeras medidas esteve a redução da ação da ELETROBRÁS, pois a mesma tinha interesses “conflitantes” com o atual modelo de gestão de energia no Brasil. A reforma institucional do setor objetivou adequar o setor aos novos ditames do capital internacional, neste plano de adequação foi necessário a reformulação significativa da gerência dos recursos disponíveis (BRASIL, 1996).

A criação em 1996 da Agência Nacional de Energia Elétrica²⁹; a instituição da lei que cria o Mercado Atacadista de Energia, que negocia a eletricidade, e o Operador Nacional do Sistema Elétrico, encarregado da instalação e operação do sistema interligado, e em 2003 o Decreto de N°915 que autorizou a formação de consórcios entre empresas que tenham interesse em construir usinas hidrelétricas para consumo próprio e venda do excedente,

²⁹ A partir de 2003 a Aneel concentra a responsabilidade de gerenciar os leilões de energia elétrica no Brasil divididos nas categorias de: concessão, autorização e permissão ou que constituam acréscimo a capacidade existente. As reformulações proporcionadas pelas mudanças na legislação deram a abertura necessária para que as grandes empresas multinacionais tivessem acesso a produção de sua própria energia. Os leilões de uso de bem público – UBP são disponibilizados pela Aneel para a fonte hidrelétrica em pequenas centrais elétricas – PCH e Usinas Hidrelétricas – UHE. Dados disponíveis em: www.aneel.gov.br e www.ana.gov.br.

concretizaram o marco legal de promoção da *pilhagem* dos recursos naturais nacionais (REGO, 2007; CHESNAIS, 1996; BRASIL, 1996).

Toda a infra-estrutura investida pelo Estado entre os anos 1960-1980, conferiu maior *integração* do território, contudo, uma *integração* territorial, que, não necessariamente se identifica com as necessidades locais da sociedade onde se territorializavam. Os investimentos do Estado, em infra-estrutura e o crescimento das indústrias multinacionais em território brasileiro, refletem a organização de uma lógica externa, ou seja, elementos fixos no território que possuem o uso prioritário para a reprodução ampliada do capital. Em resumo, o Brasil neste período foi um *canteiro de obras* que objetivou a criação da infra-estrutura necessária a reprodução capitalista no Brasil (SANTOS, 1994).

Os anos 1980 no Brasil foram marcados pela crise econômica, fruto da reestruturação capitalista, e pela desaceleração do investimento estatal em empresas públicas. Esta estagnação do investimento em infra-estrutura energética, nos anos 1980, produziu um descompasso entre o potencial elétrico instalado e o crescimento da demanda por energia elétrica nas décadas seguintes. Diante da necessidade de garantir e manter as condições de reprodução capitalista, o Brasil como demais países da América Latina, foram signatários do Consenso de Washington, que impôs medidas econômicas de ajustes às economias latinas, como pagamento a “participação” do novo momento vivido pelo modo capitalista de produção, a globalização da economia.

O processo de desnacionalização da economia brasileira e a privatização das empresas estatais, foram repercussões das medidas do Consenso no Brasil, aliado à ela a intensificação das concentrações da riqueza e crescimento das injustiças sociais. Especificamente do setor de geração de energia hidrelétrica, o descompasso no investimento em geração de energia hidrelétrica, devido a privatização do setor, bem como a falta de investimentos em pesquisas por fontes alternativas de geração de energia elétrica, reforçaram a concentração da geração de energia na fonte hídrica, construíram um cenário de “crise” no fornecimento de energia no Brasil.

Objetivando corrigir a situação de “crise” de abastecimento de energia elétrica no Brasil e mantendo as condições necessárias ao “desenvolvimento” econômico brasileiro, foi “necessário”, que o Estado, além de sair da condição de produtor, isto é, de privatizar as empresas públicas de geração, transmissão e comercialização de energia hidrelétrica, que também, reformule-se a legislação sobre a exploração e produção de energia elétrica no Brasil, dando assim, a abertura necessária a exploração dos recursos hídricos pelo capital

privado transnacional. Assim, a crise de abastecimento de energia elétrica em 2001 tornou-se a justificativa para o crescimento do parque gerador hidrelétrico, tomando como necessária a expansão de novas hidrelétricas baseadas em consórcios constituídos por empresas privadas nacionais e multinacionais, e tornado os efeitos socioambientais, como puramente, passíveis de mitigação, um custo “necessário” diante da garantia do “desenvolvimento” econômico brasileiro. Os prejuízos ambientais irreparáveis, produzidos por este sistema de geração de energia elétrica, foi denunciado pela Comissão Mundial de Barragens em 1998-2000. A CMB analisou oito grandes barragens construídas no Brasil, entre elas Tucuruí, e concluíram:

Os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondentes dos benefícios econômicos:

- Povos indígenas e tribais, e minorias étnicas vulneráveis, sofreram um nível desproporcional de deslocamento e impactos negativos sobre os meios de subsistência, da cultura e existência espiritual.
- Populações afetadas, que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, sofreram frequentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social.
- Dentre as comunidades afetadas, a desigualdade entre os sexos muitas vezes aumentou, com as mulheres sofrendo uma parcela desproporcional dos custos sociais e, via de regra, sendo discriminadas na partilha dos benefícios.

Onde existem tais iniquidades na distribuição dos custos e benefícios, o Estudo Global ressalta que uma abordagem do tipo “balanço geral” para contabilizar os custos e benefícios torna-se cada vez mais inaceitável em termos de equidade como meio de escolher os “melhores” projetos. Seja como for, a verdadeira lucratividade econômica dos projetos de grandes barragens permanece imponderável, pois os custos ambientais e sociais foram mal contabilizados em termos econômicos. Em particular, a não contabilização desses impactos e o não sofrimento de milhões de pessoas. Isso tem gerado, em todo o mundo uma oposição crescente às barragens por parte das comunidades afetadas (MESQUITA, 2007 *apud* CMB, 2000).

As conclusões apresentadas pela CMB demonstraram justamente o direcionamento e as conseqüências da concentração da geração de energia elétrica. Concluiu o quanto o projeto estruturado na concentração hidrelétrica apresenta falhas e é ambiental e socialmente predatório. O *know how* da expropriação obtido pelos grandes barramentos como Tucuruí, Balbina e Itaipú são aplicados agora pelo setor privatista, apoiados pelo Estado que concede a abertura do setor de geração de energia elétrica para as empresas privadas, como também a privatização do setor de produção de energia elétrica no Brasil, fatores estes que vão intensificar a expropriação e os impactos ambientais.

3 A DINÂMICA TERRITORIAL DA PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL

Ao longo do século XX o setor de geração de energia elétrica, no Brasil, concentrou-se na geração de energia por usinas hidrelétricas, devido ao custo de produção e a abundância hídrica (supostamente o suprimento de energia é constante sem interrupções). A opção pela fonte hidrelétrica não ocorre por uma preocupação ambiental, como o discurso da energia *limpa e renovável* propaga, mas, por critérios econômicos, visto que, tornou-se a fonte energética mais barata e econômica, devido ao grande potencial hídrico e as linhas de financiamento à projetos hidrelétricos promovidos pelo Estado.

Mesmo diante da comprovação da perversidade do sistema de geração hidrelétrica, (como comprovado nas experiências de Tucuruí, Balbina e Itaipu), o Estado ainda planejou a expansão do setor elétrico, concentrado na fonte hidrelétrica, e pautada na abertura do setor para o capital privado transnacional, através dos processos de privatização e da abertura do setor de produção de energia à iniciativa privada.

O cenário brasileiro encontra-se no fim dos anos 1990, concentrado e em franco processo de privatização, desde a produção de energia até sua comercialização. As reformas estruturais do Estado, iniciadas no governo dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), foram fortalecidas nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (2004-2010) marcando a orientação *gerencial*³⁰ assumida pelo Estado brasileiro.

Esta orientação gerencial transparece, justamente, o alinhamento das nações de capitalismo periférico à nova ordem econômica global. A refuncionalização do Estado baseado nas reformas institucionais e jurídicas e na aplicação de uma cultura gerencial de administração, medidas estas, que, fortaleceram e priorizaram o setor privado (MOTTA, 2006; IANNI, 1989).

A reforma jurídica, na legislação de concessões no Brasil, teve como objetivo erradicar ou minimizar os *impeditivos* contidos na legislação brasileira, e assim, “fortalecer” o crescimento econômico nacional, como exemplo, a Lei Nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, que define a concessão para a iniciativa privada dos serviços de geração, transmissão e

³⁰ IANNI, 1989

comercialização de energia elétrica aliada ao plano de desestatização do setor elétrico orientaram o setor elétrico a partir de então (MOTTA, 2006; BERMAN, 2001, BRASIL, 1995).

A desestatização das unidades geradoras de energia no Brasil despertaram os interesses dos capitais internacionais (ver Quadro N°02), interessados em adquirir as empresas públicas, como verificamos na edição de 29 de janeiro de 1995 o Jornal do Brasil (Figura N°01). A reportagem destacou, justamente, a oportunidade para o capital internacional aberta com privatização do Setor elétrico na América Latina. A venda do setor foi apresentada como “*O Melhor negócio do fim do século*”, com lucros para os bancos e corretoras de até U\$6,4 bilhões com a venda das concessionárias de energia estatal.

A reportagem ainda menciona a possível *falibilidade* do setor diante da falta de investimento do Estado na última década, associado ao crescimento da demanda de energia elétrica. Segundo a reportagem, este fator, acaba por favorecer a venda das empresas de acordo com “a máxima de Wall Street”, ou seja, “quanto mais em frangalhos estiver uma economia, melhor são as chances de lucro futuro”, demonstrando que, a adoção das medidas econômicas impostas pelo Consenso de Washington para os países latinos, buscaram reforçar e manter o *status quo* das grandes potências hegemônicas globais, como, as Southern Electric International, empresa norte-americana do setor elétrico e o Citybank, e agravar o quadro de dependência das economias latinas (Ver Figura N°01).

Figura Nº 01: "O Melhor negócio do fim do século" 29 de Janeiro de 1995/Jornal do Brasil

O melhor negócio do fim do século

■ Venda do setor elétrico abre caminho para bancos ganharem US\$ 6,4 bilhões

O último grande negócio deste fim de século na América Latina promete atrair as atenções de todo o mundo para o Brasil. Trata-se de um patrimônio de US\$ 80 bilhões, que vai ser posto à venda por conta da nova lei de concessões do setor público. O maior filão do empreendimento está concentrado nas estatais de eletricidade. Estima-se que os bancos e consultorias envolvidos no negócio podem ganhar entre 3 a 8% sobre o valor na transação, algo que oscila na faixa de US\$ 2,4 bilhões a US\$ 6,4 bilhões.

Essas cifras bilionárias foram contabilizadas pelos maiores bancos e corretoras do mundo, que enxergam na privatização um filão inesgotável de lucros. Basta lembrar que a venda das companhias poderá elevar o seu valor para a casa dos US\$ 200 bilhões -- pouco menos da metade do Produto Interno Bruto do país -- no ano 2000.

"O setor elétrico brasileiro é um dos mais atrativos do mundo", diz, em Nova Iorque, Alfredo Vieira, da Salomon Brothers.

Negócio da China — O que atíça o

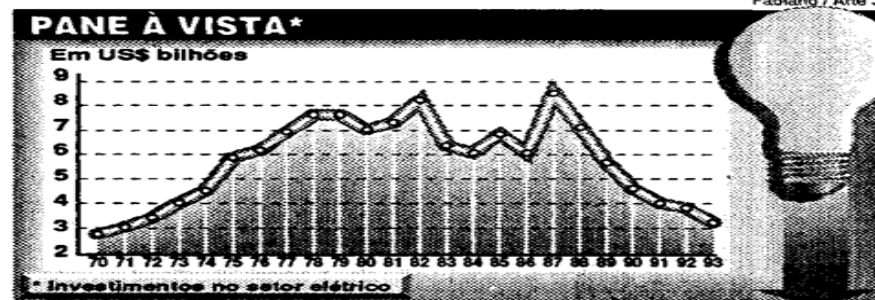


apetite dos investidores é curiosamente o motivo de irritação de clientes e consumidores: a desorganização e a perspectiva de um colapso no médio prazo, se a economia continuar na sua marcha

forçada para o crescimento. É um negócio melhor do que na China, onde o sistema é mais avançado, o que torna as empresas valiosas e, portanto, mais caras.

Em Wall Street, a máxima ensina que quanto mais em frangalhos estiver uma companhia, melhor são as chances de lucro no futuro. Desde, é óbvio, que o mercado consumidor seja bastante promissor. A regra é simples: compra-se a um preço baixo, reformula-se completamente o figurino, reduzindo as estruturas e demitindo pessoal, e depois anuncia-se a venda. "O potencial de lucro depois da reorganização é maior", afirma Vieira, retratando no melhor estilo a figura do predador de companhias.

Esse potencial dos estrangeiros naturalmente já foi detectado há muito tempo também pelos bancos de investimentos daqui. "Eles estão



Fonte: Nacional Energética

VALOR DE MERCADO

Empresa	US\$ milhões
Cellesc	574
Corj	271
Cerniq	3.083
Cesp	4.259
Copel	2.283
Escelsa	500
Eletrobrás	18.857
Light	3.754
Paulista de Força e Luz	1.689

Obs: Cálculo pelas cotações das ações em 31/12/94. Mas o valor patrimonial do setor alcança US\$ 80 bilhões

Fonte: Nacional Energética / Salomon Brothers

interessados em todo o jogo", diz Luiz César Fernandes, presidente do Pactual, um banco que vale US\$ 150 milhões e administra US\$ 2,6 bilhões.

Na semana passada, ele conferiu de perto o interesse dos estrangeiros, tirando do próprio bolso US\$ 400 mil para organização de seminário que reuniu, além de ministros e políticos, 57 representantes de fundos e bancos do exterior em São Paulo. O objetivo foi examinar as possibilidades de negócios no Brasil, especialmente nas áreas de geração e distribuição de energia e telecomunicações. O banqueiro não agiu por benevolência.

"Quando eles decidirem investir no Brasil, espero que se lembrem de procurar o Pactual", afirma Fernandes.

privadas na distribuição de energia, e a gigante americana Southern Electric International, de Atlanta. O Banco Garantia, de Jorge Paulo Lemann, está procurando se compor com os fundos de pensão estrangeiros. O Citibank também busca parceiros lá fora. O quinto consórcio está formado pelo Chase Manhattan, grupo Rede (da família Queiroz de Moraes), Banco da Bahia e a Houston, no Texas (EUA).

Os grupos — Por enquanto, há cinco grandes consórcios em formação. O primeiro deles reúne o Pactual, Nacional, Icatu e Bozano, Simonsen numa holding chamada Iven, que ficou com 21% da Escelsa, a companhia de energia do Espírito Santo. Outro grupo reúne a Cataguazes-Leopoldina, líder entre as empresas

A privatização das empresas estatais foi a preparação do terreno para a abertura do setor de energia para o capital privado. A privatização foi o primeiro passo para a organização da casa. Entre as várias medidas de adequação previstas para o setor elétrico, além da privatização, estavam: a redução da ação da ELETROBRÁS, pois a mesma tinha interesses “conflitantes” com o atual modelo de gestão de energia no Brasil, isto é, com o capital privado que recentemente adquirira uma fatia considerável do parque gerador; e o afrouxamento da legislação de produção de energia com a Lei Nº 8.987 que autoriza as concessões para a iniciativa privada culminando em um novo modelo de gestão institucional com as agências reguladoras.

Juntamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica (1996)³¹; foram também criados o Mercado Atacadista de Energia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o primeiro encarregado da comercialização da energia e o segundo da instalação e operação do sistema interligado, além da autorização (Decreto de Nº915 de 203) para formação de consórcios entre empresas privadas que tenham interesse em construir usinas hidrelétricas para consumo próprio e venda do excedente, concretizam o marco legal da *pilhagem* dos recursos naturais nacionais (REGO, 2007; CHESNAIS, 1996).

O suposto colapso do sistema elétrico, assim como previsto, ocorreu em 2000-2001. O “Apagão” fortaleceu a “necessidade” de investimento no setor de energia elétrica, principalmente na geração de energia hidrelétrica, pela iniciativa privada. A crise energética foi a justificativa usada para explicar a falência do Estado na administração e investimento na empresa pública.

O uso de grandes meios de comunicação de massa, auxiliaram na conformação de consenso da necessidade de expansão de hidrelétricas, isto é, da construção ideológica que a energia hidrelétrica é a fonte mais viável economicamente e socioambientalmente, e é absolutamente necessária para o desenvolvimento econômico brasileiro. Como podemos verificar na Figura Nº02, a produção em massa de “informações” vinculadas nos grandes veículos de comunicação do país, usava das privações do trabalhador, no período de racionamento de energia, como o ponto de sensibilização da opinião pública para a aceitação

³¹ A partir de 2003 a Aneel concentra a responsabilidade de gerenciar os leilões de energia elétrica no Brasil divididos nas categorias de: concessão, autorização e permissão ou que constituam acréscimo a capacidade existente. As reformulações proporcionadas pelas mudanças na legislação deram a abertura necessária para que as grandes empresas multinacionais tivessem acesso a produção de sua própria energia. Os leilões de uso de bem público – UBP são disponibilizados pela Aneel para a fonte hidrelétrica em pequenas centrais elétricas – PCH e Usinas Hidrelétricas – UHE. Dados disponíveis em: www.aneel.gov.br e www.ana.gov.br.

do crescimento das hidrelétricas, e por consequência dos impactos socioambientais como necessários para que a “crise” novamente não se instalasse.

Figura N°02: “Sem Luz” Revista Veja de 11 de maio de 2001



Fonte: Arquivo Revista Veja. Edição 1700, Ano N°64 – N°29 de 16 de maio de 2001. Disponível em: www.veja.com.br/arquivo acesso em 14 de fevereiro de 2010 às 22:10.

O discurso do apagão motivou a aceitação do projeto de crescimento da potência instalada por hidrelétricas, por estas, apresentarem-se como, a alternativa mais barata e rápida a ser considerada, visto o potencial oferecido pela hidrografia brasileira. Assim, o bombardeio de “notícias” produzidas pelos grandes veículos de comunicação no Brasil, favoreceu e reforçou o argumento da falta de investimentos do Estado associada à falta de chuvas, fortalecendo a “necessidade” de expansão diante a ameaça das possíveis consequências da crise econômica, como, a estagnação do crescimento econômico e desemprego.

A “sensibilização” da população para o problema acaba por reforçar outro, por consequência: a falta de reflexão sobre o real problema da geração de energia elétrica no

Brasil e da Matriz Energética Brasileira. Se o apagão de 2001 foi uma prova da fragilidade do sistema elétrico às intempéries naturais, qual a razão de investir e concentrar a produção de energia nesta fonte de geração? A ironia implícita está na suposta falta de chuvas e os novos barramentos, assim, mais usinas hidrelétricas não resolveriam efetivamente o risco de um novo apagão (BERMANN, 2003).

3.1 Crise Elétrica e o crescimento das indústrias eletrointensivas como produtoras de energia hidrelétrica no Brasil

A responsabilidade pelo Apagão de 2001 foi justificada pela ausência de chuvas e a falta de investimento do governo federal na produção e transmissão de energia elétrica. O período de seca ocorrido entre os anos de 2000-2001 teria provocado significativa queda das reservas de água, para a geração de energia, comprometendo todo o sistema interligado de fornecimento de energia elétrica no país. Para garantir, que o fato não se repetisse mais, era “necessário” um investimento significativo que possibilitassem a expansão da capacidade elétrica instalada.

A propaganda governamental, instrumento intensamente utilizado para formação de uma opinião pública favorável à abertura do setor, informava sobre o eminente risco do país de não mais crescer economicamente devido a crise no fornecimento de energia. A pressão exercida pela corrente privatista do governo estimulou o afrouxamento do rigor na concessão das licenças ambientais para empreendimentos de geração hidrelétrica, tal como, os empreendimentos que foram beneficiados pela Medida Provisória criada para amortecer os impactos produzidos pela crise. A MP 2.147 de 15 de maio de 2001, criou a Câmara de Gestão da Energia Elétrica e estabelecia as diretrizes para o enfrentamento da crise do fornecimento de energia no Brasil (BRASIL, 2001).

Conhecida como MP do Apagão, fica responsável em equalizar a demanda com a produção da energia no Brasil, durante a crise energética, através de medidas de educativas, preventivas e de incentivo ao crescimento da potência instalada. Para efetivação desta proposta, da MP 2.147, além de criar a Câmara, cria também o Programa Estratégico

Emergencial de Energia Elétrica de responsabilidade da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (BRASIL, 2001).

Estas medidas coadunavam com os interesses das empresas multinacionais e nacionais, e bancos internacionais que investiram pesadamente na compra das empresas estatais do setor elétrico, pois a MP apresentava a **garantia da implantação** deste novo modelo de energia, como podemos apreciar em seu Artigo N°06 parágrafo N°01, “assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica”. Assim, a MP favoreceu o crescimento da potência instalada a qualquer custo, inclusive de licenças ambientais concedidas com tempo de análise curto para empreendimentos voltados a expansão da potência elétrica instalada.

O Artigo N°08 da MP do Apagão assim estabelece “Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da **celeridade**”, ou seja, a concessão de licenciamentos simplificados em menor tempo para os empreendimentos considerados pelo Comitê como de emergência para a resolução da crise de fornecimento de energia elétrica. Os empreendimentos considerados pela MP são: linhas de transmissão com prazo de licenciamento de até três meses; para gasodutos, oleodutos e usinas termoelétricas prazo de licença de até quatro meses, e para usinas hidrelétricas, licenciamento com prazo máximo de até seis meses. Para os empreendimentos considerados de pequeno impacto ambiental o parágrafo N°03 do mesmo artigo estabeleceu prazo máximo de 60 dias de tramitação no órgão competente, isto é, uma redução significativa dos prazos de análise dos órgãos ambientais para a concessão das licenças ambientais e análise dos impactos sobre a população (BRASIL, 2001).

Obedecendo ao princípio da celeridade, disposto na MP 2.147, o setor elétrico no Brasil inicia um surto de expansão dos empreendimentos hidrelétricos agora considerados como *emergenciais* para o Brasil. Segundo Bermann (2001) o princípio da *celeridade* dos licenciamentos ambientais para empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto desconsidera que,

os longos prazos para o licenciamento ambiental são muitas vezes decorrentes da má qualidade com que os Estudos de Impacto Ambiental são elaborados, via de regra impondo a necessidade de novos estudos e complementações, também inviabiliza a realização de audiências públicas, único mecanismo que torna possível o necessário debate público do empreendimento (BERMANN, 2001, 94p.)

Mapa em A3 área de impacto

Empreendimentos como da UHE Serra do Facão no rio São Marcos no Alto Paraná, por exemplo, como podemos verificar na Figura N°03, foi autorizado sem muito rigor no que se refere aos critérios socioambientais que se basearam o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. A Licença Prévia N°117/2002, aprovada em 05 de fevereiro de 2002, pelo IBAMA, e a Licença de Instalação N° 190/2002 em 30 de setembro do mesmo ano, mesmo com os EIA/RIMA e o Plano Básico de Ambiental – PBA contendo irregularidades consideráveis.

Diante das irregularidades constantes nos estudos apresentados as licenças ainda foram aprovadas pelo órgão responsável pela análise, mostrando, mais uma vez, que a proposta de celeridade no atendimento e aprovação dos empreendimentos hidrelétricos estaria sendo cumprida.

Alguns dos pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Sócio Ambientais – NEPSA³² e a Associação dos Geógrafos Brasileiros – ABG/Seção Catalão, vinculados ao Curso de Geografia do Campus Catalão – Universidade Federal de Goiás apresentaram junto as agências responsáveis, representação criticando o EIA/RIMA com o objetivo de suspender as licenças concedidas.

A Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais – AGMARN em Parecer Técnico de N°02/2002 DE desaconselhou a instalação da Usina Hidrelétrica diante dos estudos e informações constantes nos documentos apresentados e a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, após visita de seus técnicos na bacia do rio São Marcos, apresentou as seguintes irregularidades do projeto, em documento enviado aos pesquisadores, com a Informação Técnica N° 185/2004 de 28 de outubro de 2004 que aponta:

- I. Falta de coerência com a finalidade da energia produzida: segundo decreto que aprovou a formação do consórcio e a aprovação do AHE de Serra do Facão a energia produzida seria de uso particular das empresas que compunham o consórcio GEFAC,

³² O grupo de pesquisadores, entre eles Prof.^a Dra Helena Angélica de Mesquita, que atualmente coordena o Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, foram alguns dos fundadores do Núcleo de Pesquisas Sócio Ambientais. Até o ano de 2006 pesquisadores e alunos orientados pela Prof.^a Dra Helena A. de Mesquita e professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, se posicionaram contra as irregularidades cometidas por UHE Serra do Facão e a expropriação dos camponeses do vale do São Marcos. A partir do ano de 2006 o NEPSA passa a ter um novo direcionamento político e uma relação mais próxima com os empreendedores de Serra do Facão, estes e outras divergências políticas e acadêmicas desencadearam a formação do GETeM que agrega alunos e professores que fizeram e fazem parte da luta contra a expropriação dos camponeses e dialogam com movimentos sociais, sindicais e com demais segmentos de trabalhadores, inclusive com forte interlocução com professores da rede pública de ensino, municipal e estadual.

podendo seu excedente ser comercializado. A informação apresentada no EIA do projeto é que a energia produzida seria para incrementar o potencial hidrelétrico brasileiro, segundo o documento da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, **“tanto o EIA quanto as audiências públicas realizadas não espelham a realidade dos fatos”** (idem 06p.)

- II. Falta de informações sobre os empreendimentos hidrelétricos previstos para a bacia hidrográfica do rio São Marcos: segundo o documento o EIA apresentado se limitava a apresentar somente a UHE de Emborcação, omitindo os demais projetos de aproveitamento hidrelétrico previstos para a bacia (Paraíso, 41 MW; Paulistas 81 MW; Mundo Novo 67 MW) assim, a 4ª Câmara conjectura que **“os reservatórios estarão muito próximos com a implantação desses empreendimentos, transformando o rio em um imenso lago”** (idem 07p.)
- III. Não apresentação da avaliação de impactos cumulativos e sinérgicos à outros empreendimentos: diante da quantidade de usinas e pequenas centrais hidrelétricas previstas para a bacia do São Marcos e afluentes. O documento expressa a preocupação sobre os impactos socioambientais futuros agravados com o cenário atual de vários empreendimentos já construídos sem licenças (UHE Emborcação) que acumulam passivos ambientais na região.
- IV. O EIA não menciona os possíveis impactos para UHE Emborcação (a 70 Km) durante o enchimento do lago de Serra do Facão de 9 a 12 meses;

No que se refere ao Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, documento, que segundo a resolução do CONAMA N°001/86,

O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as conseqüências ambientais de sua implementação (CONAMA N°001/86 Artigo 09, Parágrafo Único)

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, se refere ao RIMA apresentado pelo empreendimento, como, “resumo incompleto do estudo superficial apresentado no EIA”, pois não atende aos dispositivos da resolução 001/86. Sobre os impactos socioambientais o documento destaca a falta de cuidado com as avaliações e constatações feitas sobre a população residente na área impactada, pois consideram superficialmente o impacto da expropriação produzida pelo empreendimento; a perda dos

laços comunitários e de amizade construídos por estas populações; a perda dos meios de produção e conseqüente proletarização destes camponeses, além do risco de empobrecimento destas populações. A 4º Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, avalia o trauma que será a expropriação destas comunidades, visto que, **a grande maioria de entrevistados, pela comissão de vistoria, declararam não saírem de suas terras por livre e espontânea vontade.**

Sobre as modalidades descritas pelo empreendedor de indenização, o documento é enfático em apresentar sua discordância sobre a possibilidade de re-assentamento das comunidades atingidas. A 4º Câmara entendeu que, este fato implica na desistência do direito de receber a “indenização pecuniária em referência à sua propriedade e benfeitorias de forma justa e prévia” (idem 63p.). O histórico de re-assentamentos como, os de Serra do Ramalho – Sobradinho, e do Projeto Caraíba – Itaparica, por exemplo, mostram-se extremamente prejudiciais ao camponês, visto o trauma da expropriação aliado à uma condição de convivência forçada com outros expropriados, pois os re-assentamentos não respeitam a organização espacial das relações sociais que se foram processando no território da comunidade, a desterritorialização e a reterritorialização forçada implicam em ruptura de relações já estabelecidas de vizinhança e implica forçosamente outras que nem sempre são as ideais para os camponeses reterritorializados.

A ação civil pública impetrada pela Associação dos Pescadores Esportivos do Estado de Goiás – APEGO, de 09 de outubro de 2003, previa os impactos do projeto de construção sobre a ictiofauna do rio São Marcos. Entre as solicitações e preocupações expressadas pela APEGO, todas baseadas na legislação ambiental, está o seguinte texto:

Pretende-se com o cumprimento da lei, reduzir drasticamente a poluição da água que seria causada pela decomposição de matéria orgânica oriunda da falta de limpeza da área e a formação de algas (eutrofização), garantindo o fornecimento de oxigênio para a ictiofauna. Em não ocorrendo a suspensão total da vegetação (prevista na lei), a destoca e a limpeza da área a ser inundada, irá aumentar significativamente a demanda biológica de oxigênio, causando irreparáveis prejuízos a ictiofauna (APEGO, 2003, 07p.)

Mesmo com a suspensão da Licença de Instalação de UHE Serra do Facão em 2003, o IBAMA concedeu à empresa a licença N°28/2022 de 06/11/2002, renovada em 29/09/2006, e novamente dada em 10/12/2007 - N°184/2007. O resultado da redução da área de desmate e a aprovação da licença resultou na mortandade de mais 5mil toneladas de peixes após o fechamento das comportas de UHE Serra do Facão, desastre já previsto pela APEGO em 2003.

Figura N°04: Mortandade de peixes no Lago de UHE Serra do Facão

Mortandade de peixes no lago da Serra do Facão pode chegar a 5 toneladas

"Hoje, são 3 toneladas, mas, nos próximos dias, pode chegar a 5", disse ontem o chefe do escritório regional do IBAMA em Catalão, Stanley Vaz dos Santos, se referindo à quantidade de peixes que estão sendo encontrados mortos no lago artificial da Hidrelétrica Serra do Facão (no rio São Marcos), desde a última quinta-feira (13). Diante da denúncia feita no dia seguinte, autoridades estão se mobilizando, mas, até o momento, nenhuma delas disse formalmente qual é a causa desse desastre ecológico.

Foto: Amarildo Almeida da Silva - Exposição de peixes mortos. Lago Serra do Facão - R. São Marcos. 16/05/2010.



Fonte: Jornal Diário de Catalão de 20 de maio de 2010.

Segundo relato do morador Amarildo A. dos Santos, camponês atingido por UHE Serra do Facão e autor das fotos que foram fundamentais para a abertura de investigação pelo Ministério Público, para investigar a morte da ictiofauna, o odor produzido pela putrefação dos peixes era sentido a mais de um quilômetro de distância, desencadeando a presença moscas e colocando em risco a saúde das populações próximas ao lago.

A mortandade de peixes no lago de UHE Serra do Facão verificadas em maio de 2010, foi percebida ao longo do curso do rio São Marcos em novembro e dezembro de 2009 com o fechamento das comportas. As comportas foram fechadas durante o período da piracema, impedindo que os peixes migrassem para as regiões berçário, no médio e alto São Marcos, como se pode verificar na Figura 04 logo abaixo:

Figura Nº05: Mortandade de ictiofauna resultante do fechamento das comportas de UHE Serra do Facão



Autor: PEDROSA, L. E. Data: DEZ/2009

Segundo moradores residentes a jusante da barragem de UHE Serra do Facão, o leito do rio ficou completamente exposto. O leito rochoso do rio represou pequenas poças de água, como podemos verificar na Figura Nº 05, nas quais a ictiofauna que estava subindo o rio São Marcos ficou presa. Por longas horas os peixes se debatiam e agonizavam nas poças formadas pelo leito do rio.

Figura Nº06: Ponte sobre o rio São Marcos GO 210 que liga os municípios de Catalão – Davinópolis (GO)



Fonte: SANTOS, D. H. R. Data: DEZ/2009

A falta de rigor na elaboração do EIA-RIMA não é caso específico da Usina de Serra do Facão, mas da grande maioria dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil, que apresentam um conjunto de irregularidades técnicas, omissão e depreciação das comunidades atingidas em seus estudos, além de uma linguagem que limita a compreensão da comunidade dos impactos socioambientais resultantes do empreendimento. Além das descon siderações sobre os reais impactos ambientais que resultaram na morte da icitiofauna no rio São Marcos, o EIA também desqualifica as comunidades locais atingidas por UHE Serra do Facão. Como pode ser verificado no item Nº 05 corresponde ao “setor primário”, o estudo aponta como conclusões sobre a área atingida pelo empreendimento os principais problemas, dos quais, destacamos aqui alguns: “manejo incorreto do rebanho bovino; baixo nível de participação das organizações formais e informais de decisão; falta de planejamento para solucionar problemas”.

A falta de critérios para a formulação das conclusões do EIA – UHE Serra do Facão, chega a ser absurda, como afirmar que populações que a anos lidam com a pecuária podem vir

a ter “um manejo incorreto” e se ocorre quais são critérios avaliados para esta conclusão? Ou quais são os critérios que levam estes “pesquisadores” a concluir que ocorria uma baixa participação das comunidades em resolver seus problemas, o que é uma afirmação equivocada e tendenciosa, diante da organização demonstrada por estas comunidades durante a resistência pela permanência, como exemplo, a Comunidade Anta Gorda, que reunia-se constantemente para resolverem problemas vividos em comunidade.

Os argumentos e as informações contidas nos EIA/RIMA dos empreendimentos hidrelétricos, o de UHE Serra do Facão não foi uma exceção, servem ao propósito de legitimar o discurso do *progresso* e do *desenvolvimento* propiciado por estes empreendimentos, tratando as comunidades atingidas como retrogradadas e não contribuintes para o desenvolvimento nacional, portanto passíveis de serem expropriadas pelo “bem do desenvolvimento nacional”. Diante da quantidade de apontamentos sobre as irregularidades na implantação de AHE – Serra do Facão, questiona-se sobre a ação e a função do IBAMA em conceder a Licença de Instalação (LI) eivada de equívocos e distorções tendenciosas a favor dos empreendedores, principalmente após a aprovação do projeto de aproveitamento hidrelétrico com a entrada de Furnas Centrais Elétricas S/A. (EIA/RIMA, 2000).

O temor construído do Apagão foi a justificativa que fundamentou o crescimento de hidrelétricas e a naturalização dos impactos socioambientais, considerados um custo pequeno a ser pago para garantir o crescimento econômico e o *desenvolvimento* nacional, assim como os movimentos de resistência tornaram-se *barreiras para o desenvolvimento*.

Apesar das irregularidades apresentadas em diversos EIA/RIMA de usinas hidrelétricas, cite UHE – Murta (MG), UHE – Capim Branco I e II, UHE – Serra da Mesa (GO), UHE – Mauá (PR), UHE – Dardanelos (MT) e recentemente a aprovação de UHE Belo Monte (PA), os projetos e as licenças, com irregularidades sociomambientais já comprovadas pelo Ministério Público, continuam a ser emitidas. No levantamento feito pela pesquisa, na busca de encontrar alguma usina que tenha sido suspensa definitivamente pelos impactos socioambientais produzidos, encontramos apenas a suspensão da UHE Cachoeira da Providência no município de Viçosa (MG).

Segundo dados do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB, ligado a Universidade Federal de Viçosa – UFV, o projeto da usina apresentava irregularidades socioambientais em seu projeto. Devido as ações do Ministério Público e pressão da comunidade, a Companhia Força e luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), proprietária da usina, que retirou, definitivamente, o projeto de instalação, contudo apresentou

para a mesma área projeto da PCH – Cachoeira da Providência, que também teve seu projeto indeferido em 2008 (DELESPOTE, 2008).

Apesar da aprovação dos empreendimentos, mesmo após a comprovação das irregularidades socioambientais apresentadas pelos projetos, deve-se reconhecer a influência dos movimentos de resistência e seus apoiadores, e do Ministério Público Federal, em alguns estados brasileiros, nas ações movidas e no retardamento e ajustamento das aprovações dos empreendimentos. Em grande parte dos empreendimentos que apresentam irregularidades nos EIA/RIMAs a ação do Ministério Público Federal se fez presente, tanto que, despertou o incômodo do Banco Mundial.

Segundo documento, produzido pelo Banco Mundial, a ação do Ministério Público Federal, no que se refere a contestação dos Estudos de Impactos Ambientais e dos Relatórios de Impacto Ambiental é preocupante, pois retarda a construção dos empreendimentos. O documento chega a questionar até mesmo a competência do MP nestas questões. Assim se lê no documento:

O Ministério Público (MP) tem papel relevante no sistema ambiental do país. É, de maneira geral, dentre os atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental, o de equipe mais instruída, com mais recursos e amplos poderes. Em boa parte dos casos examinados, o MP não se limitou em empregar esses recursos para resolver problemas, mas de fato, **representou um estágio adicional – e bastante controverso** – no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, especialmente aqueles relativo a plantas hidrelétricas. A Constituição Federal de 1988 conferiu ao MP condições funcionais materiais e técnicas que superam em muito as dos demais órgãos da Administração Pública inclusive o Judiciário. Dados fornecidos pelas entidades entrevistadas, inclusive membros do próprio MP Federal e do Estado de São Paulo, indicam que os promotores/procuradores do MP **têm um amplo poder para exercer influência sobre questões que não estão direta ou explicitamente sob a competência legal ou técnica do MP**, tais como: (i) definição da matriz energética nacional; (ii) organização territorial do sistema de geração de energia; (iii) estabelecimento de critérios e metas de desenvolvimento econômico regional e estruturação par atendimento dessas demandas; (iv) estabelecimento de prioridades de interesses econômicos ambientais; e (v) valoração ou não dos impactos dele decorrentes. A atuação do MP nesses tema e sua natural tendência ao uso de medidas judiciais aumenta a frequência e a geração de conflito no âmbito do processo de licenciamento (BANCO MUNDIAL, RELATÓRIO NO. 40995-BR, 2008, 16p.).

O documento além de questionar a competência do MP, ainda compara-o, com sistemas jurídicos mais “**robustos**” como exemplo, cita a procuradoria dos EUA, onde o

Procurador-Geral (...) é indicado pelo Presidente e aprovado pelo Senado, sendo demissível pelo próprio Presidente. O Procurador-Geral chefia 94 (noventa e quatro) Procuradores Federais Distritais (“United States Attorneys”) que também são nomeados e podem ser demitidos (BANCO MUNDIAL, RELATÓRIO No. 40995-BR, 2008, 17p.);

O documento deixa entender que o sistema norte-americano, no qual os procuradores recebem a nomeação direta do Presidente, portanto, escolhidos de acordo com o direcionamento político do governo e com a possibilidade de serem demitidos, seria um sistema mais eficiente, o documento se refere a ele como, um sistema mais “robusto” (BANCO MUNDIAL, Relatório No. 40995-BR, 2008, 16p.). Ainda compara com os sistemas semelhantes na França e Itália, nos quais os procuradores são eleitos pelo parlamento ou nomeados pelo governo e possuem uma atuação restrita, atuante apenas, na fiscalização e aplicação de multas.

As “recomendações” propostas visam limitar a ação do MP e assemelhado-o a sistemas, nos quais, as ações dos procuradores são limitadas e os componentes são escolhidos pelo governo. Esta modificação no MP resultaria em grandes impactos na luta contra a construção de usinas hidrelétricas, pois o MP desempenha função significativa no questionamento dos EIA/RIMAs produzindo o retardamento dos empreendimentos e nos ajustes dos impactos socioambientais.

O conjunto de proposta constantes no Relatório N°. 40995-BR ainda *elogia* o sistema de leilões dos potenciais hidrelétricos no país, por ser este um modelo de gestão de geração *moderno e democrático*, pois possibilita a participação da iniciativa privada e das parcerias entre o sistema público e privado. Mas, não democrático para a população brasileira, que é impedida de participar na decisão sobre quais as fontes energéticas que devem ser estruturadas na matriz energética brasileira; na decisão comunitária de aprovar ou não barramentos hidrelétricos, os próprios documentos elaborados que seriam de acesso público, e deveriam ser elaborados com a linguagem adequada, que propiciassem o entendimento à toda a população, como o RIMA, é usado para impedir a participação social. A aprovação do Banco Mundial ao sistema brasileiro mostra o direcionamento econômico em favorecimento ao capital transnacional. As medidas correcionais propostas pelo documento demonstram justamente este direcionamento, pois além de propor a limitação do Ministério Público propõe também a revisão do modelo de licenciamento ambiental para empreendimentos hidrelétricos, pois o atual demonstra-se “moroso” elevando o custo do empreendimento.

O Relatório N°. 40995-BR compreende que o IBAMA, não possui quadro suficiente de analistas nas áreas ambientais e sociais para a avaliação adequada dos EIA/RIMAs, por essa razão, eleva-se o custo dos empreendimentos visto que, são os empreendedores que custeiam a elaboração destes estudos, e por conseqüência o custo da energia produzida, “[...] Os custos do licenciamento ambiental têm dois componentes principais – os custos diretos e os custos de oportunidade. Ambos afetam os custos de geração de energia e, portanto o seu preço” (BANCO MUNDIAL - RELATÓRIO N°. 40995-BR, 22p.)

Entre as propostas a que mais se destaca no documento, devido a sua clara tendência na dissolução dos poucos recursos jurídicos que as populações atingidas têm acesso pela via de atuação do Ministério Público, e do afrouxamento da legislação ambiental para os empreendimentos hidrelétricos, tais como, a proposta de transferir os conflitos resultantes de licenciamentos socioambientais para a esfera administrativa e não mais para a esfera jurídica, com o objetivo de acelerar os processos; e a modificação para obtenção da LI: propõe-se que a LI seja liberada com base na análise realizada na etapa de planejamento, e o EIA/RIMA não mais fosse exigência para obtenção da LP, mas um requerimento onde participariam várias agências ambientais (BANCO MUNDIAL - RELATÓRIO N°. 40995-BR RECOMENDAÇÃO N°07, 32p);

Todo o conjunto de avaliações e recomendações do documento, elaborado pelo Banco Mundial, são direcionados para impedir a ação popular na participação das decisões sobre o modelo de geração de energia baseado nas hidrelétricas. Apresentam a clara tendência de reduzir a participação popular e assim acelerar, com menor custo, a implantação de novas hidrelétricas no país.

A opção pela energia gerada por fonte hidrelétrica atende basicamente aos interesses das corporações nacionais e internacionais ligadas as indústrias eletrointensivas, como as do setor de alumínio, que investiram pesadamente na autoprodução de energia hidrelétrica em nações de capitalismo periférico como o Brasil³³. Devemos ressaltar que este não é um processo novo, como exemplo, as barragens de Tucuruí e Balbina construídas para atender a necessidades destas indústrias ligadas ao Projeto Grande Carajás e à Zona Franca de Manaus (MONOSOWSKI, 2002).

As indústrias eletrointensivas (cimento, siderúrgicas e transformação de alumínio) consomem 27% da energia elétrica produzida no Brasil o equivalente hoje a 85 mil MHW.

³³ BERMANN, 2001, ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2005

Estes valores somente são possíveis devido a este histórico apresentado de abertura do potencial gerador e das usinas já instaladas que foram deliberadamente abertas ao capital internacional (Ver Quadro N°02 pag.54) pela via das privatizações e dos leilões de energia promovidos pelo Estado (BERMANN, 2003).

Bermann (2003) relaciona o crescimento do setor, nos últimos quinze anos, com o crescimento da participação de indústrias eletrointensivas no sistema autoprodução de energia. As indústrias eletrointensivas no Brasil estão em um contexto de acelerada expansão e produtividade, isto se deve a política de incentivo a industrialização promovida pelo Estado objetivando a inserção da econômica nacional no mercado mundial baseada na exportação e produção de bens primários que possuem baixo valor agregado (BERMANN, 2003).

Na perspectiva econômica o setor de produção de energia deve atender a demanda das indústrias eletrointensivas de forma a evitar barreiras para o desenvolvimento do setor. A análise feita por Bermann (2003) é que estes setores tiveram um substantivo crescimento no consumo de energia, e como o setor objetiva crescer, é imprescindível uma organização estrutural destas grandes empresas, no sentido de evitar qualquer déficit no fornecimento de energia, mas também no controle do custo desta energia e manutenção da quantidade de MW destinados às suas fábricas.

A abertura propiciada pela mudança na legislação de geração de energia aliado à política de empréstimos e investimentos do BNDES para a geração de energia no Brasil, formou um contexto extremamente vantajoso para as indústrias eletrointensivas, que agora participam do sistema como autoprodutores e produtores independentes³⁴ de energia elétrica. Dos novos empreendimentos em construção, no ano de 2010, um total de 17 usinas hidrelétricas, apenas duas usinas tinham como destino final o serviço público de energia, todo o restante é destinado à produção independente (BIG/ANEEL³⁵).

Das usinas em construção, quinze apresentam como destino da energia o PIE – Produtor Independente de Energia, que segundo, o Decreto N°2003 de 10/09/1996 a energia produzida não necessariamente é para seu próprio consumo. O decreto abre a *possibilidade* de comercialização de parte desta energia, isto é, o empreendedor não é obrigado pela legislação a comercializar a energia que produz podendo ele absorver toda ela. Assim, a energia

³⁴ O Decreto de N° 2.003 de 10 de setembro de 1996 considera como produtor independente a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco. Como autoprodutor o mesmo decreto considera pessoa física ou jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo.

³⁵ Disponível em: www.aneel.gov.br/big

produzida acaba sendo convertida para o consumo das empresas proprietárias dos consórcios vencedores, como o exemplo de UHE Serra do Facão no município de Catalão (GO), onde 60MW foram absorvidos pela acionista Alcoa (30%) e 121MW foi comercializado por Furnas no Leilão A-5 001/2007.

Quando analisamos as usinas que estão em operação, segundo os dados de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica, as participações destas indústrias eletrointensivas, bem como as de engenharia e transmissão de energia tornam-se mais presentes. Das 154 usinas hidrelétricas em funcionamento no ano de 2010, parte da energia tem como destino, os autoprodutores e produtores independentes de energia somando 77 empreendimentos.

Quadro 03: Usinas em Operação segundo destino da produção de energia – 2010					
UHE em Operação	APE	PIE	SP	APE-PIE	APE-SP
154	21	48	85	8	2

APE: Autoprodutor de Energia; PIE: Produção Independente de Energia; SP: Serviço Público; APE-PIE: Distribuição da energia entre APE e PIE; APE-SP: Distribuição de energia entre APE e SP. Fonte: BIG – Banco de Informações de Geração da Aneel. Disponível em: www.aneel.gov.br/aplicação Acesso em: 11/02/2010 Org. Naves, J. C.

O destino da energia produzida por Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH se mantém na mesma perspectiva, ou seja, uma concentração da energia produzida destinada aos empreendimentos privados das indústrias eletrointensivas e empresas combinadas a elas como, as empresas de engenharia e transmissão de energia.

Quadro 04: Pequenas Centrais Hidrelétricas em Operação segundo o destino de distribuição – 2010			
PCH's em operação	APE	SP	PIE
789	163	357	269

APE: Autoprodutor de Energia; PIE: Produção Independente de Energia; SP: Serviço Público; APE-PIE: Distribuição da energia entre APE e PIE; APE-SP: Distribuição de energia entre APE e SP. Fonte: BIG – Banco de Informações de Geração da Aneel. Disponível em: www.aneel.gov.br/aplicação Acesso em: 08/11/2009 Org. Naves, J. C.

As pequenas centrais mesmo fornecendo uma quantidade menor de potência apresentam benefícios, como o custo de operação e construção, além de normas socioambientais mais brandas do que em uma obra de aproveitamento hidrelétrico de médio e grande porte. Estes fatores favorecem a presença majoritária destes empreendimentos em mãos da iniciativa privada, bem como o destino da energia produzida como visto no quadro

de N°04, na ordem de 432 pequenas centrais hidrelétricas tem sua energia destinada a produção independente e autoprodução (BIG/ANEEL³⁶).

Entre as empresas autoprodutoras e produtores independentes, proprietárias de pequenas centrais elétricas, se destacam as empresas CPFL Geração de Energia S.A. com dezenove pequenas centrais que somam 0,14% da capacidade de geração do país cuja sua principal acionária é a Camargo Corrêa Energia S.A; a Novelis do Brasil S.A. empresa fabricante de laminados de alumínio com nove pequenas centrais que representam 0,18% da energia produzida no Brasil. Apesar das usinas que tem sua produção de energia destinada ao serviço público somarem 85 usinas e 2 usinas associadas à autoprodutores. Quando analisamos os proprietários destas usinas percebemos que estas estão concentradas em consórcios compostos por empresas privadas ou de economia mista. Do total de usinas que destinam sua produção ao serviço público, segundo a Aneel, 25 são controladas por grupos de capital privado; 50 usinas são de sociedade mista e apenas 10 usinas são de propriedade pública (BIG/ANEEL³⁷).

Tanto em pequenas centrais de geração de energia, como em empreendimentos de médio e grande porte, há a presença das indústrias eletrointensivas como autoprodutoras e produtores independentes. Estes conglomerados buscam condições fiscais e recursos naturais favoráveis a manutenção e crescimento de seus lucros apresentando uma dinâmica territorial de desconcentração de países intensamente industrializados para países como o Brasil. Exemplo, a empresa Albrás Alumínio do Brasil S.A., empresa pertencente ao conglomerado Companhia Vale do Rio Doce (51%) com a Nippon Amazon Aluminiun Co. Ltd. – NAAC (49%)³⁸, este último composto por 17 empresas japonesas (trading, companhias, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio) entre elas o Japan Bank for International Cooperation.

A Albrás é considerada hoje, a maior indústria do segmento com o faturamento em 2009 de US\$ 716.6 milhões e produção de 453.781 t. de alumínio primário, sendo que deste montante 430.997 t. foram para exportações e 22.008 t. para o mercado interno³⁹. O custo necessário de energia elétrica para a produção é da ordem de 14,5 megawatts hora por tonelada (MWh/t.) de alumínio, segundo dados da Abal. Este dado reforça o questionamento levantado por Bermann (2003) que **estaríamos exportando não somente nossas riquezas**

³⁶ Disponível em: www.aneel.br/big

³⁷ Disponível em: www.aneel.br/big

³⁸ Informações disponíveis no site institucional da empresa www.albras.com

³⁹ Balanço da empresa disponível em seu site institucional: www.albras.com

minerais, na forma dos lingotes de alumínio, mas também água na forma de energia hidrelétrica diante do consumo de energia por tonelada de alumínio produzido e exportado para o mercado externo.

3.2 O papel das autoprodutoras e produtoras independentes de energia hidrelétrica na dinâmica dos territórios

A opção por usinas hidrelétricas, apesar das críticas devido aos impactos socioambientais produzidos por este modelo de geração de energia elétrica, ainda assim, é a fonte escolhida para o crescimento da potência de energia elétrica no Brasil. A privatização do setor elétrico nacional, em todos os seus níveis (geração, transmissão e comercialização), estabeleceu as diretrizes para o crescimento das unidades produtoras de energia hidrelétrica, a partir de financiamentos públicos e estímulo a auto-suficiência energética de grandes indústrias, fatores que determinaram um novo direcionamento da energia elétrica no Brasil, que passa de bem público, como previsto no Código de Água de 1934 a mera mercadoria, cujo acesso é mediado pelas leis de mercado (BERMANN, 2003).

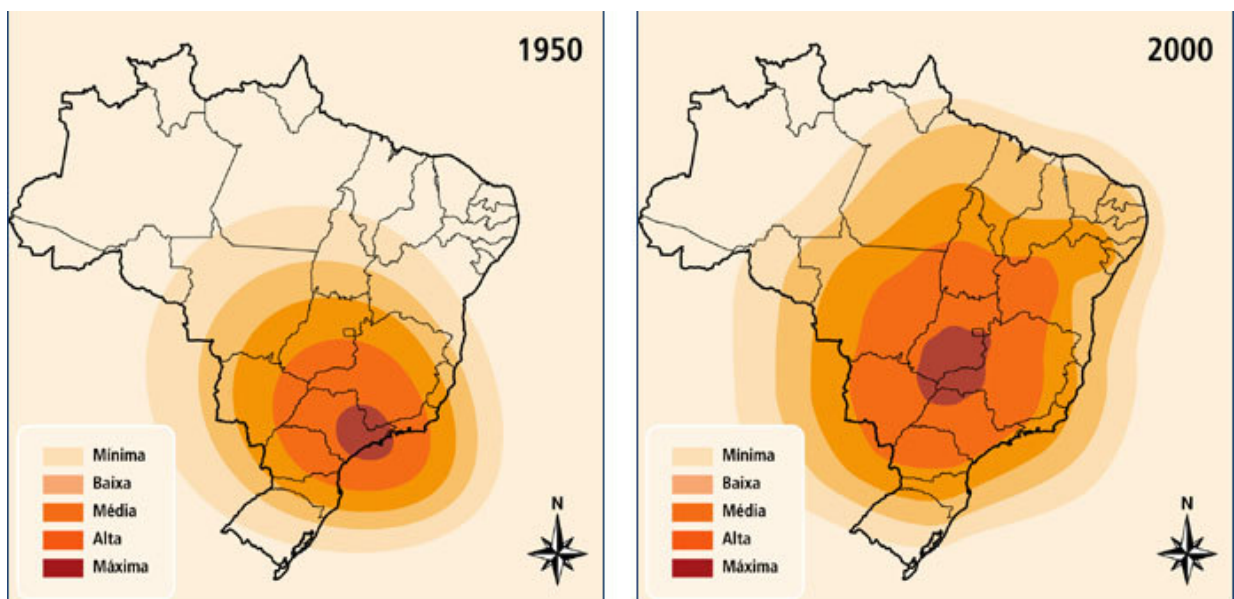
Como verificamos no capítulo anterior, a distribuição espacial das usinas hidrelétricas entre os anos de 1960-1980, e as usinas que entraram em operação após 1981, como, obedecem a uma concentração espacial no Sudeste, no Sul e nos estados de Alagoas e Bahia no nordeste brasileiro. A presença de unidades geradoras, fora das regiões Sul e Sudeste, estava articulada a projetos de grande impacto nacional, tal como a formação do pólo industrial da Zona Franca de Manaus e a complexos mineradores do norte do país, como o Projeto Carajás (PA) e Complexo Siderúrgico Itaquí (MA), que requeriam infra-estrutura de transportes e de energia elétrica.

As usinas de Balbina (AM), Tucuruí I e II (PA), são exemplos de empreendimentos hidrelétricos de geração de energia que visavam atender aos projetos estatais que se iniciavam no norte do país. Tucuruí e Balbina, são exemplos, marcantes para compreendermos este momento econômico e como ele se materializa no território, pois sabemos que as construções de infra-estruturas conferem fluidez ao território, contudo Balbina e especialmente Tucuruí foram construídas para atender unicamente a necessidade das mineradoras e siderúrgicas conferindo não uma fluidez, mas impondo uma rigidez ao uso do território, pois “esses

objetos modernos, em cujo seio se identificam intencionalidades mundiais e nacionais, tornam-se incapazes de criar uma confluência entre essas racionalidades e as autênticas necessidades regionais, assim, estas infra-estruturas objetivam unicamente atender a demanda por energia dos grandes conglomerados capitalistas, por isso é questionável a energia que gera o desenvolvimento, visto que, a própria rigidez destes modernos objetos impedem seu uso socializado com o risco de comprometer a sua função principal, a de fornecer energia para a produção de alumínio (SANTOS & SILVEIRA, 2004, 70p.).

Partindo deste entendimento, será que os grandes investimentos em infra-estrutura energética, logística e de transporte estariam produzindo um território fluído e conectado, ou seja, o que é intensamente questionável são a socialização e acesso aos benefícios produzidos, visto que, são empreendimentos direcionados não ao uso múltiplo, mas ao uso prioritário dos grandes conglomerados capitalistas. Assim, se percebe que a integração territorial é mediada pelo interesse do capital no território. Os investimentos maciços em novos empreendimentos hidrelétricos demonstram justamente esta questão, antes concentrados nas regiões Sudeste e Sul, migram progressivamente deste eixo para atenderem a demanda crescente por energia e territorializam-se em regiões que possuem grandes potenciais hidrelétricos como Norte e Centro-Oeste brasileiro.

Figura N°07: Destino da expansão de unidades de geração hidrelétrica entre 1950-2000



Fonte: ANEEL, Atlas da Energia Elétrica do Brasil, 2ª Ed, 2009, Disponível em: www.aneel.gov.br Acesso em: 23/09/2009

Verificamos que o eixo de expansão das unidades de produção hidrelétrica parte para novas áreas, que ofereçam os recursos hídricos necessários a produção de energia hidrelétrica, do Leste Paulista em 1950 para o Sudeste Goiano e Triângulo Mineiro, ambas localizadas na Bacia do Paraná Sub-Bacia Paranaíba com grande potencial de exploração hidrelétrica. Os investimentos no crescimento da potência instalada, a partir da segunda metade dos anos 1990, caracterizam um momento de abertura para novos empreendimentos, tanto hidrelétricos como por outras fontes de energia elétrica, que incorporam e integram novos territórios ao sistema produtivo.

O investimento em infra-estrutura elétrica, principalmente por fonte hidrelétrica, no Brasil, objetiva manter as condições de produção e reprodução ampliada do capital. A opção pela fonte hidrelétrica é devido a abundância de recursos hídricos para fazê-lo, mas também para evitar qualquer falibilidade que comprometa as condições de produção.

Tradicionalmente, a utilização do potencial hidrelétrico teve um papel importante do balanço energético brasileiro. No entanto, sua maior expansão ocorreu a partir dos choques petrolíferos dos anos 70, que revelam uma dependência crítica do consumo de energia em relação a importação de petróleo por outras fontes energéticas privilegiou a alternativa hidrelétrica (MONOSOWSKI, 2002, 124p.).

A Crise do Petróleo colocou em risco a eficiência das termelétricas no fornecimento de energia, principalmente para o setor de indústrias eletrointensivas, no período a alternativa que fornecia melhor custo e melhor possibilidade de fornecimento ininterrupto, foram as hidrelétricas.

O Estado brasileiro, nos fins dos anos 1990, passa da condição de produtor de energia, para a de investidor em obras de empreendimentos hidrelétricos, que tenham a participação de empresas privadas. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso os investimentos em infra-estrutura partiam do projeto nacional “Avança Brasil”, plano plurianual do então governo que previa o investimento em infra-estrutura: ferroviária, logística e energética. Muitos dos projetos que não foram executados, reapareceram novamente no plano semelhante do governo Luis Inácio Lula da Silva, como o, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, tais como, as hidrelétricas de Belo Monte (PA), Jirau (RO) e Santo Antônio (RO) todas com irregularidades em seus respectivos licenciamentos ambientais⁴⁰.

⁴⁰ Estadão, de 27 de Janeiro de 2007. *Pac de Lula lembra esforço de Avança Brasil de FHC*. Disponível em : <http://www.estadao.com.br>

A primeira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2007-2010 os investimentos se concentravam no setor de energia um total de 274,8 bilhões de reais, em linhas de transmissão e financiamento de novas unidades geradoras tanto hidrelétricas, como termelétricas e eólicas, estas em pequena escala. A tendência apresentada pelo programa coaduna com as intenções da indústria eletrointensiva de crescimento para as regiões mais interiores do território nacional, como o Norte do país como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 05: Investimento do PAC 2007-2010 em Infra Estrutura Energética por região	
Região	Investimento total em bilhões de reais
Sudeste	80,8
Sul	18,7
Nordeste	29,3
Norte	32,7
Centro – Oeste	11,6

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Disponível em: www.brasil.gov.br/pac. Org. NAVES, J.C.

A região Norte, apresenta o terceiro maior volume de investimento em geração de energia elétrica, somente ficando atrás das regiões Nordeste e Sudeste, que concentram o maior quantitativo populacional e industrial. No caso de geração de energia elétrica, não necessariamente, os investimentos nas unidades produtoras obedecem à concentração industrial, visto que, há fatores a serem considerados como o potencial hidrelétrico dos cursos d'água e a infra-estrutura de transmissão desta energia, exemplo disto é o crescimento de empreendimentos hidrelétricos financiados pelo PAC nos estados do Norte e Centro – Oeste brasileiro, regiões que em comparação com a Sul-Sudeste não concentram grandes taxas de industrialização, mas possuem os rios com maior potencial hidrelétrico.

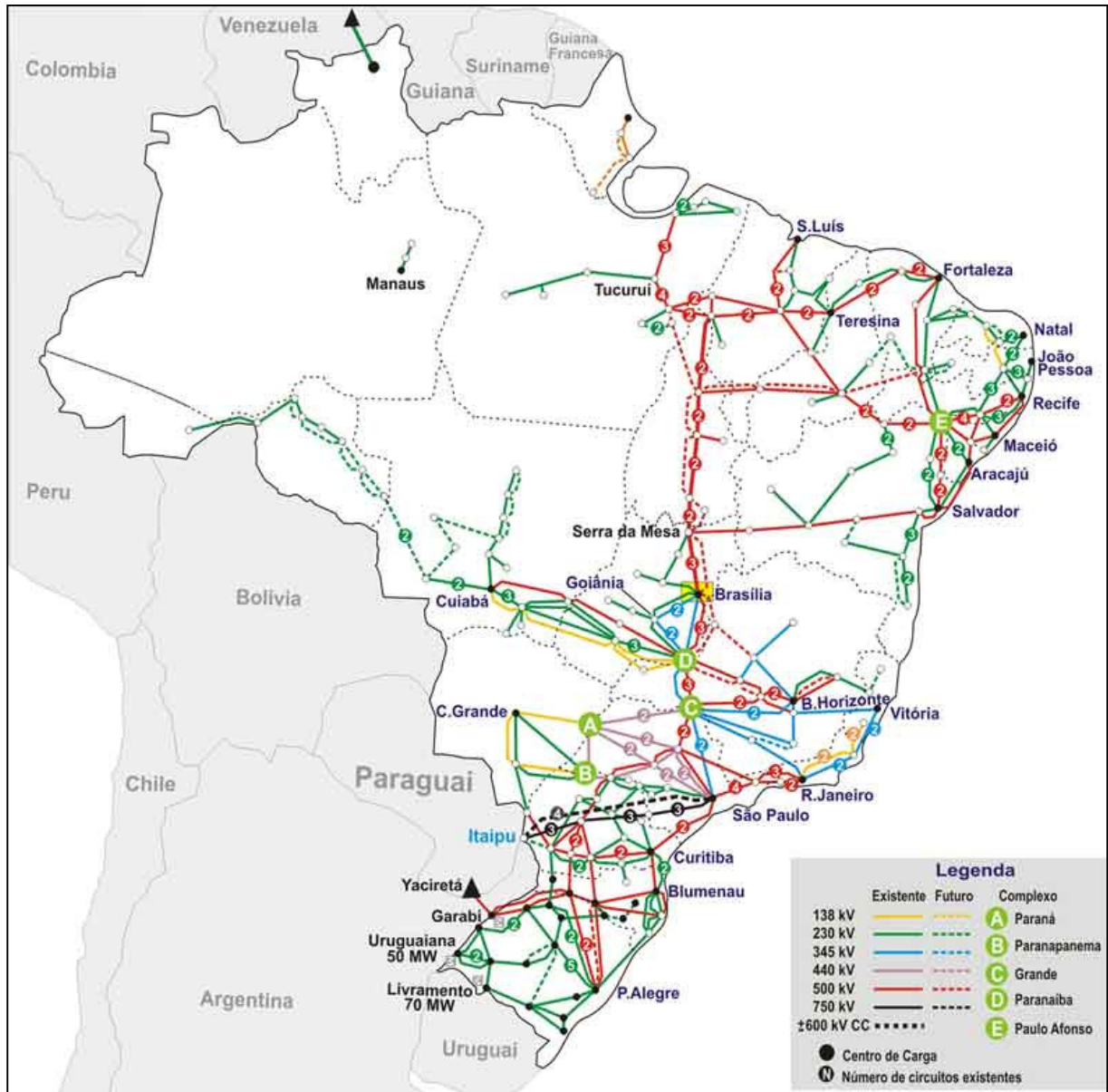
Associado ao investimento em novas unidades geradoras o PAC 2007/2010 também investiu 3 bilhões em linhas de transmissão de energia elétrica, que interligaram os novos empreendimentos de geração no Norte e Centro – Oeste ao consumo das demais regiões brasileiras, ou seja, a energia produzida pelas novas unidades geradoras será integrada ao Sistema Integrado Nacional – SIN e absorvidas nas regiões intensamente industrializadas no país, como verificamos na Figura N°06 abaixo que representa as linhas de transmissão construídas até 2007 e as planejadas para a próxima etapa do PAC 2 (PAC, 2007).

As Figuras N° 08 e 09 fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica 2008-2017 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Fez-se a opção por trabalhar com figuras oficiais, por questionar justamente a orientação para que são elaboradas, ou seja, de apresentar os planos e as intencionalidades do crescimento do sistema elétrico nacional.

O uso do conhecimento geográfico a serviço do capital, ou seja, o conhecimento do território e de suas potencialidades econômicas usadas para servir ao propósito de mapear e identificar os recursos naturais e humanos disponibilizados pelo Estado para a exploração do capital privado.

A EPE que foi criada com o objetivo de fazer o levantamento dos reais impactos socioambientais resultantes da construção de novos empreendimentos elétricos, aproveitando o *know how* da Eletrobrás, e desta forma, buscando alternativas de novas fontes de energéticas para a produção de eletricidade, **acaba por ser reduzida no contexto das privatizações e na abertura do setor ao capital privado transnacional a mera consultoria técnica para os novos empreendimentos privados.**

Figura Nº 08: Distribuição das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica do Sistema Integrado Nacional – SIN em funcionamento e licitadas no Brasil até 2007-2010



Fonte: BRASIL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, 2007-2010. Disponível em: www.ons.gov.br

O Estado, entregue a uma política neoliberal, acaba por reorganizar-se em favor de atender as demandas do capital privado transnacional. A EPE age como uma consultoria, que faz, o levantamento “detalhado” do potencial hídrico das bacias brasileiras; analisa os custos de exploração dos potenciais elétricos dos leilões, e falseia os reais impactos sociais produzidos pelos empreendimentos hidrelétricos, e oferece todos estes conjuntos de informações técnicas aos empreendedores privados, isto é, usa-se da verba pública, para

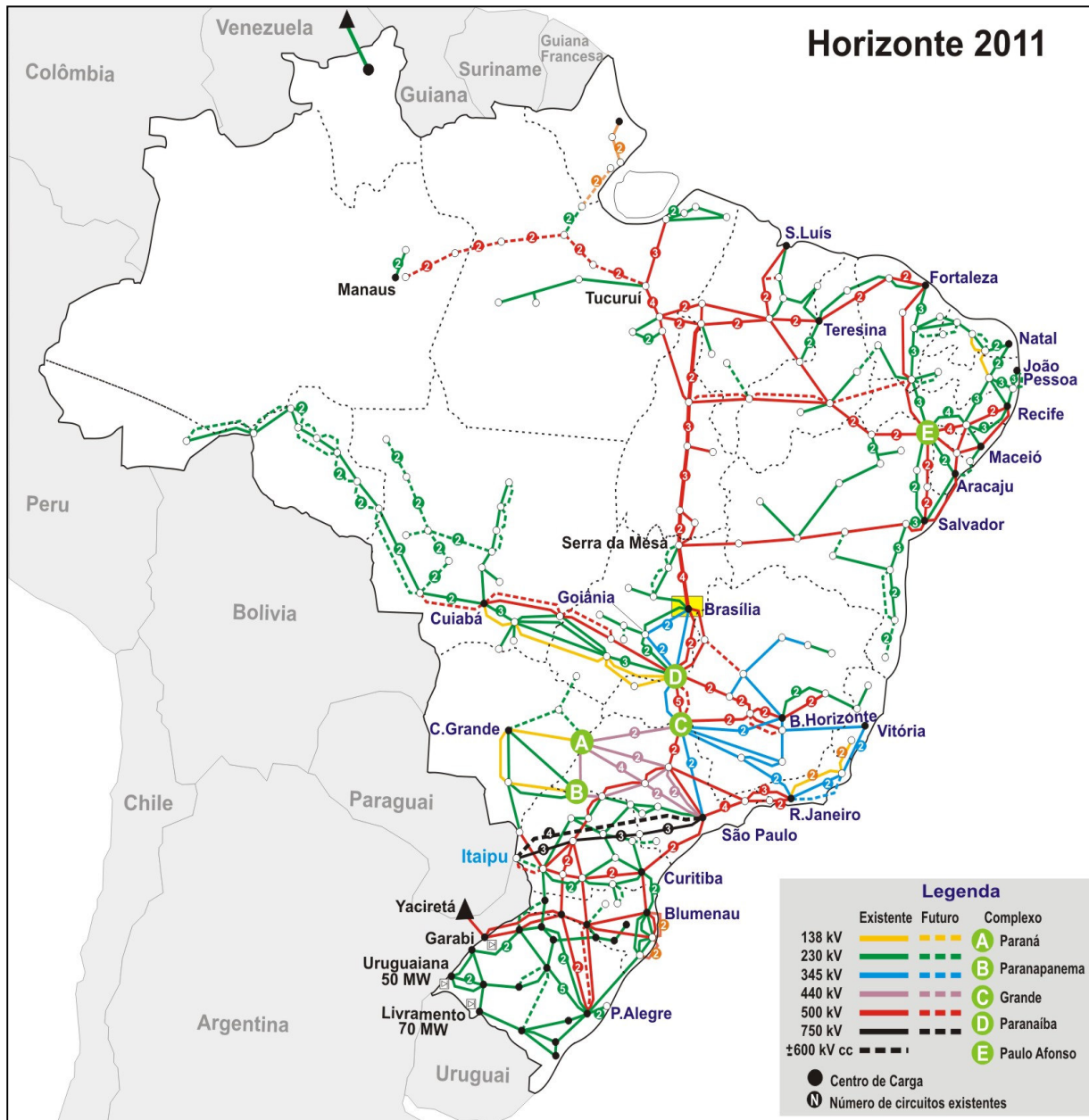
promover e minimizar os custos de produção de empreendimentos que expropriam milhares de trabalhadores.

O Programa de Aceleração do Crescimento em seu Balanço de 3 anos de infraestrutura Energética expandiu em linhas de transmissão um total de 7.368KM de novas linhas, aumentando a capacidade de “transferência de energia do Norte para o Sul do país” e mais 14.335KM de novas linhas a serem leiloadas, incluindo a transmissão Madeira-Porto Velho e Tucuruí – Macapá e Manaus. A Figura N°08 apresenta esta maior concentração das linhas de transmissão nas áreas sul-sudeste do país, mas a previstas pelo PAC para serem construídas estão mais presentes da região Norte e Centro –Oeste, exemplo é LT que conectará a energia produzida pelas usinas de Ji-Paraná e Vilheia e as usinas do rio Madeira para o interior de São Paulo, como podemos verificar no planejamento do sistema para os anos de 2011-2014.

O cenário de 2007 mostra claramente a concentração do sistema de transmissão de energia nas porções Sudeste e Sul do Brasil. Os estados do Norte e a porção norte do Centro – Oeste apresentam uma baixa densidade de linhas de transmissão, como exemplo dos estados do Acre, que a energia hidrelétrica é retirada do estado, pela LT que conecta Rio Branco (AC) a Abunã (RO), e desta para a LT que interliga o Norte/Centro-Oeste, e redistribuída pela LT Cuiabá. Os estados de Amazonas e Roraima, a situação é ainda mais precária, pois com exceção dos sistemas isolados que fornecem energia elétrica gerada por fonte térmica, a população não é servida parcialmente por energia elétrica.

O cenário de 2011 traçado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS demonstra estas tendências das áreas norte e centro do país como fornecedores de energia para a o Sul e Sudeste brasileiro onde se localiza a maior densidade industrial e urbana. Perceba que, nos dois cenários a região norte se destaca como produtora de energia hidrelétrica, mas carece de rede de transmissão para sua população.

Figura N°09: Distribuição das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica do Sistema Integrado Nacional – SIN em funcionamento e licitadas no Brasil até 2011-2014



Fonte: BRASIL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Disponível em: www.ons.gov.br

A preocupação expressa pela ONS e pelo PAC 1, e reforçado no projeto do PAC 2, é de integrar os circuitos isolados, tais como, LT Macapá (AP)-Manaus (AM)-Tucuruí (PA); a LT que interligará a energia produzida pelo Complexo do rio Madeira Jarau (MT) Vilhena (RO), linhas de transmissão que irão transmitir a energia gerada para o Sistema Integrado Nacional – SIN. Perceba que a preocupação, ao contrário do que expresso no discurso dos novos empreendimentos, não é de levar energia elétrica para as regiões mais interiores destes

estados, mas de garantir o fornecimento de energia demandado pelos grandes centros industriais.

Os estados do Norte, praticamente, estão fora do fornecimento de energia hidrelétrica, propiciado pela expansão do sistema de transmissão do sistema, como podemos verificar no Amazonas, Pará, Acre, Roraima e Amapá e no norte do Mato Grosso, as linhas de transmissão que interligam as áreas produtoras e tem como destino o abastecimento das regiões com maior demanda por energia, tais como, a Sudeste e o Sul. Apesar, destas regiões conjuntamente deterem o maior potencial hidrelétrico entre as regiões brasileiras, tanto no cenário de 2007, quanto no novo projeto de desenvolvimento hidrelétrico brasileiro, cenário 2011, as populações locais ficam somente com os prejuízos produzidos por este modelo de geração de energia, comprovando que, a energia hidrelétrica produzida com a expansão do potencial gerador pós-apagão, para os estados do interior brasileiro, se inserem dentro de um cenário de uso específico da energia, isto é, o uso privativo para grandes indústrias, principalmente do setor eletrointensivo.

Não coincidentemente as indústrias eletrointensivas planejam o investimento na expansão do parque de auto-produção e de produção independente para os próximos anos para os estados do Norte do país. A Associação Brasileira do Alumínio – Abal prevê que seus associados cheguem ao percentual de 50% da energia consumida no processo produtivo seja gerada pelo sistema de auto-produção até 2014, o que significa o aumento substancial dos investimentos em consórcios e usinas autoprodutoras de energia hidrelétrica, principalmente na região norte do país onde se concentram as maiores reservas de bauxita, e outros como ferro e manganês, além do maior potencial hidrelétrico do país ⁴¹. Atualmente este segmento industrial consome 26 mil gigawatts por hora (GW/h), deste total 8 mil GW (33%) são gerados pelas usinas autoprodutoras de propriedade das próprias indústrias e consórcios ligados ao setor eletrointensivo, e os investimentos feitos até o momento estão todos destinados à manter as fábricas atuais, como a UHE Serra do Facão rio São Marcos e UHE Jirau no rio Madeira segundo dados da própria associação (ABAL, 2010).

A intenção de expandir o potencial hidrelétrico para a região norte não é fato novo como mostra o trabalho de Monosowski (2002) sobre a barragem de Tucuruí.

O esgotamento do potencial hidrelétrico próximo aos grandes centros industriais do sudeste conduziu a uma estratégia de exploração do potencial

⁴¹ Entrevista com o presidente da Abal/2010 Adjarma Azevedo disponível em: <http://www.aecweb.com.br/aluminio-primario-um-bem-escasso>

de duas regiões – a Amazônia e o Sul do país – destinadas a se transformar em exportadoras de eletricidade. Assim, observa-se uma tendência do aumento progressivo das distâncias entre localização do potencial hidrelétrico e os centros de consumo e uma distribuição espacial desigual de custos e benefícios socioeconômicos e ambientais dos projetos (MONOSOWSKI, 2006, 124p.).

No Brasil ocorreu nos fins do século XX e início do XXI um crescimento significativo de empreendimentos hidrelétricos na porção Sudeste e Sul, produzindo por sua vez uma dinâmica territorial onde estes empreendimentos infra-estruturais não são para o uso múltiplo da energia, mas fixos, obedecem a um determinado fornecimento.

A maior concentração das usinas hidrelétricas na região Sudeste-Sul do Brasil está associada a condição histórica de organização do território brasileiro, maior intensidade de industrialização e população concentrada nas áreas urbanas, característica esta resultante do intenso processo de modernização da agricultura que produziu o deslocamento compulsório de milhares de camponeses. Somente a Região Hidrográfica do Paraná possui 55 usinas de geração de energia elétrica com potência acima de 30MW, realidade que se estende as demais regiões hidrográficas próximas a região sudeste do país⁴².

A sub-bacia do Paranaíba é a segunda maior Região Hidrográfica do Paraná correspondendo a uma área de 25,4% e esta presente em 65% do território do estado de Goiás, 30% em Minas Gerais, 3% no Distrito Federal e 2% em Mato Grosso do Sul. Somente na sub-bacia do Paranaíba estão em construção e operação atualmente 16 usinas hidrelétricas que somam, 7.198, 94 MW instalados, somente no rio São Marcos afluente do Paranaíba, duas usinas foram licenciadas UHE Serra do Facão, município de Catalão (GO), que já encontra-se em fase final de construção e UHE Paulistas no município de Cristalina (GO) em fase de licenciamento.

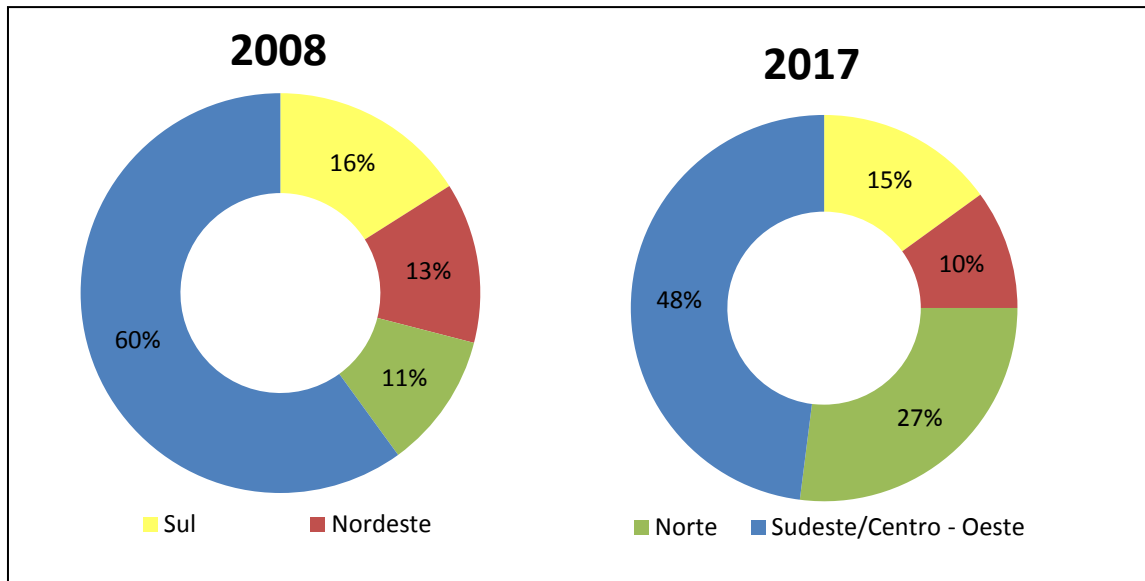
⁴² Agência Nacional de Águas – ANA, Disponível em: www.ana.gov.br

Figura Nº10: Distribuição espacial das usinas hidrelétricas em operação e licenciadas no Brasil



Fonte: ANEEL, Atlas da Energia Elétrica do Brasil, 2ª Ed, 2009, Disponível em: www.aneel.gov.br Acesso em: 23/09/2009

Gráfico N°05: Cenário para o fornecimento de energia hidrelétrica por região em 2008 e 2017



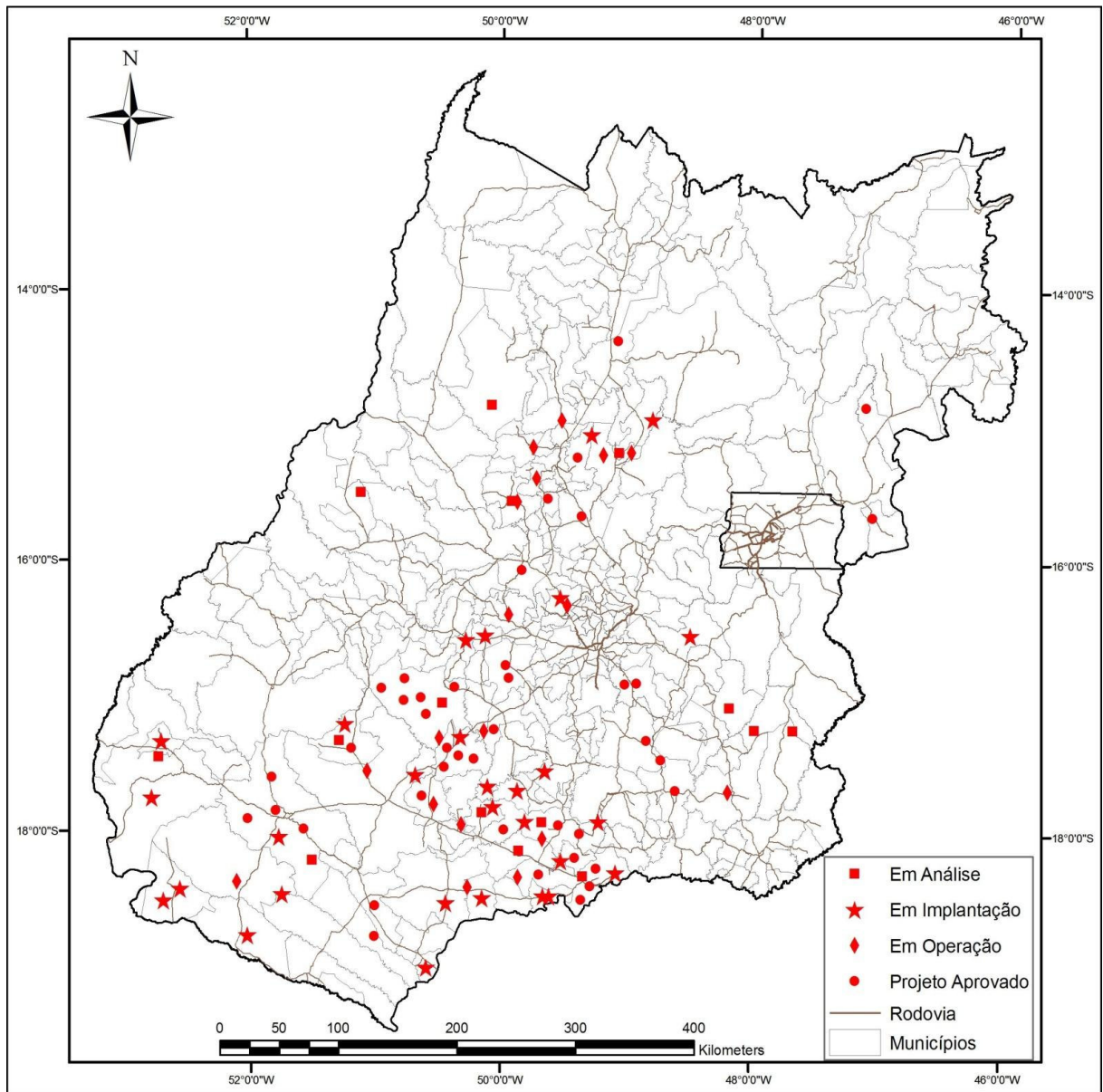
Fonte: Programa Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDE, 2008-2017, 105p. Organizado por: NAVES, J. C.

A tendência ao crescimento da participação do Norte do Brasil na produção de energia hidrelétrica pode ser verificada nos Gráficos N° 05 e N° 06. A potência instalada da região Norte, parte de 11% em 2008 para a previsão de participação de 27% em 2017. O aumento do percentual conta com a geração de energia produzida por empreendimentos de alto impacto ambiental, tais como, as UHE Santo Antônio e UHE Jirau no rio Madeira e UHE Belo Monte, no rio Xingu, que somadas, vão contribuir com o aumento de 10% da energia produzida pela região em 2017 (PDE, 2008/2017, 105p.).

A região Centro-Oeste também é alvo das políticas de geração hidrelétrica, segundo informativo⁴³ do Ministério Público do Estado de Goiás, somente para o estado estariam previstos quinze (15) novos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Para o estado do Mato Grosso, pelo Plano Decenal de Energia – PDE, onze (11) novas usinas hidrelétricas que entrarão em funcionamento até 2017.

⁴³ Notícia Clipping: Goiás terá mais 15 hidrelétricas. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br> Acesso: 12 de abril de 2010.

Figura Nº11: Distribuição espacial de usinas de etanol de cana-de-açúcar em Goiás – 2008



Fonte: Apresentação da Palestra “Pesquisa e sustentabilidade do contexto do etanol de cana-de-açúcar”, proferida por Dra Selma Garrido UFG, na II Semageo e I Simgeo do Curso de Geografia do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás de 23 a 27 de novembro de 2008

O avanço da apropriação dos recursos naturais presentes nos territórios dos estados da região Centro-Oeste não se restringe somente a fonte hidrelétrica. Os estados desta região não somente estão sofrendo com a intensificação da construção de novas usinas hidrelétricas, mas também, com o avanço da plantação de cana-de-açúcar, e associado a ele, novas usinas de biodiesel e etanol. Somente no estado de Goiás o PAC 1 (2006-2010), financiou doze usinas de etanol, quatro usinas de biodiesel e o Alcoduto de Senador Canedo (GO)-São

Sebastião (SP). Dados de 2008⁴⁴ em Goiás estavam em operação dezenove usinas de etanol e biodiesel, distribuídas nas mesorregiões do Centro e Sul Goiano; em construção: trinta usinas, concentradas predominantemente no Sul Goiano; usinas planejadas somavam quarenta novas usinas, assim distribuídas: cinco na mesorregião do Centro Goiano; duas no Leste Goiano; e trinta e três no Sul Goiano, e finalmente, por em estudo mais quinze usinas de etanol e biodiesel.

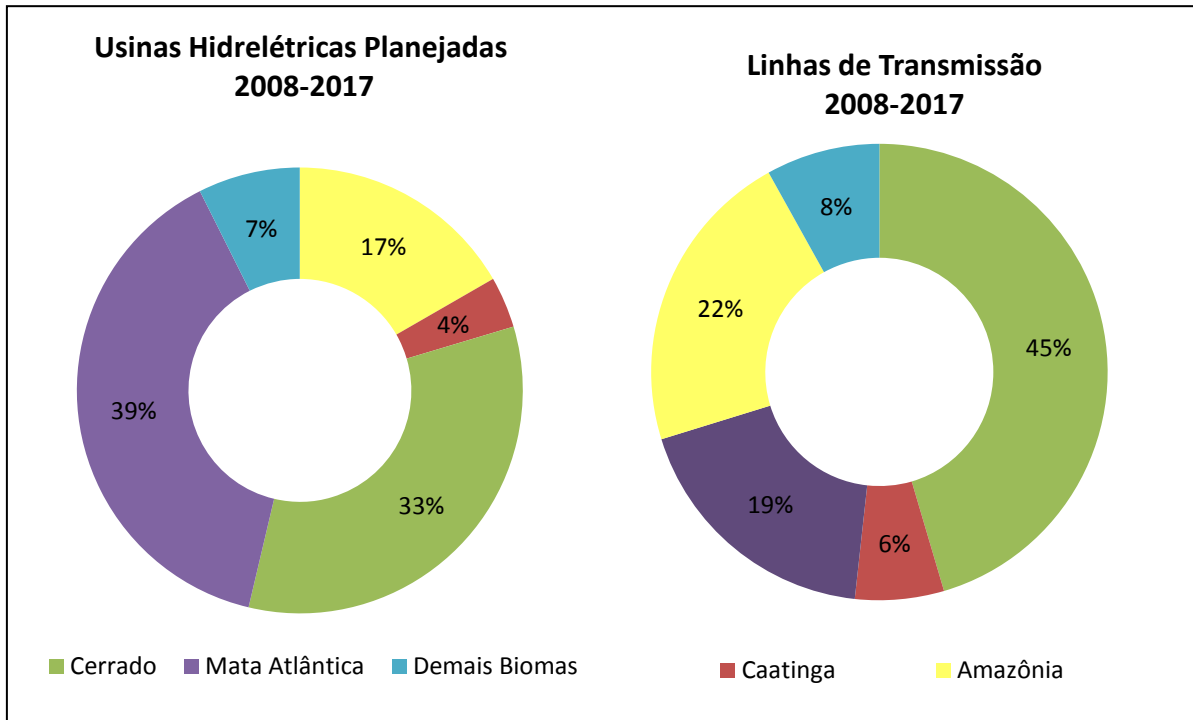
No total o PAC 1 investiu em usinas de biomassa e etanol no Brasil o montante de 17,4 bilhões de reais, distribuídas em: 46 usinas de biodiesel e 77 de etanol classificadas em, planejamento, operação e licenciamento. Grande parte destas usinas está geograficamente concentrada, no Oeste Paulista, Triângulo Mineiro e Sudoeste de Goiás.

O relatório do Plano Decenal de Energia – PDE, que assim como o plano é de responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética – EPE reconhecem que o bioma cerrado, é um dos biomas mais impactado por lagos de hidrelétricas. Segundo dados do relatório a área já ocupada por lagos de hidrelétricas em Goiás somam atualmente 10,5 mil Km² de área inundadas.

O bioma do Cerrado também é alvo de degradação das Linhas de Transmissão, que ligarão as novas unidades de produção da região Norte para a região Sul. Assim, o crescimento da potência hidrelétrica instalada nas duas regiões segue os mesmos interesses, isto é, o crescimento da potência instalada no Norte tem como objetivo abastecer a demanda por energia do Sudeste, as LTs que cortam toda a porção central do Brasil, estão orientadas nesta perspectiva. No estado de Goiás as linhas de transmissão ocupam 26,75% de áreas de Cerrado, com a expansão prevista pelo PDE 2008-2017 as novas linhas de transmissão o percentual se elevará para 45% (PDE, 2008-2017, 372p.).

⁴⁴ Informação verbal fornecida por professora Dra Selma Garrido UFG, na II Semageo e I Simgeo do Curso de Geografia do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás de 23 a 27 de novembro de 2008.

Gráfico Nº06: Área impactada dos Biomas brasileiros pelo setor hidrelétrico



Fonte: Programa Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDE, 2008-2017, 711p. Organizado por: NAVES, J. C.

Os dados apresentados pelo PDE – 2008-2017 demonstram a tendência de que a geração de energia hidrelétrica se intensificará nas regiões Centro – Oeste e Norte do país. As previsões de impactos, por percentual de área, nos biomas brasileiros devido ao crescimento das unidades de produção hidrelétrica são: a Mata Atlântica com 39%; as áreas de Cerrado apresentam uma previsão de empreendimentos acima de 33% e o Bioma Amazônico com 17%. O cenário apresentado por estes dados é preocupante, pois após intenso processo de expropriação vivido pelos camponeses nas áreas de Cerrado devido a Modernização Conservadora da Agricultura, agora há o crescimento do potencial hidrelétrico e das linhas de transmissão são as novas grandes ameaças para a população camponesa. Analisado a figura acima, mais de 0,53% do bioma Cerrado será ocupado pelos lagos dos reservatórios previstos pelo Plano Decenal.

Tabela 01 Ocupação dos biomas pelos reservatórios de UHEs em Operação

Biomass	Área ocupada pelos biomas (%)	Área dos reservatórios por bioma (Km²)	Área dos biomas ocupadas pelos reservatórios (%)
Amazônico	43,23	8.239,66	0,23
Caatinga	8,63	5.400,69	0,74
Campos Sulinos	2,01	370,21	0,19
Cerrado	23,06	10.508,16	0,53
Costeiro	0,6	-	-
Ecótonos de Caatinga-Amazônia	1,7	-	-
Ecótonos de Cerrado-Amazônia	4,85	908,09	0,22
Ecótonos Cerrado-Caatinga	1,35	119,13	0,1
Mata Atlântica	12,97	10.996,60	0,99
Pantanal	1,6	-	-

Fonte: Programa Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDE, 2008-2017, 360p. Adaptada por: NAVES, J.C.

A análise feita pelo plano decenal reconhece como a população atingida somente o número de populações indígenas afetada diretamente pela expansão do setor. As comunidades camponesas são excluídas como populações impactadas, isto é, o Plano Decenal quando se refere aos Impactos Socioambientais resultantes da expansão do setor elétrico somente cita a população indígena e as áreas de proteção permanente. O Plano não considera o quantitativo de camponeses atingidos por estes empreendimentos, nem os trabalhadores rurais e a importância da produção camponesa para as economias locais e regionais, assim ignorando o real impacto socioambiental produzido por este modelo.

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE, responsável pela elaboração de dados e pesquisas sobre os reais impactos na construção de novos empreendimentos hidrelétricos, simplesmente ignora os reais impactos, pois está direcionada politicamente para atender os empreendimentos privados. Ignora, portanto, o fato dos milhares de postos de trabalho que são *alagados* pela construção de novos empreendimentos hidrelétricos, além de estes empreendimentos romperem com teias de relações centenárias, mas para o capital tudo isso é irrelevante e pode ser “minimizado” como se o estrangulamento destas relações e o desenraizamento pudessem ser “mitigadas”.

O crescimento das usinas hidrelétricas nas áreas de Cerrado são apenas um dos elementos articulados ao processo de reestruturação capitalista, visto que, é um setor direcionado e fundamental para a manutenção das condições técnicas de reprodução e ampliação do capital. A expropriação produzida pela intensificação da produção hidrelétrica

no Brasil demonstra uma parte somente da *tormenta neoliberal*⁴⁵, isto é, a expropriação camponesa produzida por hidrelétricas não é distinta da expropriação produzida pela Modernização Conservadora. Nem mesmo a desterritorialização sofrida pelos trabalhadores da cidade, todas estão articuladas ao momento do modo capitalista atual que produz rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais (THOMAZ JÚNIOR, 2008).

O crescimento da potência de geração hidrelétrica serve à expansão da demanda por energia das indústrias eletrointensivas, estas empresas, assim como todas as outras carregam consigo a lógica instrumental de organização da produção, e está por sua vez está carregada de elementos constituintes da reestruturação capitalista. O crescimento na participação como autoprodutoras e produtoras independentes encontram-se nestes termos.

O investimento das indústrias eletrointensivas pode ser verificado na participação acionária das novas hidrelétricas construídas a partir dos leilões de energia, como a Alcoa Alumínios do Brasil, que possui capital acionário em sete grandes e médios empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Estas grandes empresas usam dos procedimentos e estratégias que garantam a reprodução ampliada do capital e a elevação consistente e constante da produtividade e competitividade como formas de rebaixar seus custos de produção e conseqüentemente o aumento de seus lucros, que em muitos casos são evadidos para os países de origem (THOMAZ JÚNIOR, 2008).

Quadro 06: Usinas Hidrelétricas com participação acionário da Alcoa Alumínios do Brasil S.A.					
UHE	Município	MW	Investimento do PAC e BNDES (R\$)	Percentual	Situação
Barra Grande	Anita Garibaldi (SC)	708	-	42,2%	OP
Estreito	Estreito (MA)	1087	3,2 Bilhões	25%	CO
Machadinho	Piratuba (SC)	1140	1,16 Bilhões	25,74%	OP
Serra do Facão	Catalão(GO)	210	863,8 Milhões	34,97%	CO
Santa Isabel	Bom Jesus (RS)	1087	-	20%	LI
Pai Querê	Ananás (TO)	292	968,9 Milhões	44%	LI

Fonte: OP: Operação; CO: Construção e LI: Licitação. BIG Banco de Dados da Aneel; Alcoa Alumínios do Brasil S.A. e Relatório de Infra-estrutura Energética do Programa de Aceleração do Crescimento PAC.Org. Naves, J.C.

⁴⁵ THOMAZ JÚNIOR, 2008

Foram investidos de fundos federais, por via de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, somente em empreendimentos, que a Alcoa tem participação acionária o montante de R\$ 6.192 bilhões, aproximadamente, na geração energia hidrelétrica. Energia esta apropriada para a produção de bens exportáveis produzidos pelo grupo. Percebemos que, as usinas nas quais a Alcoa possui participação acionária, estão inseridas neste momento de expansão para regiões hidrográficas ainda não intensamente exploradas, mas que possuem potencial hidrelétrico suficiente para o fornecimento de energia.

A Alcoa possui nove unidades de produção distribuídas no território brasileiro: na região Norte, a Alcoa World Alumina em Juruti (PA), mina de extração de bauxita que detém um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade de mundo e em São Luís (MA) compõe o Consórcio Alumar produção de alumina e alumínio primário; na região Sul e Sudeste a unidade de Poços de Caldas (MG) a Alcoa Alumínio S.A. produz aluminas calcinadas e hidratadas, metal na forma líquida, tarugos, lingotes e alumínio em pó; as unidades de Sorocaba, Santo André, Tubarão Alcoa Alumínio S.A. em São Paulo fabricam produtos para a construção civil e indústrias moveleira, ferramentas, equipamentos elétricos, automobilística e metal-mecânico E em São Paulo (SP) escritório administrativo do grupo no Brasil. Somente a unidade de produção de Serra do Facão se concentra em uma região no qual não há a presença de unidades produtivas da Alcoa, as demais unidades geradoras estão dispostas nos estados de Santa Catarina, Maranhão e Tocantins⁴⁶.

O Grupo Votorantin S.A., inicialmente acionista do consórcio vencedor da exploração de UHE Serra do Facão, participa na condição de autoprodutor de energia, de vários novos empreendimentos de geração de energia. A Votorantim Energia S.A. é a empresa administradora do setor de gestão das ações e dos investimentos em autoprodução e produção independente do grupo, estes que renderam, ao grupo, 2.013MW de energia produzida e absorvida por suas empresas, o que representa 62,5% da demanda de energia do grupo, segundo levantamento de 2008 da empresa. Fazem parte do Grupo Votorantim S.A. as empresas: Companhia Brasileira de Alumínios – CBA, Votorantim Energia e Santa Cruz Geração de Energia S.A.⁴⁷.

Seu parque gerador possui 11 usinas hidrelétricas com destino da energia para autoprodução (APE); 9 usinas hidrelétricas com destino de energia classificado como

⁴⁶ Disponível em: www.alcoa.com.br

⁴⁷ Dados disponíveis em www.votorantim.com.br

produção independente (PIE); 8 usinas hidrelétricas classificadas em produção independente e em consórcio, Santa Cruz Geração de Energia S.A. com 4 usinas de baixa potência e 4 usinas termelétricas. O restante do suprimento necessário é adquirido por meio de contratos com empresas de capital misto, como a Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG que fornece 670MW a Votorantim até 2028, conta com o maior contrato do país em fornecimento de energia elétrica do país no valor de 10,5 milhões de reais⁴⁸.

Além dos investimentos, como, produtor independente e autoprodutor de energia, o Grupo Votorantim também investe em sociedades de capital aberto, como a VBC Energia, que atua na formação e controle de sociedades formadas para controlar empreendimentos na área de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no país, com capital acionário distribuído em: 30,42% Votorantim Energia; 4,37% para Votorantim Investimentos Energia S.A.; 30,42% respectivamente para Átila Holding e Camargo Corrêa Energia e GCT Participações e Investimentos Ltda com 4,37% ainda controla a CPFL Energia, maior empresa de capital privado em geração, transmissão e comercialização de energia, a VBC possui 25,7% de participação desta empresa⁴⁹.

Uma análise na participação acionária de indústrias eletrointensivas, nos consórcios vencedores dos aproveitamentos hidrelétricos (geração e transmissão de energia hidrelétrica), além da composição acionária das empresas dedicadas a produção, transmissão e comercialização de energia como a CPFL Energia, verifica-se um padrão de composição. Em sua maioria são compostos por: indústrias eletrointensivas (nacionais e estrangeiras); empresas ligadas à construção de aproveitamentos hidrelétricos e linhas de transmissão; fabricantes de cabos e fios elétricos.

Os interesses dos grandes conglomerados capitalistas nas nações de capitalismo periférico demonstram sua dependência e interesse econômico nos recursos naturais disponíveis naqueles países. O crescimento do setor eletrointensivo, principalmente das indústrias de produção de alumínio, participam ativamente na mineração da bauxita e na produção de energia hidrelétrica. Os países latino-americanos, especificamente o Brasil, possuem os “produtos indispensáveis para a economia dos países capitalistas centrais: numerosas matérias-primas minerais e agrícolas, o petróleo, o gás natural e, **agora a água**” (CHESNAIS, 2008, 32p. – **grifo meu**). Assim, as reservas de água da América Latina é o alvo da cobiça e do consumo predatório das firmas multinacionais.

⁴⁸ Nota a imprensa Centrais Elétricas de Minas Gerais. Disponível em: www.cemig.gov.br/arquivo

⁴⁹ Dados disponíveis em www.votorantim.com.br

as operações das FMI traduzem uma relação predatória pura e simples: de um lado as concessões para a exploração de recursos energéticos - gás tanto quanto petróleo – ou mineradoras, e agora para comprar, ou, melhor dizendo, **roubar a água e conduzi-la a longas distâncias; as concessões de serviços de base, sem verdadeiro investimento, ou quase, e beneficiados por tarifação monopolista** (CHESNAIS, 2008, 36p. – grifo meu)

A mudança da legislação brasileira de geração de energia elétrica no país proporcionou a abertura do setor ao capital privado. A potencialidade hidrelétrica dos rios brasileiros, produzindo um cenário onde a geração, transmissão e comercialização de energia tendem a ser controlada por *holdings* das empresas eletrointensivas, quando não diretamente proprietárias das unidades produtoras, são investidoras de empresas e consórcios que atuam no setor de comercialização de energia. Estes grandes conglomerados, como a Votorantim S.A., estão praticamente presentes e controlando toda a cadeia de transformação do alumínio, desde a lavra da bauxita à energia necessária a transformação dos lingotes de alumínio, construindo um cenário no qual dominam a produção, comercialização e transmissão da energia, restringindo o acesso popular à energia, isto é, o sistema de produção e comercialização de energia apresenta a clara tendência à privatização total e gradativamente, e desta forma, agravando as implicações socioambientais.

O crescimento baseado em hidrelétricas e no capital privado transnacional é um crescimento que compromete as populações, direta e indiretamente atingidas e a destruição irreversível do ambiente com extinção de fauna e flora, tal como, ocorreu com a UHE Serra do Facão no vale do rio São Marcos, usina considerada pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, como uma das áreas mais bem preservadas do Cerrado brasileiro. Em breve o rio São Marcos no Alto Paranaíba será uma seqüência de lagos formada pela expropriação de camponeses, da perda de postos de trabalho e de relações imemoriais, pois ainda se prevê novos projetos hidrelétricos para a Bacia como a UHE Paulistas.

O projeto de desenvolvimento que fora adotado para o Brasil e demais países latino-americanos evidenciam o direcionamento político, social e econômico a favor do capital. O século XX demonstrou, justamente, esta dinâmica às mudanças que acompanharam o Estado ao longo daquele século foram as tentativas de ajustamento para a nova fase do capitalismo. O Estado, sucessivamente, se organizou para manter e ampliar as condições de produção e reprodução do capital e neste processo ordena sua base territorial de forma a combinar com as necessidades do modo de produção. As ações do Estado, no setor de produção de energia elétrica no Brasil, demonstraram justamente esta orientação da relação, Estado e Mercado.

Através das políticas de desenvolvimento, o Estado orientou a organização de sua base territorial, de forma a atender todas as necessidades de reprodução capitalista, desde a lavra dos minerais até as vias de escoamento da produção.

Neste re-ordenamento do território, dotando o mesmo dos fixos necessários e organizando um projeto de desenvolvimento econômico voltado para a reprodução do capital, influi diretamente na organização de sujeitos coletivos que se opõe a esta forma de apropriação do território, não que estes sujeitos estejam fora do sistema capitalista, mas porque se apropriam do território de forma distinta. Exemplo, são os movimentos contra a construção de usinas hidrelétricas, que se organizam a partir da ameaça da perda de seus territórios e da insegurança produzida pela desterritorialização/reterritorialização, são camponeses que se diferenciam na sua forma de organização territorial, mas que não estão fora do modo de produção capitalista (SHANIN, 1983).

A oposição de diferentes formas de apropriação do território é a tônica da disputa por territórios, ou seja, conflito entre as comunidades atingidas por barramentos hidrelétricos não é alimentado somente pela retirada e alocação simples destas populações, não estamos falando de um espaço cartesiano, mas de um espaço que é dotado de uma dimensão espacial e social. Uma não se faz e não se separa da outra. Estas comunidades camponesas, que foram e serão expropriadas devido a construção de usinas hidrelétricas, não simplesmente **ocupam um espaço, mas constroem um espaço e desta relação se constituem como classe.**

Nesta perspectiva, o impacto social da construção de hidrelétricas não pode ser apenas nomeado como “remanejamento de população” ou “medidas mitigatórias”, tal como é caracterizado nos EIA/RIMA, justamente porque ignoram e **esvaziam** a dimensão imaterial destas comunidades na construção dialética de seus territórios. Sujeitos históricos não são **remanejados**, objetos inanimados sim. O termo representa a forma como o capital percebe e ataca os diferentes usos do território, ou seja, as populações camponesas e indígenas atingidas por empreendimentos hidrelétricos são **remanejadas**, por serem tratadas como meros objetos/obstáculos que devem ser retirados.

Nesta dissertação e segundo a linha sociopolítica do grupo de pesquisadores de qual pertencem, Grupo de Pesquisas Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG-CAC, não se usa eufemismos, usa-se o termo real, **expulsão da terra e expropriação da cultura e do modo de vida.** Os representantes destes empreendimentos hidrelétricos, que como vimos, obedecem a uma lógica de pilhagem territorial divergente, conduzem o conflito com as comunidades locais dentro de referências quase matemáticas, ou seja, desde o trato

com a população até a negociação das terras são balizados por critérios de referência quantificados que desmerecem a dinâmica imaterial do território porque são alheios a ordem de significados e significâncias que os territórios camponeses representam, e como são constituídos.

4 A SAÍDA DA MARGEM: a organização camponesa e os territórios em disputa

Anteriormente verificamos a dinâmica de modernização do território, como foco na formação do parque gerador hidrelétrico, constituído a serviço da reprodução capitalista. Pôde ser percebido que a medida que o modo capitalista se reestruturava processava-se novos momentos de intensificação modernizante, dotando o das condições técnicas e tecnológicas necessárias para a manutenção das condições de reprodução de capital.

A modernização do território brasileiro, ao longo do século XX e início do XXI, ocorreu de forma seletiva. Sabemos que porções do território brasileiro, foram incorporados à produção capitalista direcionada para o mercado, mas convivendo com territórios ainda não completamente integrados à produção para o mercado. Territórios que possuem outras lógicas de organização, territórios que contribuem para a formação de uma multiterritorialidade. Se considerarmos, a presença de elementos técnicos como um marcador temporal, para definir os diferentes momentos do projeto de desenvolvimento econômico nacional, verificamos, que o território brasileiro apresenta locais nos quais a presença destes elementos se faz mais intensa, e outros que não estão completamente tomados materialmente por eles.

A dinâmica de contínua integração do capital, no qual, colide diferentes lógicas de apropriação do território, se manifesta as disputa territoriais. A disputa pelo campesinato, em permanecer em seu território e a construção de usinas hidrelétricas, que representa uma lógica distinta de apropriação, não é somente uma disputa pela base material, pelo local, pois não é uma disputa somente pelo espaço físico, mas, uma disputa por diferentes lógicas de apropriação do território que se conflitam.

A construção de hidrelétricas no Brasil esta atrelada a um histórico de expropriação das comunidades atingidas por impactos ambientais produzidos por tais empreendimentos. Praticamente, todas as hidrelétricas no Brasil, possuem um histórico semelhante de expropriação e degradação ambiental, fato que demonstra a perversidade e a injustiça do modelo de geração de energia concentrado na fonte hidrelétrica. Os casos de expropriação não são particulares, os impactos ambientais não são “acidentes” de determinada UHE, mas fruto de um modelo de desenvolvimento que expressa uma lógica predatória e expropriadora.

Usinas hidrelétricas construídas, ainda no início do século XX, como a Usina Hidrelétrica de Ribeirão das Lajes, no município de São João Marcos (RJ), que desapropriou

toda a cidade, demonstram a perversidade do processo de expropriação produzida por estes empreendimentos. O discurso, dos representantes do setor hidrelétrico, afirmava que, casos como, o de São João Marcos (RJ), não mais se repetiriam, visto que, era uma questão de *evolução técnica*, com a melhoria das tecnologias de geração hidrelétrica, os lagos seriam menores e haveriam menores impactos socioambientais. Entretanto, exemplos como Balbina (AM), Tucuruí (PA), Serra da Mesa (GO), Itaipú (PR) e Serra do Facão (GO) demonstram justamente o contrário, evoluíram as tecnologias de geração de energia hidrelétrica, a produtividade das usinas aumentou, mas os impactos socioambientais continuaram cada vez maiores, afirmando que, não é que puramente técnica de produção de energia elétrica, pois a técnica não é impregnada de uma *perversidade*, mas a quem esta técnica serve. Portanto, não é um problema de avanço e melhoria das condições técnicas e tecnológicas simplesmente, mas, o modelo de desenvolvimento subserviente, adotado pelo Brasil, no qual as políticas são conduzidas por políticos conservadores e privatistas, que se locupletam com este estado de coisas.

O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB estima que mais de um milhão de pessoas foram expulsas de suas terras, atingidas por construções hidrelétricas ao longo do século XX. No Brasil uma área total de, 35.807,47⁵⁰ Km², aproximadamente 0,42% do território nacional, foi submersa pela construção dos reservatórios destas usinas hidrelétricas, percentual este ainda maior se considerar as áreas desapropriadas por pequenas centrais hidrelétricas (PCH'S) e por áreas desapropriadas por linhas de transmissão.

A expropriação camponesa produzida pela construção de hidrelétricas é a manifestação da apropriação típica do modo capitalista de produção de territórios, especialmente em países de capitalismo periférico, com grandes riquezas naturais e humanas. São exatamente, nestes países, que a recolonização se impõe, pelas armas ou pela locupletagem, no sentido de manter as condições de reprodução e ampliação do capital. Este movimento no território, produzido pelo processo de apropriação contínua do capitalismo, reflete a perversidade do processo. Objetivando apresentar os efeitos sociais do modelo de geração hidrelétrica no Brasil, debateremos sobre o processo da expropriação produzida por UHE Serra do Facão, no Sudeste Goiano. Desde já afirmo que a análise não teve nenhuma pretensão de ser isento cientificamente ou politicamente, mas compartilhar com a Geografia, com os geógrafos e com a sociedade em geral, o quão o modelo é perverso e camuflado sob o discurso do *desenvolvimento*.

⁵⁰ Atlas da Energia Elétrica no Brasil, 2003 – Aneel, Org. Naves, J. C.

4.1 Território Camponês: espaço de vida e de labuta

No Brasil a formação do campesinato é uma formação específica, devido o processo histórico brasileiro. Marques (2000) compreende que o camponês brasileiro não é um camponês “enraizado”, é ele um migrante, devido à dinâmica crescente de apropriação capitalista da terra. Ao contrário da corrente que, decreta o fim do campesinato, como as leituras de Kautsky (1986) que analisam as conseqüências da intensificação do avanço do capitalismo no campo produz a proletarização do camponês, acreditamos que, o campesinato não está desaparecendo, e sim se recriando. A compreensão do camponês migrante traduz exatamente a falência desta compreensão, pois mesmo expropriados da terra os camponeses buscam incessantemente retornar à ela mesmo que não seja em outro local, fato que pode ser comprovado verificando os movimentos de luta pela terra de trabalho (MARQUES, 2000; MESQUITA, 2001).

Há uma ética camponesa que não se limita a unidade familiar, mas a comunidade que os mesmos se inserem e compartilham dos mesmos valores e crenças. A ética camponesa se expressa dentro da valorização da terra, da família e do trabalho e que os são elementos de uma organização moral e nuclear da unidade camponesa (WOORTMANN, 1987). Esta *tríade* camponesa não é composta por elementos distinguíveis e explicados unitariamente na unidade camponesa, mas somente em sua dimensão simbiótica, o que distingue a unidade camponesa da forma de apropriação capitalista da terra, na qual estes elementos podem ser identificados unitariamente e explicados isoladamente, tal como, as hidrelétricas, elementos técnicos que são concebidos e produzidos para um determinado e específico uso.

As unidades camponesas que foram atingidas por UHE Serra do Facão apresentavam estas características dadas por Woortmann (1987). A tríade de elementos que caracterizam a unidade camponesa, se fizeram presentes nas bandeiras de lutas levantadas pelo movimento contra a expropriação. A incerteza produzida pela perda eminente da terra, para o camponês desencadeia outros agravantes, como a insegurança de como manterá a família, a educação e a segurança dos filhos, e a perda do seu trabalho, e suas referências identitárias.

E se eu fô pra um lugar sem recurso? Aqui eu tem assistência veterinária, tem tudo, tem a cooperativa, minha produção vai tudo pra Coacal. Eu to

entre os sete, dos dez maior, eu tô em sétimo lugar. Produzindo, num é só leite, eu produzo carne, tenho 30 hec de roça, de lavora, muito boa. Produzo tudo que necessito. Eu tenho que te uma propriedade que tem uma casa de frente, igual a minha, pertim, porque minha mãe depende de mim, tá com uns oitenta e tantos ano, e meu irmão (...). e se eu fo pra um lugar sem recurso? Que não posso paga um plano de saúde pra minha mãe, pro meu irmão? Como que eu vô faze? Tudo depende de mim. Se dé certo, tudo bem e se num dé? Quê que eu vô faze? (S.C.M. Entrevista, março de 2004)⁵¹

Toda a incerteza verificada nesta fala está articulada com a perda da terra, pois ela na compreensão do camponês, desencadeia a perda de sua autonomia, da previsão do rompimento familiar, da insegurança produzida por um mundo externo ao território do camponês. Percebemos que o significado da terra para o camponês deve ser compreendida dentro de um sistema de referência próprio, pois é a partir da relação que o camponês estabelece com a terra, família e trabalho se materializa o que entendemos por território camponês, onde estes laços são tecidos e fortalecidos pela significação que a terra assume na vida camponesa.

Outro ponto, que é necessário abordar, da fala do entrevistado é a questão da integração entre o trabalho e a família. Verificamos aqui a importância do trabalho, o trabalho concreto para o sustento da família e do papel desempenhado pelo pai no sustento da família. Segundo Shaninn (1983) na unidade camponesa o trabalho é administrado pela família e dividido conforme satisfaz suas necessidades. O camponês procura manter a família, pois mantém a mãe idosa e um irmão que não possui saúde para trabalhar.

Esta unidad implicaba de vida em común baja la autoridad de una cabeza patriarcal, organización social y división del trabajo dentro de las líneas de conducta tradicionales de la familia y la identificación básica del miembro de la unidad doméstica (SHANINN, 1983, 55p.).

O território camponês opera como uma unidade orgânica, coesa, assim as obrigações e responsabilidades para com a família operam em primeiro plano, não que há definida uma hierarquia entre trabalho, família e a terra, como já compreendemos são elementos indissociáveis na unidade camponesa, mas na lógica camponesa ficar sem a terra compromete a segurança da família.

A organização camponesa contra a expropriação tem como bandeira de luta a permanência na terra, pois com ela o vínculo é tecido fortemente e ao mesmo tempo é tão delicado que até a idéia do rompimento é profundamente penosa para o camponês. Chayanov (1984) assinala que a unidade familiar é um dos elementos que definem a unidade econômica

⁵¹ Acervo de pesquisa do GETeM/UFG

camponesa, ou seja, a força de trabalho na unidade camponesa é proporcional a quantidade potencial de força de trabalho da família.

A organização do território camponês segue esta orientação, isto é, o território que é a garantia da reprodução familiar é também, num processo combinado, o território da vida, da construção da família, da criação dos filhos e das relações comunitárias. O *terrero*, que no dia a dia é o espaço das galinhas, vira o espaço da dança e da reza, assim como, as práticas camponesas como a *treição*, são espaços de convivência, na qual, se expressam a solidariedade camponesa, mas também é um espaço trabalho coletivo.

A mobilização dos camponeses contra a expropriação é alimentada por essa necessidade de preservar o território onde o trabalho, a família, a religião e os laços de comunidade se tecem, e que, constituem o próprio território. A centralidade do trabalho, na organização dos movimentos pela terra e por permanência na terra, deve-se ao fato, que ele é nuclear nas relações sociais com o mundo, desta forma,

O que se esconde por traz da deterioração das relações de troca é a depreciação do trabalho e do trabalhador. Essa descoberta põe o trabalhador em face da universalidade do seu trabalho, revela-se os vínculos reais que se unem aos seus iguais e o separam de seus exploradores e opressores. Porém, o trabalho não pode aparecer aí como trabalho abstrato, mero equivalente de dinheiro, como ocorre com o assalariado. **Para o camponês, o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto no fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família. Uma parte desse fruto é condição direta de sua sobrevivência. Por isso, sua expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete sua sobrevivência.** Porque priva-o do que é seu – o seu trabalho, o meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa (MARTINS, 1989, 90-91- **grifo meu**).

O trabalho é central para a compreensão da organização camponesa, pois é ele elemento de identificação e de identidade, tal como afirma Martins (1989). Como identificação, pois o camponês se identifica socialmente com seus semelhantes, seja na vida comunitária ou na organização dos movimentos sociais, e de identidade, por ser através das relações sociais que ocorrem no processo do trabalho que se constrói a identidade. Este trabalho que constrói socialmente a identidade do camponês não é o trabalho abstrato, mas o concreto que é a materialização da labuta de todos os integrantes da unidade camponesa.

O movimento, como expressão da luta para permanecer na terra, como o movimento contra UHE Serra do Facão, também os movimentos que lutam por terra (MST, MLST entre outros) são motivados pela relação indissociável de terra, trabalho e família. Perder a terra é

perder as condições de trabalho concreto do camponês, a comida farta na mesa possui significado, é o fruto concreto de seu trabalho (MARTINS, 1989).

Outra característica importante que devemos considerar na análise dos territórios camponeses, especialmente, no Vale do São Marcos, é a passagem da terra dentro de uma linha de parentesco e uma organização proximal das propriedades, segundo os laços consangüíneos, que os camponeses consideram até a 3ª, 4ª geração. A comunidade Anta Gorda, por exemplo, no município de Catalão (GO) apresentava estes traços, famílias que foram crescendo e redistribuindo a terra entre os filhos. Devido a esta redistribuição das propriedades, com traço de parentesco em comum, havia uma geografia baseada nos laços consangüíneos. A medida que cresceram as famílias este traço se tornaria “aparentado”, tais como primos, e laços sociais como madrinhas, padrinhos e afilhados.

Muitas família, assim desde pequeno que a gente brincava junto, fazia tudo junto. Se caso e continuo lá, ai a gente já teve os filho lá, crescero junto, bricaro junto agora é os filho que ia pra escola junto (L.S. Entrevista em março de 2010).

Eu sô nascido aqui tem quarenta e sete ano, aqui. Da geração do meu avô, tem parte da fazenda, que vem do terceiro, depois veio o segundo e eu to na terceira geração aqui nessa propriedade. Era dos meus avôs. Parte foi comprada, serviço do meu pai e da minha mãe, que trabaiairo ano nela antes de pude compra (S.C.M. Entrevista, março de 2004)⁵²

As relações de comunidade vão se processando pelos traços sanguíneos e por casamento, de forma que a comunidade imprime em seu território as relações sociais construídas ao longo do tempo. O território camponês reflete a identidade camponesa e auxilia a construir o *ethos* camponês, na confluência da comunidade esta organização também se apresenta, as relações sociais apresentam-se *grafadas* do território (PORTO – GONÇALVES, 2006).

Una comunidad puede ser definida como um grupo humano, com uma base territorial, unida por lazos de interacion social e interdependencia, por um sistema integrado de normas y valores aceptos, y la percepcion de sus diferencias com respecto al resto de los grupos configurados sobre líneas semejantes (SHANINN, 1983, 60p.).

O território da comunidade é assim ordenado, por uma composição de territórios camponeses que se ligam um ao outro por laços de interação e interdependência, que é regido por normas sociais estabelecidas pelo grupo. O respeito, as ajudas entre os vizinhos, tais como

⁵² Acervo de pesquisa do GETeM/UFG

a *treição* e o mutirão, a ajuda coletiva na organização das festas dos santos, são exemplos de normas sociais de cooperação entre os camponeses que caracterizam a comunidade.

Conheço meus vizinho, são tudo parente aqui né. São a dificuldade maió do mundo pra criá família a vezes né. Aqui na fazenda se vai estuda e volta todo dia e se mora na cidade o jeito que anda difícil hoje as coisa. Violência, as droga, aqui não. Nois tem há muitos anos que eu moro num tem uma ocorrência de morte, né. Que eu alembro eu era menino, criancinha de nove ano, quando teve uma ocorrência de morte aqui, de parente de fora, mais num temo nada. Nois dorme com as porta aberta, a chave na ignição da caminhonete, isso aqui é o paraíso. E depois quem vai tê essa segurança nossa? Quem vai te por isso? *Eles faiz as barragem e vão embora, pensa que é dinheiro, e não é só dinheiro que nois qué. Nois que é um lugá, que nós foi nascido, que nois foi criado, que nois vive, sem dinheiro aqui nois vive, porque todo mundo se conhece.* Se vai ali o vizinho te arruma. Se eu vó pa Catalão sem dinheiro, passo no primero vizinho, ali e pede dinheiro emprestado e vô embora e pago as minha conta. E se eu fô pra um lugar estranho e ninguém me conhece? É difícil eu sai daqui hoje, acho muito difícil (S.C.M. Entrevista, março de 2004)⁵³.

A comunidade, urdida pelos laços de amizade e solidariedade confere a segurança ao camponês, esta não é compartilhada fora do território da comunidade, pois os territórios externos são construídos pertencentes a outra lógica de relações, externa a comunidade. Contudo, não se quer dizer que a comunidade camponesa é isolada, pelo contrário, ela se integra as demais esferas sociais, fato que pode exercer relativa influência na forma de organização e nas percepções de vida recriando as normas socialmente construídas dentro da lógica de significado camponesa (SHANINN, 1983).

Na resistência das comunidades atingidas por UHE Serra do Facão que lutaram para permanecer no seu território, visto a importância que atribuíram ao território como lugar de vida e labuta, percebemos essa identificação com o território, lugar de paixões, medos e fraquezas, mas também de segurança e felicidade nas falas dos atingidos por UHE – Serra do Facão. Quando perguntado sobre o que mudaria na sua vida e na de sua família a saída deste lugar:

Eu tenho medo de não consegui outra terra igual eu pranto aqui, sabe. Te um sussego, aqui nois pode sai, dexa as porta aberta. Não precisa nem de chave. **O povo que tem aqui é tudo gente boa. Aqui é tranqüilo, certo. Nois tem de tudo aqui** (D. S. Entrevista, março de 2004)⁵⁴.

O território, assim, é o seu lugar de vida, lugar de segurança para si e para sua família, onde possui laços de amizade e respeito. Percebemos que a valorização atribuída não

⁵³ Acervo de pesquisa do GETeM/UFG.

⁵⁴ Acervo de pesquisa do GETeM/UFG.

é mediada somente pelo dinheiro, mas sim por significações como a amizade, a segurança, a vivência com aquele lugar, como pode ser percebido nos trechos destacados dos depoimentos.

Em semelhante contexto, Zhoury (2005), sobre a construção da UHE de Murta (MG) afirma que há uma distinção clara de racionalidades que pode ser verificada nas falas dos atingidos que contrapõe a idéia de “desenvolvimento” proposto.

Deus olha pra o povo e tem em aberto uma porta para nós. Apesar da nossa fraqueza, da nossa pobreza, temos aqui uma grande riqueza, que é o acesso aos rios, às lavras, os garimpos, diamante, ouro, verduras e muitas outras coisas como vimos aí (Depoimento de atingido pela UHE – Murta / Minas Gerais, ZHOURI. 2005, 19p.)

Percebe-se que a relação de riqueza não está mediada por sua abstração simbólica, mas ligada ao local onde há a recriação da existência cotidiana. Uma riqueza dentro de um contexto de significados de produção de (re) existências, de manutenção de seu modo de vida (ZHOURI, 2005).

A riqueza da terra na perspectiva camponesa, não é o seu valor venal, mas o que ela pode lhe render em quantidade de colheita. É a fartura na mesa camponesa que valoriza a terra, pois se há fartura e diversidade de alimentos na mesa camponesa a terra é seguramente uma boa terra. Nas ocasiões de mobilização contra a UHE Serra do Facão, os camponeses ameaçados, demonstram o seu trabalho na terra e a importância de sua permanência no território para a cidade apresentando seus produtos cultivados, depondo sobre a importância de seu trabalho para a continuidade dos alimentos na mesa não só dos camponeses, mas de todos os trabalhadores da cidade e do campo.

Woortmann (2004) sobre a importância e o sentido simbólico da comida para as comunidades camponesas, compreende que “[...] a comida “fala” da família, de homens, e de mulheres” (WOORTMANN, 2004, 03p.). A fartura da mesa, portanto, tem significado mister na cultura do camponês, porque ela significa o resultado do trabalho da família na terra, assim, a fartura da mesa sempre foi lembrada nos momentos onde o movimento de resistência se manifestava “para os de fora⁵⁵”.

⁵⁵ Expressão usada pela camponesa atingida L. S. para se referir as pessoas que não faziam parte das comunidades camponesas atingidas por UHE Serra do Facão. Entrevista, março de 2010.

Figura Nº12: Mesa representando a produção dos alimentos camponeses presentes nas comunidades camponesas atingidas



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

Figura Nº13: Ato Público contra a Construção da Barragem de UHE Serra do Facão



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

Nos momentos que a comunidade se mobilizava nas reuniões do movimento de resistência, ou mesmo na recepção dos pesquisadores que apoiavam a causa, isto é, quando os de “fora” se faziam presentes eram recebidos com mesas fartas. No café da tardinha com biscoitos de polvilho, de nata e bolo de fubá até o almoço reforçado, que demonstrava algo muito além do hábito alimentar camponês.

O caráter simbólico-ritual do comer se expressa claramente no hábito de convidar pessoas para o jantar em nossa casa, o “jantar fora” em determinadas ocasiões, ou no “almoço de domingo”. Nessas e em outras ocasiões análogas, há algo mais em jogo que a necessidades nutricionais. Não convidamos pessoas para jantar em nossa casa a fim de alimentá-las enquanto corpos biológicos (WOORTMANN, 2004, 03p.).

O momento da refeição é um momento de compartilhar o produto do trabalho concreto do camponês, tal como afirmamos anteriormente. Segundo Woortmann (2004) comunidades camponesas preservam os momentos de alimentação em família, ou seja, o momento do almoço, do jantar ou mesmo do café da tarde é um momento de partilha, assim, nos momentos nos quais ocorria o convite “aos de fora”, o convite não é simplesmente uma preocupação alimentar, uma satisfação biológica, mas um momento de partilha e de demonstração do trabalho daquela família materializado na mesa farta.

Fernandes (2008) sobre o território camponês e o território do agronegócio, compreende que podem ser abstraídas as diferenciações na análise da paisagem, pois o território camponês a paisagem possui uma diversidade de elementos e pela presença de pessoas no território. No território camponês há uma maior diversidade de elementos sociais e ambientais, pois “[...] é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimento” (FERNANDES, 2008, 286p.).

Figura Nº14: Casa camponesa na Comunidade Rancharia atingida por UHE Serra do Facão.



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

A Figura 14 apresenta justamente a diversidade de elementos presentes na propriedade camponesa. Não é uma residência usada somente nos períodos de safra, como verificamos em grandes propriedades ligadas ao agronegócio. A paisagem e os elementos que a compõe mostram que há pessoas residindo, tal como podemos verificar a presença de quatro pequenos bancos em frente a casa, usados para as conversas no fim de tarde, o canteiro de flores em frente a casa, entre outros elementos que evidenciam a pluralidade da paisagem no território camponês.

As propriedades atingidas por UHE Serra do Facão apresentavam estes elementos mencionados por Fernandes (2008). A vida comunitária fazia parte da vida camponesa, a disposição da lavoura, o galinheiro e a organização do espaço da casa transpareciam esta lógica de organização e apropriação do espaço. A presença de pequenas e médias propriedades que tinham sua produção organizada para o consumo e o sustento da família, dividida entre a pecuária leiteira e lavoura de milho, feijão e arroz caracterizavam a ocupação nas margens do rio São Marcos (GO) (MESQUITA, 2004).

Considerando, o tempo que as famílias camponesas, que estavam territorializadas as margens do São Marcos a pouca imponência das moradias e sua localização geográfica pode ser compreendida. As propriedades camponesas com maior tempo de territorialização, de três a quatro gerações refletem uma estrutura de residência e disposição geográfica na propriedade que atendiam as suas necessidades, como exemplo, a necessidade de água para o consumo da casa, dessedentação dos animais e irrigação das lavouras. Mendonça (2004) sobre a condição de residência dos trabalhadores rurais residentes no Cerrado goiano antes da intensificação do capital nas áreas de Cerrado assim descreve,

As condições naturais influenciavam de forma significativa a produção do espaço rural, principalmente a organização espacial das residências e dos cultivos necessários à sustentação das famílias que se situavam nos fundos de vale, com solos mais férteis e disponibilidade de água (MENDONÇA, 2004, 180f.).

Sobre os camponeses do Vale do rio São Marcos, as unidades camponesas, reflete condições de moradia semelhantes, mas já apresentam modificação das residências. Na unidade retratada na Figura Nº15 percebemos uma diferenciação significativa da estrutura da residência, bem como, de uma produção que emprega algum tipo de mecanização. Segundo Shaninn (1983) o desenvolvimento da unidade camponesa está relacionado com a mão de obra familiar disponível, à medida que os filhos crescem e tornam-se aptos a ajudar no trabalho da unidade camponesa ela cresce, assim como o consumo desta família. Portanto, o

desenvolvimento da unidade familiar articula-se também com a permanência dos filhos, depois de adultos na terra.

A Figura 15 retrata a nova residência da família camponesa, a residência anterior apresentava-se semelhante as demais residências sem grande imponência e construída com os materiais encontrados no Cerrado. A unidade em questão, tem o histórico de três gerações na terra, somente a última geração construiu a nova casa, ou seja, o acúmulo de trabalho, das três gerações, possibilitou a melhoria das condições de moradia do camponês, mas ainda preservando a disposição geográfica próxima ao curso do rio e as relações sociais que permeiam a vida camponesa.

Figura Nº15: Residência camponesa na Comunidade Pires atingida por UHE Serra do Facão



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

Mendonça (2004) sobre os efeitos da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado no Sudeste Goiano destaca a reorganização produzida pelo avanço do agronegócio sobre os espaços tradicionalmente ocupados por camponeses,

Nas áreas ocupadas com lavouras intensivas comerciais as marcas das formas de uso e exploração da terra foram destruídas e novas formas com novas funções foram criadas, expressando a dinâmica do capital e os novos arranjos sociais. A arquitetura das casas, a localização das construções, as formas de manejo alteradas expressam a organização social do homem na sociedade de classes. Mais que, as diferenças espaciais, a ocupação das

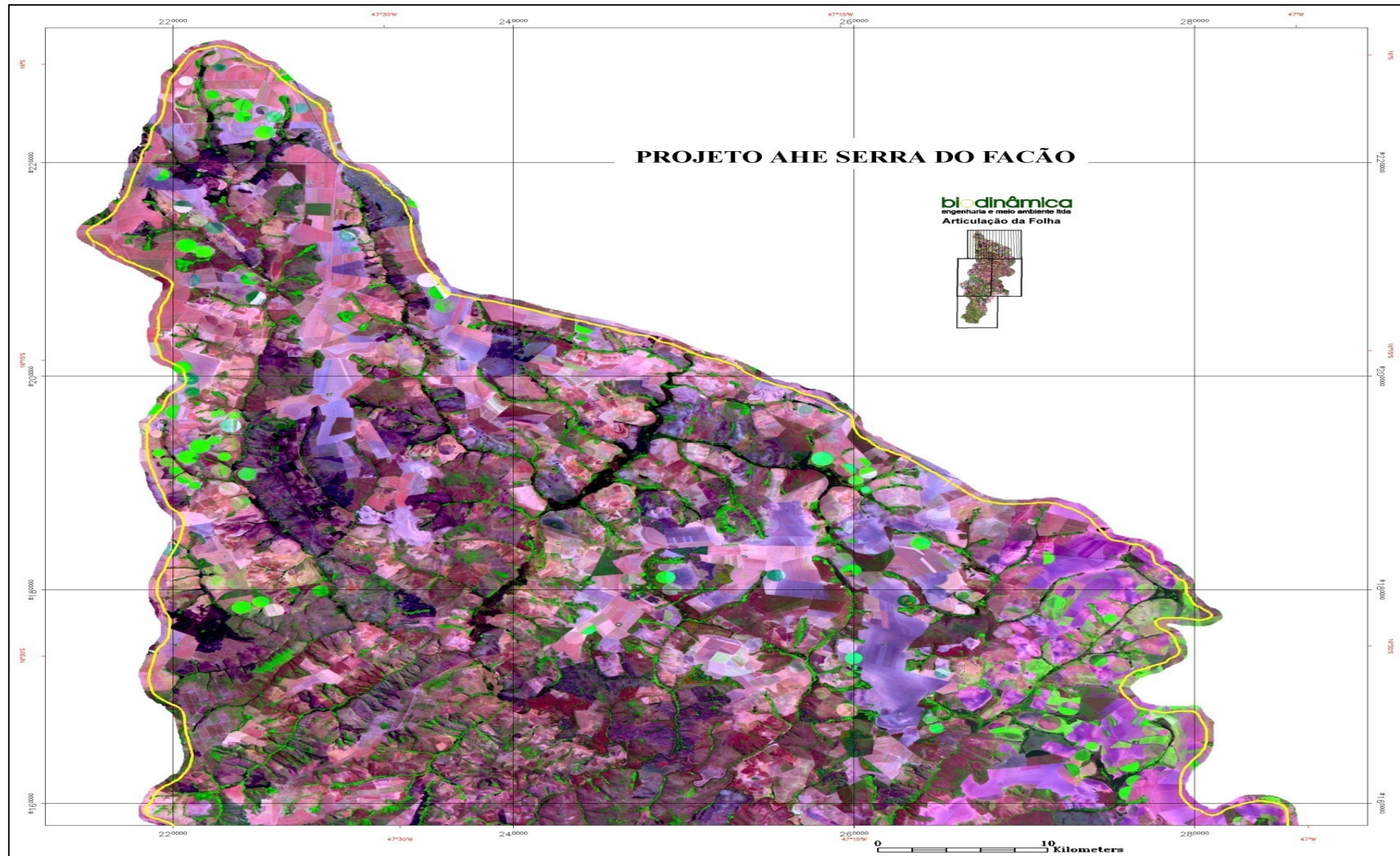
chapadas expressa a segmentação social imposta territorialmente. As chapadas foram ocupadas pela agricultura moderna e comercial com empresas rurais, e as bordas, vertentes e fundos de vale permanecem ocupadas pela agricultura tradicional e camponesa, casa vez mais precarizada diante do parcelamento por herança e, mais recentemente, agredida pela construção de hidrelétricas (MENDONÇA, 2004, 132f.)

A ocupação das áreas de Vale pela população camponesa foi condicionada, em um primeiro momento, pela disposição das terras mais férteis e acesso a água, as áreas de chapada, foram densamente ocupadas pela agricultura mecanizada destinada a produção de *commodities* (MESQUITA, 1993). Compreendemos que, a modernização dos territórios, impõe uma dinamicidade ao território. Os camponeses que foram empurrados para os fundos de Vale e grotões, devido a modernização no campo, sofrem agora com um novo momento de intensificação da modernização do território, articulado pela reestruturação do modo capitalista de produção. O avanço das hidrelétricas expropria aqueles que conseguiram permanecer nos Vales e grotões, isto é, o mar de soja “empurra-os” para os grotões, e a água do lago de UHE Serra do Facão inunda estes territórios. A forma de reação do campesinato, ao contrário das teorias que anuncia o seu fim, é sua re-criação, como podemos verificar nos movimentos sociais no campo que lutam pela terra e por permanência na terra de trabalho.

As Figuras Nº14 e Nº15 demonstram a diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês. Esta diversidade de elementos são expressões da materialidade da vida camponesa. Em contraposição com a paisagem do território apropriado pelo capital, no qual não se verifica a presença de uma diversidade de elementos. Em uma paisagem apropriada pelo capital os elementos apresentados possuem uma organização racional e com um uso direcionado, como exemplo, grandes propriedades rurais que tem como finalidade de produção de *commodities*, a organização do espaço da sede não é projetada para o convívio social, tal como verificamos na unidade camponesa, mas é um espaço organizado “racionalmente”.

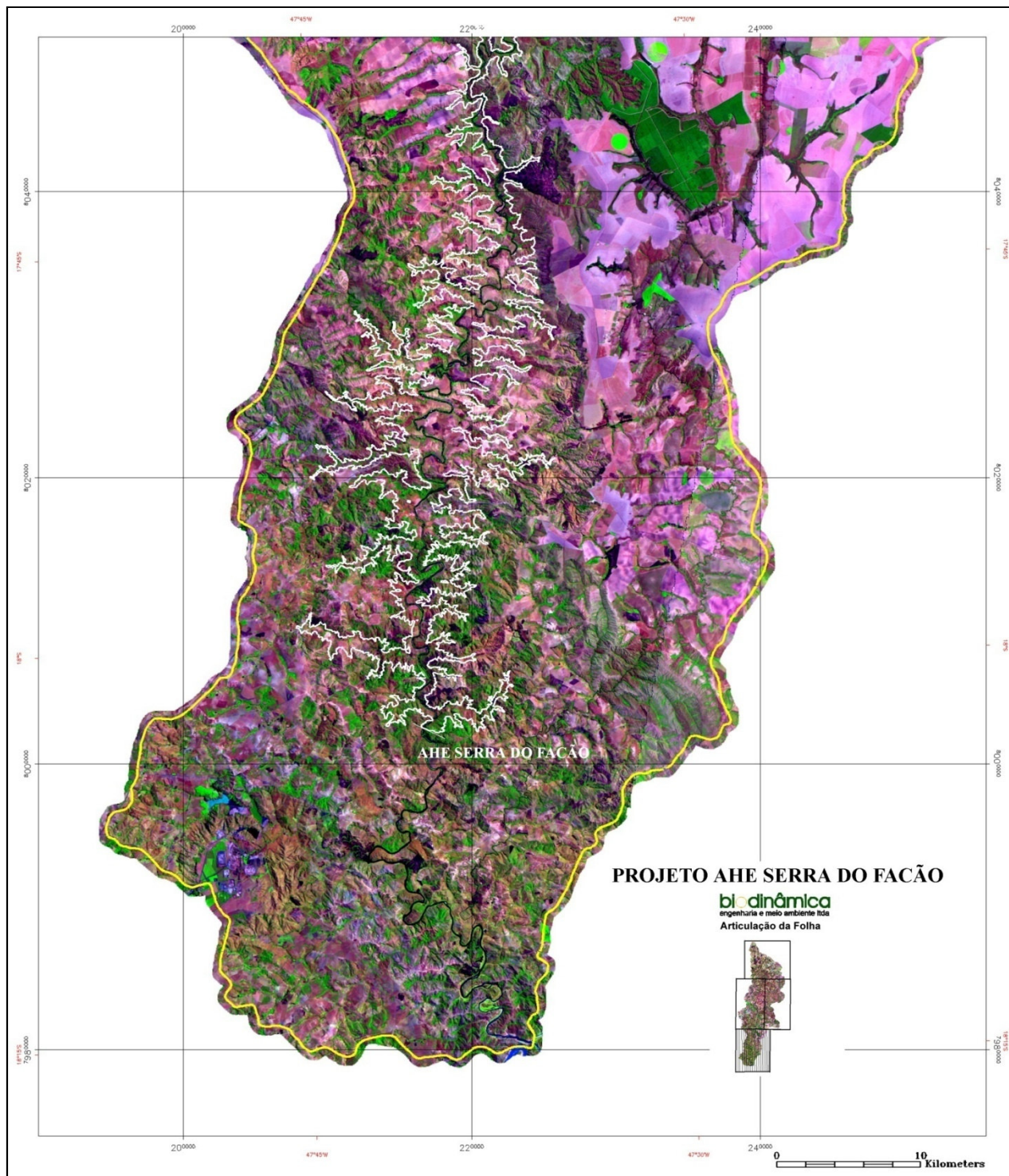
O processo de produção de *commodities*, o agronegócio ocupa as áreas mais planas e melhor irrigadas, como as áreas de Chapadão no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, município de Catalão (GO). Este processo de ocupação acaba por *empurrar* os camponeses para as áreas de bordas de chapadas e vales dos rios, como podemos verificar nas figuras Nº16 a 17.

Figura Nº16: Apropriação pelo agrohidronegócio nas áreas de Chapada no Vale do Rio São Marcos



Fonte: EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Serra do Facão e Relatório de Impacto Ambiental da UHE – Serra do Facão, Catalão (GO), Biodinâmica estudos. p.237

Figura Nº17: Apropriação por pequenas e médias propriedades camponesas em bordas de Chapada no Vale do rio São Marcos



Fonte: EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Serra do Facão e Relatório de Impacto Ambiental da UHE – Serra do Facão, Catalão (GO), Biodinâmica estudos. p.237

Em parte do Vale do São Marcos verificamos pontos distintos de apropriação camponesa, em meio à intensificação da ocupação do agronegócio na região, com biodiversidade ainda preservada devido racionalidade estabelecida entre o camponês e a natureza. Verificamos uma presença de elementos característicos do território construído pelo agrohidronegócio, tais como, grandes pivôs de irrigação nas áreas de cabeceira do São Marcos (Figura N°16), ocupando e represando nascentes dos tributários da Bacia do São Marcos, além da presença de um relevo aplainado, característica das áreas de chapada e intensamente explorado pelo agrohidronegócio.

À medida que o terreno torna-se mais “acidentado”, típico de áreas adjacentes aos cursos d’água, a presença de pivôs torna-se menor, como verificamos na Figura N°17, ou seja, a ocupação das margens do São Marcos não é feita por unidade de produção destinada às monoculturas de commodities, mas sim as atividades agropastoris como, o gado leiteiro, principal atividade econômica das unidades atingidas diretamente pela construção de UHE Serra do Facão. Verifica-se que as áreas de chapada, local onde nascem parte dos tributários do rio São Marcos, esta ocupada pelo agrohidronegócio, ou seja, a apropriação dos recursos naturais, entre eles, a água represada para o abastecimento dos pivôs de irrigação.

Figura N°18: Propriedade em área de Chapada dedicada a produção de commodities – Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde no município de Catalão (GO)



Autor: NAVES, J. C. Fazenda Maringá em 05/06/2003

Figura Nº19: Lago de UHE Serra do Facão sobre a nova Ponte dos Carapinas construída pelo Consórcio SEFAC/S.A. ligando Catalão – Davinópolis (GO)



Autor: NAVES, J. C. Lago de UHE Serra do Facão sobre a Nova Ponte do Carapinas em 26/06/2010

Percebe-se pela análise da Figura Nº18 e 19 as lógicas de apropriação do território pelo agrohidronegócio, construindo territórios desvinculados de elementos culturais e significativos para a família camponesa como anteriormente verificamos (Figuras Nº 14 e 15). Nas chapadas o capital que se apropria dos melhores solos e captura as águas das veredas em benefício dos bens exportáveis e agora nos vales do Cerrado a ameaça das construções de hidrelétricas que afogam os grotões e vales para a geração de energia barata para as indústrias eletrointensivas transnacionais.

A construção acelerada da nova Ponte dos Carapinas não obedece somente à reorganização das infra-estruturas descrita nos impactos de UHE Serra do Facão, mas por conectar o agronegócio da região à importantes centros econômicos no país. É necessários elementos técnicos e fixos no território que garantam a fluidez do mesmo, ou seja, uma fluidez do capital, portanto, a nova ponte representa, também a intensificação da territorialização do agronegócio na região. A nova Ponte dos Carapinas foi um dos “carros-chefe” de publicidade da Sefac S.A. O forte discurso do desenvolvimento e da modernidade

ficou vinculado a substituição da ponte antiga pela nova ponte. Logicamente, a nova ponte favorece a segurança, mas foi construída não pensando das necessidades dos pequenos produtores, mas na necessidade de promover a agilidade do transporte dos *comodities* produzidos pelo Chapadão de Santo Antonio do Rio Verde, no município de Catalão (GO).

Muito importante é o papel da religiosidade na vida em comunidade. Brandão (1986) fala da ética religiosa do camponês que rege a vida comunitária. O autor cita as modas de viola, a música de raiz que narram os “causos” que apresentam uma moralidade e a religiosidade da vida camponesa, como exemplo, as narrações sobre os milagres, as bênçãos concedidas e a redenção são elementos que encontramos nas músicas e na história oral camponesa.

Nas comunidades camponesas do Vale do São Marcos a religiosidade manifesta-se na organização do território da própria comunidade. A presença de pequenas capelas para a celebração da missa e outras manifestações culturais, ou até o uso dos Centros Comunitários como espaços que abrigam o convívio social e também a religião. A casa camponesa, reflete a religiosidade, a sala, a cozinha, que são locais por excelência do convívio da família, apresentam elementos como crucifixos e imagens de santos, que são colocados em local de destaque. Em muitos lares existem pequenos altares com o santo de devoção da família, que são ornamentados com flores naturais e artificiais.

Em comunidades camponesas atingidas por UHE's ou mesmo em outras, há a presença de pequenas capelas construídas em louvor ou paga de graças recebidas, tais como, a capelinha construída pela Sra. Divina e Sr. Célio *Carapina* em sua propriedade. Dona Divina e seu marido construíram a capelinha sozinhos, carregando a água do São Marcos para a construção. Dona Divina lembra, com saudade da primeira missa celebrada, contudo, a força das águas de um tempestade levou a capelinha rio abaixo⁵⁶.

Dona Divina Corinto e sua família foram atingidas por UHE Serra do Facão, eles viviam às margens do São Marcos desde o ano de 1842. A família Corinto, conhecida na região como Carapinas, devido a atividade da família de construir canoas artesanais de madeira. Os *Carapinas* processaram sua ocupação no território com José Braz Corinto e sua esposa. Dona Divina conta que o senhor José Brás Corinto, conseguiu, no garimpo, o dinheiro necessário para comprar um pedaço de terra na margem do rio São Marcos. Eles se

⁵⁶ Depoimento oral de Dona Divina em maio de 2010

estabeleceram no médio São Marcos, lugar de passagem de quem ia da cidade de Catalão para Paracatu e Minas Gerais.

Senhor José comprou quarenta (40) alqueires de terra e estabeleceu casa e construiu uma balsa para fazer o serviço de travessia para os transeuntes que buscavam atravessar o rio São Marcos. Senhor José Corinto faleceu em 1888 deixando o pequeno *Porto dos Carapina* para seu filho Joaquim Brás Corinto que prosseguiu com o trabalho até 1936 sendo sucedido pelo seu filho Eliezer Corinto, conhecido na região como Eliezer Carapina. Até 1942 a transposição do rio era feita com as canoas e balsas da família “Carapina”, neste ano a prefeitura municipal construiu a ligação das margens com cabos de aço, estrutura que possibilitou o funcionamento da balsa dos Carapina até 1957.

Figura N°20: Ponte dos Carapinas sobre o rio São Marcos município de Catalão (GO)



Autor: NAVES, J. C. Antiga ponte dos Carapinas em 05/06/2002

A ponte sobre o rio São Marcos somente foi construída no de 1989 no local, um pouco abaixo de onde funcionou por décadas o Porto dos Carapina. A ponte foi financiada, em parte, por fazendeiros territorializados nas áreas de Chapadão e em parte pela prefeitura do município de Catalão (GO), e tinha como objetivo facilitar a ligação entre as áreas produtoras de *commodities* aos centros exportadores. A família construiu um pequeno bar, além de

possuírem um alambique e produzirem rapadura e melado, que atendia as demandas mais imediatas das propriedades próximas da ponte.

As festas dedicadas aos Santos católicos e as datas religiosas como o Natal, Páscoa entre outros, agregavam a comunidade na organização destes eventos, logicamente, as festas e os bailes que ocorrem após a celebração religiosa também funcionam como atrativo. A festa em louvor a São Sebastião, na comunidade Anta Gorda, era um exemplo deste momento de celebração. Havia uma mobilização na organização para a festa, um trabalho colaborativo no auxílio ao casal festeiro, seja na arrecadação das prendas, na construção e decoração do barracão onde ocorria o baile.

Figura Nº21: Construção coletiva do barracão da Festa de São Sebastião na Comunidade Anta Gorda – Catalão (GO)



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

A divisão do trabalho se faz presente na organização da festa, tal como, demonstrado na Figura Nº21, aos homens cabe a construção do barracão, da fogueira, do corte de árvore para o mastro, e também o levante da bandeira do Santo louvado. Às mulheres, a responsabilidade da comida, das prendas que serão leiloadas, tais como, doces caseiros, cestas com conservas, bolos e biscoitos produzidos por elas, além da decoração do salão e da Igreja para a parte religiosa.

A festa de São Sebastião no ano de 2003, apresentou a parte religiosa, a celebração em louvor a São Sebastião, mas também, foi espaço para expressão de descontentamento, da incerteza e também de luta contra a construção de UHE Serra do Facão. O barracão apresentava os elementos costumeiros das “festas de roça”, como flores e estandartes de figuras religiosas, mas com a presença das bandeiras e faixas simbolizando a presença do movimento de resistência.

Figura N°22: Queima dos piquetes do lago de UHE Serra do Facão durante as festividades religiosa da Festa de São Sebastião



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

O descontentamento com a ameaça de serem expulsos de seu território é externalizado nos símbolos que representam o empreendimento. O momento da Festa foi também o momento de reunião das lideranças do movimento, e a queima dos piquetes a externalização da oposição a obra de UHE Serra do Facão. Os camponeses fizeram a fogueira em homenagem a São Sebastião com os piquetes colocados pela empresa no período da barragem.

A religião, contudo, pode ser fator desagregador também em uma comunidade camponesa como verificou Marques (2003) em comunidades assentadas em Goiás. As diferentes religiões, catolicismo, protestantismo, espiritismo entre outras religiões, eram

fatores de desagregação no ambiente do assentamento, acabando por criar vários núcleos comunitários segundo a religião. Nas comunidades camponesas do Vale do São Marcos havia a predominância da religião católica, fator este que contribuiu para a maior adesão ao movimento de resistência devido à participação da Igreja Católica como apoiadora do movimento, inclusive com a participação direta do Bispo Dom Guilherme, da Diocese de Ipameri (GO), e da presença ativa do Padre Orcalino, Paróquia São Francisco de Catalão (GO). A presença da Igreja Católica se fez também através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a primeira reunião realizada com os atingidos em 20 de março de 2002.

Portanto, é o território camponês o seu lugar de vida, lugar de segurança para si e para sua família, onde possui laços de amizade e respeito, onde ele exerce e externaliza sua crença, mas também é o espaço onde se manifesta a luta cotidiana. Percebemos que a valorização atribuída não é mediada somente pelo dinheiro, mas sim por significações como a amizade, a segurança, a vivência com aquele lugar. Desta forma, a dinâmica dos territórios em disputa é a luta dos trabalhadores contra a expropriação produzida pela contínua apropriação de territórios pelo capital, a disputa por territórios é a expressão espacializada da luta de classes (FERNANDES, 2008).

4.2 A organização do movimento de resistência contra a construção de UHE Serra do Facão no sudeste goiano

O projeto de desenvolvimento elétrico brasileiro concentrado na fonte hidrelétrica considerou (e considera) o território somente em sua dimensão econômica, no nível da governança. Os levantamentos feitos, desde os anos 1960, sobre as potencialidades hidrelétricas das bacias hidrográficas, brasileiras ou das riquezas minerais do território, reforçam este entendimento, do território como base material para o desenvolvimento econômico. Há um **conhecimento sobre o território**, a geografia de seus recursos naturais todos devidamente mapeados e valorizados economicamente, contudo, este projeto que não reconhece a multidimensionalidade do território, desconhece também, os diferentes territórios e sua dimensão sociocultural ignorando o **saber do território** (FERNANDES, 2008; SANTOS & SILVEIRA, 2004).

O desinteresse do projeto de desenvolvimento elétrico brasileiro sobre a multidimensionalidade do território é proposital. Reconhecer a dimensão sociocultural do território camponês, atingido pelos empreendimentos hidrelétricos, confronta com a lógica de apropriação do território pelo capital. Portanto, o território camponês é tratado, nos estudos de impacto ambiental, como “área ocupada” retirando-se toda a dimensionalidade cultural e social que aquela comunidade estabeleceu ao longo dos anos com seu território numa dinâmica dialética de construção. O tratamento empobrecido e reduzido para com o território camponês busca quantificar matematicamente o valor de uma vida, tecida da relação do camponês com seu território. Sobre os territórios em disputa Fernandes (2008) contribui para o entendimento desta disputa como uma disputa de classe, pois,

uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de forma distinta a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008, 285)

O processo de expropriação causado, pelo contínuo processo de pilhagem estabelece os territórios em disputa, entendida como expressão da luta de classe. Paulino (2006) corrobora esta tese e propõe o entendimento do conflito de classes e a disputa do território. Segundo a autora o conceito de camponês permite perceber a unidade de classe manifesta no ordenamento do território sob o domínio camponês. A singularidade deste é manifestada na experiência única de reprodução que se baseia no próprio controle do trabalho e dos meios de produção, fato que é justamente o que permite ao camponês conservar sua capacidade de produzir seus meios de vida.

A desterritorialização, contudo, não é um fenômeno específico do campo e nem mesmo é um fenômeno novo. A reestruturação do modo capitalista força novos arranjos espaciais e aguça as disputas por território, pois é o modo capitalista de produção uma força desterritorializante, pois impõe uma dinâmica constante de *re-criação* do território com a finalidade de manter as condições de reprodução do capital. Esse movimento ininterrupto produz constantemente a (re) configuração geográfica da divisão técnica e territorial do trabalho, na qual se

interdetermina na trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, seja nos campos, seja nas cidades, sem contar com o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante das complexas tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital nessa virada de século XXI (THOMAZ JÚNIOR, 2008, 329-330p.).

A reestruturação do capitalismo imprime constante movimento dos processos de deterritorialização, reterritorialização e desterritorialização e torna complexas as relações sociais, visto que, na sua constante tentativa de manter as condições de produção e reprodução ampliada, busca eliminar práticas de vida comunitária e autônomas, mas sem extinguir as relações não capitalistas de produção, e impactam as formas diferentes de realização do trabalho e forçam redefinições das formas de uso, exploração e gestão do território (THOMAZ JÚNIOR, 2008; MARTINS, 1986).

È nesta perspectiva que se situa a disputa por território entre os camponeses do Vale do rio São Marcos e os empreendedores de UHE Serra do Facão representado pela empresa Serra do Facão Energia – SEFAC. São usos e formas de apropriação distintas, pois o camponês que luta para permanecer, para garantir seu território que é simbiose dos seus meios de sustento, seu e de sua família, mas é também o espaço da vida, da construção da família e criação dos filhos. Assim, as relações que o camponês tece com o núcleo familiar, como os laços de parentesco da comunidade e as relações de amizade ali estabelecidas estão grafadas no território, estas relações constituem a unidade territorial camponesa, como também, são os camponeses constituídos por ela (BOMBARDI, 2003; PAULINO, 2008).

Os territórios em disputa, entre os grandes empreendimentos capitalistas, sejam eles o agronegócio ou o hidronegócio, que disputam parcelas do território nacional com o camponês, reconhecem o território a partir de outro sistema de referências cultural, simbólico, social e econômico, é que o capital necessita continuamente da expansão dos territórios submetidos a ele.

como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemático das estruturas sociais não – capitalistas. Cada nova expansão colonial é acompanhado, naturalmente, dessa luta encarnizada do capital contra a situação social e econômica dos indígenas que compreende a apropriação violenta de seus meios de produção e de suas forças de trabalho. A esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente a “concorrência pacífica”, isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre os países capitalistas, como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação do capital se pode efetuar sem as formas produtivas, sem consumo das populações primitivas e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia de mercado (LUXEMBURGO, 1985, 319p. grifo da autora).

Rosa Luxemburgo descreve o processo de apropriação dos territórios das economias naturais como necessário à reprodução do capital no período imperialista do capital. A

questão é que esta passagem, guardada as proporções históricas é de grande atualidade, visto a necessidade do capital de apropriação contínua de novos territórios e por consequência desta apropriação a expropriação do trabalhador, contudo, é fato que o momento do modo de produção capitalista hoje é mais intenso do que no período descrito por Luxemburgo.

Fernandes (2008) sobre a disputa por territórios entende que, o conceito de território detém características como: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Sobre a característica da escalaridade do território reconhece duas: da governança e da propriedade, a primeira como o espaço da governança de um país, isto é, o nível federal, estadual e municipal, o sentido de “soberania política explicitada na autonomia dos governos na tomada de decisões”⁵⁷. O território como propriedade particular ou comunitária a soberania se transpõe na autonomia na gestão do território, como no território camponês, onde este determina a organização do seu território (FERNANDES, 2008).

A relação entre estas duas características do território é determinada pelas políticas de desenvolvimento, portanto, quem define a política de desenvolvimento define a forma de organização do território. Assim estabelecido,

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço da governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de uma política de desenvolvimento, em grande parte a partir dos interesses do capital. Evidentemente pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão da determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais (FERNANDES, 2008, 279p.).

A soberania do camponês em seu território é solapada pelos interesses transnacionais representados pelos empreendimentos hidrelétricos. O conhecimento sobre o território, forneceu todas as informações técnicas sobre as potencialidades do rio, a área impactada e os custos para construção. O projeto é feito, o rio é leiloado o consórcio foi montado e o camponês é notificado de sua expropriação, ninguém o consultou. O projeto de desenvolvimento, além de não considerar a multidimensionalidade, também não reconhece a multiescalaridade do território.

Os camponeses do vale do rio São Marcos, no município de Catalão (GO), foram sujeitos deste conflito entre a soberania de seus territórios e a soberania do projeto de

⁵⁷ FERNANDES (2008) 279p.

desenvolvimento elétrico. A comunidade ficou sabendo da efetiva construção da usina hidrelétrica somente após a notícia ser divulgado nos jornais da região, em razão da aprovação da Licença Prévia do empreendimento contemplada dentro do plano de celeridade do governo Fernando Henrique Cardoso.

Apesar do leilão que concedeu o início dos trabalhos de construção de UHE – Serra do Facão em 2001, o Vale do rio São Marcos já era avaliado desde 1965 com os estudos executados pelo grupo CANANBRA Engineering Consultants Limited, com participação da Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG. O estudo realizado pela CANANBRA foi retomado pelas Centrais Elétricas de Goiás – CELG, em 1969, comprovando que os locais para o aproveitamento hidrelétrico seriam a região da Anta Gorda e Paulistas Médio São Marcos.

O redirecionamento das políticas de geração de energia e a centralização destas na Eletrobrás e Furnas Centrais Elétricas S/A fazem que ocorra um novo levantamento do potencial energético de todas as bacias hidrográficas brasileiras. Em 1984 os estudos sobre a viabilidade de o rio São Marcos abrigar uma usina hidrelétrica são retomados por Furnas através da contratação da MDK – Engenharia de Projetos Ltda. A MDK na reavaliação feita determina quatro possíveis pontos de aproveitamento: Paraíso, Serra do Facão, Paulistas e Mundo Novo, não coincidentemente os quatro pontos foram leiloados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL entre os anos de 2001-2007 para a construção de quatro usinas hidrelétricas no rio São Marcos⁵⁸.

No ano de 2001 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL abre o leilão N° 002/2001 referente ao ponto de aproveitamento hidrelétrico de Serra do Facão, leilão este vencido pelo consórcio das empresas, GEFAC – Grupo de Empresas Associadas de Serra do Facão, formado pelas empresas: Alcoa Alumínio S.A.; Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda.

Segundo nota no Jornal Gazeta Mercantil, de 28 de junho de 2001 o aproveitamento hidrelétrico (produção e transmissão) de Serra do Facão foi arrematado com o ágio recorde de R\$ 37 milhões, que serão pagos anualmente a partir do sétimo ano até o 35º ano de concessão pelo consórcio vencedor com capital acionário dividido em: Alcoa Alumínio SA (50,4%), Companhia Brasileira de Alumínio (16,9%), DME Energética Ltda. (10,09%) e Votorantim

⁵⁸ Disponível em: www.furnas.gov.br e www.aneel.gov.br

Cimento Ltda. (22,5%)⁵⁹. O financiamento solicitado ao BNDES pelo empreendimento inicialmente de R\$ 540 milhões foi vetado no ano de 2008 devido, a inadimplência e irregularidades de uma das empresas, a Gallaway Projetos de Energia, empresa Holandesa com sede no Brasil que adquiriu parte das ações da Oliveira Trustee na usina. A situação foi “remediada” com compra da parte da Gallaway por Furnas Centrais Elétricas, fator que predominou na liberação de empréstimos no valor de R\$430 milhões de reais (BNDES, 2010).

A mobilização na busca de informações sobre a construção de UHE Serra do Facão parte dos próprios camponeses. A organização resultou na formação da “Associação dos Proprietários Rurais Atingidos por AHE Serra do Facão” (ARPRA-AHESF). Segundo Jarbas Braz Corinto, atingido pelo empreendimento e um dos membros fundadores da associação, somente após a formação da associação a empresa procurou os atingidos e anunciou a construção da barragem.

Eu fiquei sabendo da construção, que eles iam construir a usina em uma festa em Campo Alegre (GO) promovida pela minha turma de faculdade. Quando cheguei em casa falei com meu pai e alguns vizinhos, com o Prof.º Laurindo do Curso de Geografia da UFG e nós resolvemos fazer a associação pra saber se realmente ia ter a barragem e já nós organizamos pra lutar pelas indenizações. A associação que informou sobre a construção, o pessoal vinha atrás da gente pra saber informações sobre a construção (J. B. C. entrevista maio de 2010)⁶⁰.

A comunidade atingida já havia recebido vários pesquisadores que faziam o levantamento dos dados sociais e ambientais para a elaboração do projeto de Estudo de Impactos Ambiental – EIA, todos informando da *possibilidade* de construção de Serra do Facão, mas até a formação da associação não houve notificação formal da empresa que representava o empreendimento. Esta falta de responsabilidade para com a população atingida reforça o argumento de Fernandes (2008) que a soberania do território na escala da governança é que define a forma de organização do território, e o campesinato por terem menor poder político, **é colocado à margem da decisão destes projetos.**

A organização dos camponeses atingidos contou com o apoio de diversos setores da sociedade, tais como, parte do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Seção Catalão, METABASE, Associação dos Docentes do Campus Catalão - ADCAC e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catalão -

⁵⁹ Disponível em: <http://indexet.investimentosenoticias.com.br/arquivo>

⁶⁰ Entrevista concedida à autora por Jarbas Braz Corinto no dia 20 de maio de 2010.

STR, Comissão Pastoral da Terra, Igreja Católica e Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Parte dos pesquisadores ligados ao Curso de Geografia do CAC/UFG e ao Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais – NEPSA/UFG documentaram o processo de organização do movimento criado pelos camponeses. Segundo Mendonça (2004) os associados e apoiadores do movimento recorreram ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB com o objetivo de buscar apoio e metodologias de organização do movimento que já possuía um *know-how* de enfrentamento contra a construção de barramentos hidrelétricos.

Para uma melhor orientação, os atingidos recorreram ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nacional, visando compartilhar experiências e metodologias de organização, consolidando o movimento no Sudeste goiano. (MENDONÇA, 2004, 399f.).

A territorialização do MAB – Serra do Facão é apontado pelo autor como fator fundamental para a organização dos atingidos contra a construção de UHE Serra do Facão. A experiência de organização do MAB contribuiu para elevar as discussões até então feitas para outro nível. O MAB acrescenta novos elementos ao debate e a reflexão da população que estava sendo ameaçada pela construção, a possibilidade e principalmente o direito que estas populações tinham em permanecer em seus territórios, destoando da prática até então adotada pela ARPRA-AHESF que perde sua expressão proporcionalmente ao crescimento do MAB-Serra do Facão.

Entre estas práticas de organização e de ação proporcionadas pela territorialização do MAB destacam-se a organização de encontros de formação de lideranças nas comunidades atingidas por UHE Serra do Facão e da contestação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA; do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e do Plano Básico Ambiental – PBA do empreendimento junto ao Ministério Público Federal, o resultou no documento Informação Técnica Nº 185/2004- 4ª CCR de 28 de outubro de 2004, apresentado no capítulo anterior.

A participação de pesquisadores do Curso de Geografia que se comprometeram com a causa dos camponeses atingidos e a Igreja Católica foram dois parceiros importantes do movimento de resistência. A ação dos pesquisadores envolvidos no projeto subsidiou a instrumentalização do movimento nas ações impetradas contra os empreendedores junto ao Ministério Público Federal, Secretaria de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Agência Goiana de Meio Ambiente e IBAMA, ações que influenciaram no retardamento e revisão das licenças emitidas para o projeto (MESQUITA, 2007).

A participação de núcleos de pesquisa e pesquisadores auxiliando na organização de movimentos sociais no campo e na cidade não foi uma especificidade do caso do movimento de resistência contra UHE Serra do Facão, mas no Brasil e na América Latina, vários núcleos de pesquisa ligados a universidades buscam trabalhar em rede pesquisando sobre o tema e auxiliando na luta dos movimentos sociais na América Latina no campo e na cidade. Entre os núcleos de pesquisa na área de Geografia que trabalham solidários a causa camponesa estão o Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETEM⁶¹ da Universidade Federal de Goiás; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT, ambos vinculados a Universidade Estadual Paulista – UNESP de Presidente Prudente (SP); Grupo de Pesquisa GeografAR da Universidade Federal da Bahia; Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais, além de outros núcleos e pesquisadores que trabalham contra a expropriação dos trabalhadores seja no campo ou na cidade, buscando fazer seus trabalhos com poucos recursos de pesquisa, mas de grande relevância pois contribuem para a instrumentalização das ações dos movimentos sociais no Brasil e abrem espaços no campo científico para a reflexão dos sujeitos que compõem os movimentos.

Entre os projetos de pesquisa que tinham como temática a mobilização camponesa contra a expropriação produzida por UHE Serra do Facão está o projeto de pesquisa e extensão “Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda” vinculado a pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais – NEPSA (2004) e apoiado pela Igreja Católica em Catalão (GO) que cedeu o horário em sua emissora de rádio para a realização do programa de rádio do projeto. O programa de rádio trazia a violência do projeto de expropriação e incerteza vivida cotidianamente pelos camponeses atingidos pela construção da usina. O programa abriu a discussão para toda a população de Catalão e região como espaço de denúncia contrapondo a propaganda de *desenvolvimento* executada pelos representantes do empreendimento (DINIZ & MESQUITA, 2004).

⁶¹ O Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM, foi criado em 2006, pelos pesquisadores que sempre acompanharam o movimento de resistência contra UHE – Serra do Facão. Atualmente outros pesquisadores que não compartilham com a luta dos atingidos por UHE Serra do Facão e com a luta dos movimentos sociais no Brasil continuam no Núcleo de Pesquisa Sócio – Ambientais – NEPSA. Portanto, objetivando esclarecer para intervenções futuras a partir do ano de 2006 os pesquisadores que participaram da causa camponesa e demais movimentos sociais ficaram reunidos no GETeM e não mais no NEPSA, que passa a ter um outro direcionamento político e acadêmico com desenvolvimento de alguns projetos antagônicos aos propostos pelo GETeM. Compreendemos que tudo isso faz parte da diversidade da academia, que como sociedade é heterogênea e contraditória.

Martins (1989) sobre o apoio da Igreja Católica, a partir da década 1960, aos movimentos sociais no Brasil, especialmente os movimentos ligados ao campo brasileiro, compreende que o apoio da Igreja é baseado numa compreensão moral da questão da distribuição da terra no Brasil, portanto,

Na perspectiva católica, que vai sendo progressivamente definido nos documentos do episcopado brasileiro, a questão agrária tem outra dimensão. É uma questão não que impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem. Isto é brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. É nessa brutalização que transparece a negação de sua humanidade. Em outras palavras, nessa ótica, a questão agrária não é apenas uma questão econômica e sim uma questão moral (MARTINS, 1989, 29-30p.).

O apoio da Igreja Católica aos movimentos sociais na América Latina relaciona-se com a barbárie produzida pelo desenvolvimento do capitalismo. Parte da Igreja Católica, preocupada com os efeitos produzidos pelo capitalismo nas populações pobres da América Latina, inicia a militância conjunta com os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, opondo-se a brutalização do ser humano, resultado do desenvolvimento capitalista e aos valores e crenças que ela representa.

A aproximação de parte Igreja Católica na América Latina, aos movimentos sociais no campo e na cidade ocorre a partir dos anos 1960, segundo Martins (1989), devido os resultados sociais produzido pelo desenvolvimento capitalista. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil se pronuncia sobre as condições sociais na América Latina e passa a exercer um importante papel político na mobilização popular latino americana. Devemos ressaltar que a instituição não foi e não é coesa no que se refere a militância conjunta aos movimentos sociais na América Latina, visto que, ainda sim há a ala tradicional na Igreja Católica que apresenta-se contrária a participação da Igreja.

Esse novo direcionamento da Igreja Católica, segundo Martins (1989) ocorre devido os resultados produzidos pelo capitalismo subdesenvolvido e dependente na América Latina, as “[...] empresas, o governo transferem para os trabalhadores, os pobres e os desvalidos o ônus desse desenvolvimento subdesenvolvido, agravando as tensões sociais, desmoralizando pessoas, marginalizando socialmente [...]” diante disso a postura assumida pela CNBB é de não apresentar a “[...] a desumanização suja e feia, sem qualquer resquício de dignidade”⁶², mas de denunciar a condição social dos pobres.

⁶² MARTINS, 1989, 54-56p.

Mesmo sabendo que o movimento camponês contra a UHE Serra do Facão não foi um movimento de luta por terra, mas por permanência na terra a orientação é ainda a mesma. O apoio da Igreja, além de politicamente fundamental para a mobilização dos atingidos no movimento, foi fator contribuinte, para criar um espaço de desmistificação dos movimentos sociais para as comunidades camponesas atingidas.

Integrantes da Igreja Católica liderados por Dom Guilherme Werlang da Diocese de Ipameri (GO) são ativos na militância e na solidariedade da causa dos camponeses ameaçados por UHE Serra do Facão. Este apoio, juntamente, com o apoio dos demais colaboradores do movimento, auxiliaram na construção de um espaço de reflexão sobre a importância e o significado dos movimentos camponeses na própria preservação do camponês. O ponto é que a organização dos camponeses contra a expropriação produzida por UHE Serra do Facão pode não ter sido o suficiente para vetar a construção da barragem, mas proporcionou a abertura de um espaço de luta para o camponês desta região.

Para Mitidiero Júnior (2008) o apoio da Igreja Católica, no Brasil, aos movimentos sociais no campo e na cidade baseia-se na valorização de características da ética camponesa compartilhadas pelo pensamento religioso brasileiro. Segundo o autor, são elementos que caracterizam as comunidades camponesas e valorizadas, tanto pela Igreja Libertadora quanto pela Igreja mais tradicional a: economia familiar, baseada na mão de obra familiar que leva a uma compreensão de coesão familiar e de unidade/solidariedade do núcleo familiar; as relações camponesas baseadas nos laços de compadrio, parentesco e vizinhança, fatores que levam a uma coesão da comunidade e ao espírito solidário entre seus sujeitos; a propriedade camponesa da terra que é apropriada pela família legalmente, mas também, é lugar de morada, de produção de alimento, de reprodução da família e herança familiar; na “utopia do tempo liberto do camponês”, isto é, de coordenar seu tempo e produzindo uma relação mais harmônica com o tempo natural, e a capacidade de união entre camponeses na manifestação política da defesa dos interesses coletivos (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, 198-199f.).

Esses elementos constitutivos das comunidades camponesas fazem com que a Igreja, e muitos intelectuais estudiosos do tema e alguns movimentos sociais acreditem que as comunidades rurais locais, com suas características estruturais e culturas próprias sejam capazes de orientar a criação de uma coletividade centrada nos atributos territoriais locais e na (re)formulação econômica e política da organização social, transformando a realidade competitiva e perversa em uma realidade mais harmônica e solidária. No caso da Igreja em específico, a relação econômica e política dos lugares dar-se-ia com fundamento na fé religiosa e na utopia do Reino de Deus (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, 199f.).

Mitidiero Júnior (2008) afirma a importância da Comissão Pastoral da Terra nos movimentos sociais camponeses, mas um apoio na Teologia da Libertação, e não somente no discurso profético, as ações que são materializadas, e compreende que a realidade terrena é passível de transformação. Para o autor, apesar da influência do marxismo, à ação da Igreja Libertadora, o que aproxima essa Igreja do camponês é o substrato bíblico (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, 200f.).

Após a mobilização contra a construção de UHE Serra do Facão outros movimentos camponeses se organizaram e se territorializaram na cidade de Catalão (GO), lutando pela permanência das condições de vida camponesa, entendendo como condições de vida não somente as condições materiais, mas a dimensão sociocultural que permeia a vida camponesa.

No movimento de resistência camponesa do Vale do rio São Marcos a Igreja exerceu um papel agregador e de referência para a comunidade atingida. Agregador devido a importância da religiosidade na vida do camponês é manifestada cotidianamente. Nas ocasiões que o movimento organizou Atos públicos contra a construção da barragem a presença dos representantes da Igreja era fator mobilizador. Nestes eventos percebeu-se a importância da dimensão religiosa na vida camponesa.

Figura Nº23: Missa Campal realizado em Ato Público contra a construção de UHE Serra do Facão na Ponte dos Carapinas



Fonte: Acervo Iconográfico do Grupo de Pesquisas: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG

A celebração da missa campal, por exemplo, estava presente nos momentos de mobilização do movimento, como no Ato Público em Defesa do Rio São Marcos, realizado na Ponte de Carapina em 23 de março de 2004. A celebração da missa, o momento do sermão e a mística elaborada pelos atingidos antecedem a fala dos líderes do movimento e das demais lideranças dos apoiadores do movimento. O Ato Público reuniu vários atingidos e entidades apoiadoras, como o METABASE, AGB/Seção Catalão, ADCAC, STR, MAB, CPT e outras entidades apoiadoras.

Os anos de maior atuação do movimento estão entre os anos de 2003 e 2004, nos quais a mobilização do movimento era mais intensa, seja nos Atos Públicos organizados pelo movimento, na participação dos Encontros de Liderança promovidos pelo MAB - Nacional.

Figura Nº24: Participação do MAB – Serra do Facão no V Encontro Nacional de Atingidos por Barragens de 09 a 13 de junho de 2003 em Brasília (DF).



Fonte: Acervo Iconográfico do GETeM/2003.

Segundo Fernandes (2000) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra influenciou a organização dos demais movimentos sociais no Brasil e no mundo, devido sua organização na luta pela terra. Para Fernandes (1999) os movimentos socioterritoriais, dimensionam a luta que travam motivando outros movimentos a se organizarem nos primeiros trabalhos de base, e é dessa forma que iniciam sua luta e a construção de suas experiências.

As práticas e metodologias de organização e manifestação do MST, tem sido escola para outros movimentos sociais. Afinal o MST desde sua fundação luta por reforma agrária e questiona o papel do capital, do Estado e do latifúndio, enfim, questiona o modelo econômico, enquanto o MAB não luta somente pela permanência na terra, mas questiona o modelo energético, e por conseqüência o modelo econômico.

Figura Nº25: Ato Público contra a construção de UHE Serra do Facão em Catalão (GO).



Fonte: Acervo Iconográfico do GETeM.

Fernandes (1999; 2000) compreende que a experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado na luta pela terra. Analisando a contribuição de Fernandes (1999; 2000) para os movimentos de luta pela permanência na terra, podemos verificar que o direcionamento do movimento de resistência contra UHE Serra do Facão muda com a participação do MAB – Nacional.

Os trabalhos de base, encontros de liderança e a articulação/integração do movimento territorializado⁶³ em Catalão (GO) com a rede nacional que assessorava a luta pela permanência na terra em diversos pontos do território nacional, e fato importante deste processo de organização, é que ele possibilita a conscientização de que não são lutas isoladas ou com objetivos diversos, mas uma luta contra o modelo de geração elétrica expropriador e concentrado na fonte hidrelétrica. Para Fernandes (2000)

O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de uma

⁶³ Fernandes (2000) compreende os movimentos territorializados como aqueles que são construídos por diferentes categorias e suas estruturas podem variar de sindicais ou como movimento social, os quais recebem apoio de diferentes instituições em conjunto ou em separado. Os apoios a estes movimentos podem ser econômica ou apenas política urdindo uma teia de organizações que trabalham por objetivos comuns (FERNANDES, 2000, 68p.).

forma de organização, que permite espacializar a luta para a conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização (FERNANDES, 2000, 68p.).

A tentativa de agregar a luta dos camponeses do Vale do rio São Marcos a uma luta nacional, e desta forma **fortalecer politicamente a pressão exercida** pelo movimento, pode ser verificada com a participação de outros camponeses atingidos ou na condição de ameaçados por construções de barragens no I Encontro Regional de Formação dos Atingidos, em dezembro de 2003, que contou com a participação dos movimentos dos atingidos de UHE Serra da Mesa, UHE Cana Brava, UHE Corumbá III e IV, e o de UHE Serra do Facão.

O movimento de resistência contra UHE Serra do Facão, assim como, todo movimento social sofre avanços e recuos significativos. Segundo a fala dos atingidos entrevistados, nesta pesquisa, ocorreu uma maior participação do movimento entre os anos de 2002 a 2004, posteriormente o movimento foi perdendo força e esmorecendo. Principalmente quando ocorre a suspensão da Licença de Instalação em 2004, muitos integrantes entenderam que isso significava a causa ganha, mas de qualquer forma houve ganhos, pois a empresa teve de refazer o cadastro de propriedades e famílias atingidas, e reavaliar o valor das benfeitorias. Além, do movimento de resistência territorializado no Vale do São Marcos influenciou o fortalecimento da luta camponesa na região com outros movimentos sociais que se territorializam no campo do Sudeste Goiano, retomaremos está discussão adiante.

Para compreender o contexto no qual ocorre a relativa perda de força do movimento devemos destacar alguns elementos importantes: a medida que a disputa judicial entre os camponeses e os representantes do empreendimento de Serra do Facão se “arrasta” na justiça, compromete o planejamento nas unidades camponesas, ocorre assim a venda e desmembramento de algumas propriedades e a entrada de novos indivíduos que divergiam do interesse inicial do movimento; um segundo ponto foi entrada de Furnas, fator que possibilitou avanços na concessão de licenças e aprovação dos projetos do empreendimento, e financiamentos junto ao BNDES incluindo a obra no PAC, inaugurando um novo momento da relação do empreendimento-sociedade-atingidos.

4.3 As conseqüências do *desenvolvimento* produzido por UHE Serra do Facão

Como verificamos anteriormente o território e a autonomia camponesa sobre ele é de grande importância para a unidade camponesa, visto que, é do trabalho na terra que se retira o sustento da família. Há uma organização de produção dentro da unidade camponesa se relaciona com o ciclo natural, isto é, que cultura plantar no período das cheias e das secas; quando colher; o que será armazenado; o que será comercializado, entre outras questões que dependem e necessitam da organização do trabalho na unidade camponesa.

A notícia do Leilão do potencial hidrelétrico do rio São Marcos desencadeou uma série de problemas socioeconômicos, tal como, a ameaça da construção da hidrelétrica influenciou na organização produtiva das unidades camponesas. A incerteza de ser ou não ser expropriado desacelerou os investimentos na produção, como financiamentos para compra de equipamentos e/ou investimento na lavoura, temendo que os desdobramentos da construção de UHE Serra do Facão não possibilitassem sanar as dívidas adquiridas.

A luta judicial, com avanços e recuos nos processos de licença do empreendimento, foi outro fator que influenciou no esmorecimento do movimento de resistência, visto o desgaste emocional da própria luta e da incerteza do futuro, além do temor de não ser indenizado devidamente, tal como ocorreu em outros empreendimentos hidrelétricos na região, a exemplo a construção de UHE Emborcação, usina que deixou várias histórias de camponeses e trabalhadores rurais que não receberam nenhuma compensação financeira.

Devemos compreender também, a dinâmica histórica do camponês no Sudeste Goiano. A política coronelista e a violência no campo constituem um passado recente na vida do goiano. Apesar de terem ocorrido movimentos sociais no campo goiano, a história oficial busca omitir a resistência do camponês e as histórias de luta destes sujeitos, o que para Mendonça (2004) é uma omissão intencional, pois, objetiva a “[...] desmemorialização dos movimentos de contestação/resistência dos *trabalhadores da terra* possui objetivos políticos definidos, sendo um deles, negar o passado de luta dos camponeses [...]”, desta forma, “[...] Negar as lutas e resistências dos camponeses e *trabalhadores da terra*, asseguram a continuidade do processo de espoliação e expropriação, facilitando a concentração da renda da terra” (MENDONÇA, 2004, 336f. – *grifos do autor*).

A morosidade e a incerteza formaram um contexto de desgaste dentro do próprio movimento entre integrantes que não compartilhavam inteiramente da bandeira de luta do movimento nacional. De fato nenhum movimento social, no campo ou na cidade, é um bloco coeso, o que não é um fator que desmereça os movimentos sociais. Como exemplo, podemos citar os vários movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, que se territorializam em

diferentes frações do território, possuem siglas e denominações diferentes, organização e ação distintas, mas formam movimentos que tem como causa com a luta pela terra, uma mesma luta.

A luta pela permanência na terra ainda é fator predominante de união no movimento, até a entrada de Furnas no consórcio empreendedor e a efetivação da construção da barragem em 2006. Com a restituição pelo IBAMA da Licença de Instalação, apesar de todos os problemas apontados por autoridades, pesquisadores e da população atingida, prevaleceu o poder do capital em detrimento dos interesses da sociedade e do meio ambiente. Para alguns componentes do movimento a permanência na terra não mais necessariamente necessita ser no Vale do rio São Marcos, como também, não necessariamente necessita ser no campo. Assim há uma bandeira de luta contra a construção de barragens, contra o modelo hidrelétrico levantada pelo MAB - Nacional, mas no momento de afirmação da construção de UHE Serra do Facão há a necessidade do movimento se ordenar no caminho da negociação das indenizações.

Tinha, só que não fácil, que não tinha uma organização maciça mesmo. Todo mundo tivesse brigando por um mesmo objetivo, acho que não teve isso, se tivesse tinha sido bem diferente, mas não teve se tivesse tinha sido bem diferente, não teve, **se todo mundo tivesse brigando pelo mesmo ideal, não a barragem, acho que ai tinha sido.** Pelo menos eu acho que tinha mais conquista, pelo pouco que a gente brigo ainda acho que a gente teve conquista, que foi as muita coisa que a gente conseguiu e eu acho que se não tivesse nem um pouco de organização tinha sido pior (A. S. Entrevista em abril de 2010).

O momento vivido pelo movimento será aproveitado pelo novo direcionamento dos representantes do empreendimento, que com a nova reorganização acionária modificam também o trato com a sociedade catalana, adotando uma postura “transparente” e para com os camponeses e o processo indenizatório. A mudança de Grupo de Empresas Serra do Facão – GEFAC para Serra do Facão Energia S.A. – SEFAC, é uma mudança na imagem pública da empresa diante dos conflitos, mas não uma mudança da lógica que representa.

Segundo Resolução Autorizativa Nº 814 de 14 de fevereiro de 2007 a ANEEL aprova a mudança da composição acionária do consórcio explorador de AHE – Serra do Facão. Segundo o documento a Alcoa Alumínio S.A., Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, DME Energética Ltda., Votorantim Cimentos Ltda. e Companhia de Cimento Itambé, integrantes do Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão – GEFAC, transferem à România Participações S.A. a concessão dos ativos para geração de energia

elétrica referente ao AHE Serra do Facão (RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 814 de 14 de fevereiro de 2007, Art. Nº 01).

Desta forma, a composição acionária fica assim resolvida: é transferido à recém formada Serra do Facão Participações S.A as parcelas da concessão detidas pela Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (16,9737%), Votorantim Cimentos Ltda. (18,0000%) e Companhia de Cimento Itambé (4,5000%); transferência de parte da parcela da concessão detida pela Alcoa Alumínio S.A. (50,4386%) para a Serra do Facão Participações S.A. parcela de 10,0000% e de 5,4649% Camargo Corrêa Energia S.A.; e finalizando a transferência da concessão da Alcoa Alumínio S.A. (34,9737%), DME Energética Ltda. (10,0877%), Serra do Facão Participações S.A. (49,4737%) e Camargo Corrêa Energia S.A. (5,4649%) para a empresa România Participações S.A (SEFAC⁶⁴).

Tal *modus operandi* é justamente a forma de mobilização da mídia local que uma empresa com grande volume de capitais dispõe para a promoção do discurso do *desenvolvimento econômico* proporcionado pela obra nos municípios atingidos e na política da *transparência e valorização* da população diretamente atingida por UHE Serra do Facão. O discurso de desenvolvimento econômico produzido por usinas hidrelétricas não é novo. É continuamente repetido em todo empreendimento hidrelétrico construído em território nacional, desde as primeiras obras de construção de usinas de grande impacto como as do Complexo Paulo Afonso até construções recentes como UHE Serra do Facão. Os Efeitos socioambientais são minimizados diante da “grandiosa” que trará desenvolvimento para a região de Catalão (GO).

A mudança na composição das empresas responsáveis pela obra e por consequência a aprovação de todas as pendências judiciais, e da aprovação da proposta de financiamento público para obra redirecionam a orientação da empresa até aquele momento com a inclusão da obra no Programa de Aceleração do Crescimento. A equipe instalada pela gerência do empreendimento é composta por profissionais que já trabalharam com uma política de negociação e indenizações em outros empreendimentos como UHE Machadinho (PR) e UHE Barra Grande (RS), uma equipe que traz um *know how* no trato com as comunidades, com experiência sobre a postura do MAB na negociação, e fato que vai se destacar é a mudança na relação da empresa com a sociedade.

⁶⁴ Disponível em: www.sefac.com.br e www.ana.gov.br

A ação intensa de divulgação nos jornais, sites e revistas da região, e em sua publicação bimestral o “InfoSefac”, sobre o processo de construção e os benefícios da obra foram um dos mecanismos usados pela empresa na construção da aceitação coletiva da obra e da deslegitimação do movimento de resistência. As reportagens vinculadas a UHE Serra do Facão sempre usaram os textos “jornalísticos” como estratégia para destacar os aspectos positivos do processo de construção da usina, mas não mencionando, por exemplo os impasses nas negociações das famílias atingidas.

O sonho de se concretizar esta grande obra, fundamental para o progresso do país, **deve-se a obstinação e empreendedorismo de organizações reconhecidamente empenhadas em proporcionar desenvolvimento socioeconômico**, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida (INFOSEFAC, 2007, N° 01 ANO 01, 01f.).

O mesmo discurso do desenvolvimento e da geração de empregos foi usado em tantas outras obras hidrelétricas, tal como Tucuruí⁶⁵. Obstinação e empreendedorismo são termos usados para definir as “qualidades” de empresas como a Alcoa Alumínios S.A. (Ver Capítulo 02) que usam de financiamentos públicos para a produção de energia barata e controlada sob seu julgo, tanto é que 60 MW da energia produzida pela usina é destinada ao consumo da Alcoa Alumínios, o equivalente ao percentual de participação da empresa no consórcio de 30%..

Conforme informações do 5° Leilão de Energia Nova de edital N°001/2007 – ANEEL, o leilão relativo a compra de energia proveniente de novos empreendimentos, apresenta, mesmo após a publicização da *mudança* o Grupo de Empresas Serra do Facão – GEFAC como vendedor da energia produzida por UHE Serra do Facão um total de 121 MW com preço de R\$ 131,49 e com submercado destinado ao Sudeste.

Mesmo com vários veículos de comunicação disponíveis para informar a população sobre o real destino da energia produzida por UHE Serra do Facão a informação sobre a aquisição da energia pela Alcoa apresenta-se somente no sitio institucional do projeto. No link “AHE Serra do Facão – Histórico do empreendimento” entre as demais atividades ocorridas no ano de 2006 se lê, “[...] No dia 16 de outubro foi efetivada a venda de 121 MW médios no

⁶⁵ A UHE Tucuruí apresenta esta mesma característica comum a grande maioria das usinas hidrelétricas, materializar uma lógica externa nos locais definidos para os empreendimentos. Tucuruí foi construída para atender ao Projeto Grande Carajás e as demais indústrias que acompanham as mineradoras, tais como, siderúrgica e metalúrgica, uma energia direcionada para atender a demanda por energia para um uso prioritário. Ramos (2001), analisa justamente as contradições vividas pela população atingida por UHE Tucuruí, que cultivaram a esperança que a obra traria desenvolvimento para a região atingida, contudo a energia produzida por Tucuruí, não foi acessível à população diretamente atingida pela obra, população esta que até o ano de 1991 era abastecida a geradores a diesel (RAMOS, 2001).

Leilão de Energia e de 60 MW médios ao sócio Alcoa pelo mesmo valor e nas mesmas condições do CCEAR.”⁶⁶.

A retórica do *desenvolvimento* é constantemente apresentada nos jornais da região. As indenizações referentes aos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos, que são **obrigações legais do empreendedor**, são apresentados à população catalana e região como *doações, parcerias e apoio* e não mencionando nos textos jornalísticos que são na verdade **obrigações do empreendedor**. Assim, a SEFAC constrói uma imagem pública de uma empresa preocupada com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das áreas atingidas, fortalecendo a ideologia do desenvolvimento produzido pelas hidrelétricas e deslegitimando a resistência e a luta dos camponeses do Vale do São Marcos.

As informações veiculadas pela empresa sobre a população camponesa não foi diferente. Os informativos distribuídos pelo empreendimento mostravam os atingidos contentes com o processo de indenização, como podemos verificamos na figura 07. Logicamente nem todos os camponeses atingidos pela obra de UHE Serra do Facão eram desfavoráveis a obra, para alguns camponeses como os destacados pela reportagem do InfoSefac Julho/Agosto de 2008, estavam contentes com o processo de indenização e não se posicionavam desfavoráveis a construção da usina.

O programa socioambiental destinado às comunidades atingidas denomina a ação indenizatória e a reterritorialização destas comunidades de **remanejamento das famílias**. Ao nomear a expropriação camponesa de **remanejamento** esvazia-se todo o significado do território, desta forma, esvaziando também o sujeito. Segundo o dicionário Michaelis, remanejar é “Tornar a manejar; Transferir; Redistribuir”, termos que não se adéquam a relação do homem com seu território.

Haesbaert (2004) compreende que nós geógrafos devemos nos preocupar em elucidar, em questionar a dimensão espacial e territorial, visto que, são elementos indissociáveis da condição humana. Assim, “[...] não há como definir indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inserí-los num determinado contexto geográfico, territorial” (HAESBAERT, 2004, 20p.).

⁶⁶ Disponível em: http://www.sefac.com.br/index.php?arq=historico_empreendimento

Figura N°26: Depoimentos de camponeses satisfeitos com o processo de indenização.

Sefac em Ação

Julho/Agosto - 2008

Depoimentos
Programa de Indenização e Remanejamento das Famílias



Dionizio Miguel Pires e Maura Martins Pires - Produtores rurais, moradores da Fazenda Coração, município de Campo Alegre de Goiás

“A vinda da Serra do Facão não foi novidade pra nossa família, há muitos anos já ouviamos falar dessa obra. Eu moro há 58 anos nessa região, porém sei que irei me adaptar em uma outra propriedade. Com o dinheiro da indenização comprei uma nova fazenda e lá darei andamento às minhas atividades, que é a pecuária leiteira e de corte e, também, a agricultura de subsistência. Eu acho que pra todo desenvolvimento, alguém tem que pagar, porque é o progresso que está chegando e a energia é um bem público importante para todo mundo.”



João Valdeci Martins e Nilda de Paula - Produtores rurais, moradores da Fazenda Pires (Buracão), município de Catalão/GO.

“Quando eu fiquei sabendo da construção da usina e que minha propriedade seria atingida eu entrei em depressão, mas com o tempo eu passei a enxergar de uma forma diferente. A vida continua e eu vou dar andamento nos meus projetos e sonhos. A Sefac me indenizou e, eu e minha esposa investimos em imóveis para alugar, futuramente, quero comprar uma nova propriedade rural. Hoje eu entendo a importância dessa obra, porque apesar de ter sido atingido, sei que esse empreendimento irá proporcionar muito benefício para a região e também para o Brasil.”

Fonte: InfoSefac Ano II N°06 Jul/Ago. 06f.

Para Porto Gonçalves (2003)

A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material. É preciso recuperar essa dimensão material sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material (PORTO GONÇALVES, 2003, 13-14p.).

Diante destas contribuições compreendemos que o termo **remanejamento** é um termo descabido para se referir a sujeitos que se encontram territorializados. A tríade território-territorialidade-territorialização não são processo que podem ser fragmentados e analisados em separado. Quando afirmo que o **remanejamento** esvazia o sujeito, é porque ele compreende o *estar* no território como simples lei física, uma ocupação do espaço abstrato, um objeto passível de se **remanejar** para outro espaço. Assim, é a compreensão da lógica

capitalista sobre a territorialização camponesa, ou seja, algo que se pode **remanejar** para desimpedir o caminho da ocupação contínua do território.

O ato de nomear um processo e/ou coisas não é um ato não intencional, quando nomeamos damos substância, características próprias, mas também podemos atribuir novas características e substâncias da forma como nos é conveniente. O **remanejar** esvazia o sentido sociopolítico do processo de expropriação e o re-significa como lhe é conveniente, ou seja, a lógica capitalista que o empreendimento representa é antagônica a lógica de apropriação e uso do território pelo camponês, portanto, quando o capital se refere à população remanejada está se referindo a objetos inanimados que são movidos conforme o interesse do empreendimento, ignorando assim, a luta, a resistência, as paixões e toda a dinâmica material/imaterial que é substância do território-territorialidade-territorialização.

Além dos veículos de comunicação de massa as indústrias eletrointensivas, necessitam para a reafirmação de sua lógica de apropriação dos recursos naturais da certificação científica de suas ações. As universidades, especialmente, as universidades federais⁶⁷, devido seu histórico de pesquisa e a valorização social e científica, são por vezes os alvos dos “investimentos” destas empresas em pesquisas científicas de revalidem a lógica de apropriação dos recursos naturais. A Serra do Facão Energia S.A. representa os interesses das grandes indústrias eletrointensivas no Sudeste Goiano. Faz o uso dos meios de comunicação de massa, como mecanismo de legitimação da ideologia imposta por ela, e desta forma, construindo uma referência de “empresa social e ambientalmente responsável” guardião do progresso econômico para região.

O depoimento abaixo demonstra justamente o descontentamento produzido por este tratamento com as populações atingidas por UHE Serra do Facão.

A gente viu muito aí, nessa barrage aí. Eu e o meu marido comentando aí com umas pessoa, que tinha uma parte de família que nasceu, que veio dos avó, e veio cresceu e a família toda. Essas pessoa, eles num deu assim tanto valor, nessas pessoa. Deu, as vez pra uma **pessoa lá de longe**, sabia que tinha barrage veio. Tinha gente com seis meis que morava e foi bem

⁶⁷ Especificamente sobre a construção de UHE – Serra do Facão, o Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás desenvolve a pesquisa “Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do Reservatório da UHE Serra do Facão” que teve início em 2008 e tem data de termino 2012, em parceria com a Sefac S/A. A participação do NEPSA numa ação junto a Sefac S.A demonstra a diversidade presente na pesquisa dentro das universidades federais, e é fator que contribui positivamente para o debate científico e da contribuição deste para vida social. Até a data de fechamento desta pesquisa, o projeto estava em sua etapa inicial, portanto, com dados preliminares que não possibilitam fazer uma interpretação das conclusões do projeto.

indenizado. E fica rindo de nós assim, fica morreno de achá engraçado. Eu num entendo porquê. Desde que fez o levantamento a empresa sabia quem morava, quem num morava lá. Num sei, se todo mundo que morava lá, nas região antiga mesmo, todo mundo os pai os avós, os filho, os neto, num teve os mesmo benefício, que gente de veio de longe com seus meis. Nem era da região (L. A. S. Entrevistada em maio de 2010)

Percebe que há uma solidariedade para com as *pessoas de dentro*, isto é, famílias que possuíam um passado com a comunidade e com a terra, e um estranhamento com as “*pessoa lá de longe*”. O valor da terra não está somente em suas qualidades de fertilidade, localização ou pelas benfeitorias da propriedade, mas também, pela relação da família e da terra, o tempo de permanência, o vínculo que foi estabelecido, isto é, a história que foi se processando tecida pela família e a terra e construído dialeticamente o território camponês.

A lógica da empresa, não reconhece e não valoriza esta relação do camponês com a sua terra, por isso, os de **fora**, na compreensão da entrevistada, foram mais bem indenizados do que os de **dentro**. O valor da terra para a unidade camponesa não é compatível com a lógica de valorização da empresa, que emprega um valor financeiro, calculável e racionalmente, excluindo desta forma, qualquer referência baseada em outro sistema de valor.

Apesar da construção de UHE Serra do Facão não ter sido impedida pela ação do movimento de resistência, o mesmo produziu efeitos significativos no processo de indenização e na territorialização de outros movimentos camponeses, tais como, o Movimento Camponês Popular – MCP. Segundo os camponeses que foram entrevistados para este trabalho o movimento de resistência foi preponderante para a negociação das indenizações.

J: O senhor acredita que o movimento de resistência dos atingidos influenciou o processo de indenização?

A: Acho que pelo poco que a gente brigô, eu falo que a gente teve conquista. Pa muitas coisa eu acho que deu. Se não tivesse nenhum tipo de organização tinha sido pior. Porque bão num foi, né.

J: O senhor não está contente com a indenização?

A: Não, mas muita gente tá, principalmente os não proprietário.

L: Deu muita revolta na gente, porque igual a minha irmã mesmo ela tinha a terra, cuidô, gastô pra formá a terra e ganhô o mesmo tanto de um arrendatário que num tinha nem um tanto de terra. O sacrifício dela de te a terra, de cuidá da terra num valeu de nada? (A. A. S. e L. A. S. Entrevista em setembro de 2009)

Percebemos que o processo de resistência nos casos que envolvem a construção de usinas hidrelétricas o posicionamento da população na luta pela permanência produz efeitos significativos no processo de indenização. A territorialização dos movimentos de resistência

produz a construção coletiva de experiências entre os camponeses e possibilita, devido a pressão exercida pelo movimento a melhoria das indenizações.

Os re-arranjos produzidos pela monopolização do território pelo capital produzem efeitos materiais e imateriais, forja outras territorialidades e territorializações, desta ordenando o território a seu favor. A expropriação dos camponeses pela UHE Serra do Facão produziu conseqüências para a população atingida diretamente e indiretamente, esta foi a reação local, mas o modelo de desenvolvimento brasileiro produz expropriações em todos os pontos do território nacional. A monopolização do território pelo capital produz expropriações contínuas, mas também, resistências distintas.

4.3.1 Reterritorialização no campo e na cidade: a construção de outra tríade do território-territorialidade-territorialização

Williams (1990) sobre o estudo do campo e da cidade compreende que as duas palavras, são duas palavras poderosas, pois carregam significados que se cristalizaram ao longo do tempo, carregando generalizações e também emoções intensas, formando referências que polarizam os dois espaços, tais como, a cidade como espaço do desenvolvimento, do moderno, do tempo rápido e o campo como o espaço do atraso e do tempo lento. Para o autor a realidade histórica é muito mais diversa do que a definição generalista de campo e cidade, pois estes espaços estão imbricados e abrigam um mosaico de formas.

Compreendo que há uma imbricação de campo e cidade e não uma polarização, um campo que abriga as agroindústrias extremamente tecnificadas orientadas pelo tempo universal, despótico⁶⁸, mas também de um campo mais tradicional como as comunidade camponesas, assim, a variável que constrói este imbricamento, e a sociedade, e a apropriação que se dá do espaço. Se é o espaço geográfico a expressão material da sociedade que o constrói estes diferentes lugares expressam diferentes formas de se apropriar. Neste entendimento, podemos compreender que mesmo um camponês, que expropriado do campo, e

⁶⁸ Segundo Santos (1994) há uma diferenciação significativa entre tempo universal e tempo mundial, este último como realidade concreta não se processaria, visto que, o tempo mundo é abstrato, se processa como relação. Há um tempo global, responsável por temporalidade hierárquicas e conflitantes. Ver Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico –científico-informacional, Editora Hucitec, 1994.

se territorializa na cidade construirá um lugar, um território que apresente as particularidades da identidade camponesa. O fato de sair do espaço rural, como delimitação jurídica e estar no urbano, não imediatamente, descaracteriza sua campesinidade⁶⁹.

Tal como é caso de Dona Divina “Carapina” que apesar de morar na cidade de Catalão (GO) ainda preserva elementos da cultura camponesa no ambiente urbano, como verificamos: o fogão de lenha e a fuligem na parede que indicam realmente o uso, o pilão, o tacho entre outros elementos presentes na cozinha camponesa. Na organização do espaço da casa verificamos outros espaços onde a presença da cultura camponesa se materializa, tais como, nas Figuras N°26, 27, 28 e 29.

Figura N°27: Fogão de lenha em residência de Dona Divina Corinto na cidade de Catalão (GO)



Autor: NAVES, J. C. 25/06/2010

⁶⁹ Ver Marques (2000)

Figura N°27: Horta de verduras, legumes e ervas medicinais na residência de Dona Divina em Catalão (GO)



Autor: NAVES, J. C. em 25/06/2010

Figura N°28: Galinheiro na residência de Dona Divina em Catalão (GO)



NAVES, J. C. em 25/06/2010

Autor:

Figura Nº29: Flores e plantas medicinais na residência de Dona Divina em Catalão (GO)



Autor: NAVES, J. C. em 25/06/2010

Verificamos que, apesar do espaço limitado do lote urbano, Dona Divina, organiza o espaço da casa buscando atender algumas das necessidades da família e desta forma mantendo tradições, como exemplo, a galinha caipira, o canteiro de couve, as ervas usadas para qualquer indisposição, e até a flor plantada na lata de tinta, plantada simplesmente porque é bonita, são elementos significantes, mas não somente transpostos de um local para outro, mas elementos que significam a tentativa de sua nova territorialização, que apresentam elementos que lembram sua antiga casa, tal como, a placa do “Carapina’s Bar” presente no espaço apertado do corredor que virou galinheiro (Figura 24).

Esta tentativa de constituição da nova tríade território-territorialidade-territorialização também se apresenta em outros depoimentos de expropriados por UHE Serra do Facão, que continuaram com uma propriedade no campo, mas devido aos estudos dos filhos compraram uma residência para a família na cidade de Catalão (GO), como verificamos,

Aí eu sonho com volta pra lá de novo. Tem dia que eu fico estressado aqui. Tem dia que me dá aquela agonia, aí eu tenho que í pra roça, vô pra roça. Vô fico lá dois dia e parece que eu aliveio um pouco, sabe. Mas num é fácil, num tá sendo fácil pra mim. Porque eu fui criado na terra e agora cheguei aqui fiquei meio perdido. Tô perdido até, hoje.(A. A. S. Entrevista em abril de 2010).

O processo de desterritorialização é sempre um processo associado ao de reterritorialização, visto que, não há uma sociedade que esteja em suspensão espacial, portanto, a desterritorialidade implica uma reterritorialidade. A dificuldade relatada é uma consequência deste processo. A expropriação camponesa produzida por UHE Serra do Facão produziu o rompimento de uma territorialidade e de uma territorialização específica a um território e forçou um novo início de processo, ou seja, a expropriação territorial produzida força uma nova territorialidade-territorialização.

Se o processo da territorialidade é entendido, como o pertencer a um território que nos pertence (SANTOS, 2006; PORTO – GONÇALVES, 2003) esta relação quando subordinada a um contexto forçado, como é o caso da desterritorialização /reterritorialização de camponeses que forçados a sair de seus territórios, torna-se um processo dolorido e complexo, variando de acordo com a intensidade do vínculo estabelecido do camponês com seu território.

Eu num tava conseguindo mudá pra cá sabe, eu num tava conseguindo mudá pra cá, sabe. A Lucy sempre falando, nós tem que i embora, mas eu não tava conseguindo vim. Eu ficava só adiano sabe. Inclusive eu tinha um contrato com a empresa, esse contrato venceu, fizeram um novo contrato. tornô a vencê e se eles num me roba eu acho que eles tinha tirado eu acho que eles tinha tirado eu, **porque o meu ideal era tê ficado lá e êles iam tê que me tira com a polícia.** Mas parece que eu num sei o que, que acontece. Aí eu me descontrolei tanto e a Lucy já num tava mais lá, aí a gente teve que mudá assim de repente chego lá a casa tinha robado tudo.(A. A. S. Entrevista em abril de 2010).

Além de sofrerem o processo de expropriação os camponeses sofrem com outras consequências resultantes da construção de UHE Serra do Facão, como pudemos verificar na declaração acima. O sentimento de invasão atinge ainda um nível mais elevado, o sofrimento de ser expropriado, retirado de seu núcleo de convívio social e ainda sofrer com as consequências da criminalidade. Verificamos também pela fala que a resistência permanece até os últimos momentos de sair da terra, mais uma vez reforçando a resistência em permanecer em seu território o vínculo que estabelece não é destruído por simples mudança de local, a mudança forçada somente fortalece a resistência e agrava a violência do processo de expropriação.

As construções de usinas produzem efeitos socioeconômicos e ambientais a toda a sociedade, tanto é, que os programas socioambientais exigidas pela Legislação Ambiental prevêm medidas como, programas de educação sexual e saúde, vigilância pública devido as

transformações e o crescimento populacional nas áreas atingidas. Um destes efeitos relatados em entrevistas é o crescimento da violência sofrida pelas populações atingidas,

Nóis foi atingido de todas as forma sabe. Por que a gente nunca tinha sido roubado eles roubô nossos trem tudo, ficamo sem nada. Compramo tudo de novo. Entraro lá quando a gente tava na cidade.

P: Quando foi este roubo?

Entraro lá em casa quando eu vim na cidade, porque no médico eu tinha médico no outro dia de manhã. Ele queria i ai eu disse espera que nois vai junto. Aí quando nois chegamos lá, num tinha nada, tudo que eles podia carregá, que valia um pôco, carregaro. Tudo, televisão, fogão, forno elétrico, minhas santa, os armário que tava cheim de trem, roupa de cama, tudo, tudo, vasilha, comida, sabe, chega em casa e tudo limpo. (L. A. S. Entrevista em Abril de 2010).

Eu acho que nós foi os mais penalizado pelo que aconteceu dessa barrage. Primero que a gente tava assim numa fase de mudança. Daquela transformação que tinha vendido as terra, de repente perde o filho ai a gente tá abalado. De repente acontece de acha um outro cara na nossa casa, de se robado. E ai aquela transformação de mudança de i embora correndo. Num foi fácil não. Ai procê vê tanto que eu gostava da minha casa, depois a gente tem que demoli, te que desmancha a casa toda. Foi assim, uma mudança radical mesmo, pra mim foi uma mudança radical mesmo. Sempre eu falo daria tudo de volta, pra mim voltá pra lá e continuá lá. Que a minha vida uma transformação muito grande, um golpe muito duro. Perdendo tudo, a terra onde a gente viveu muitos ano, não é fácil não pra nois é muito difícil (A. A. S. Entrevista em Abril de 2010).

Em razão da desapropriação e a formação do lago as áreas atingidas mesmo na APP passam a possuírem uma nova territorialidade que entre em conflito com a autonomia do território camponês travando um conflito conseqüente da construção, entre os camponeses que estão passando pelo difícil momento de ser expulso de suas terras e a presença de estranhos nas mesmas, gerando, inclusive, problemas como o relatado, que foi assaltada e teve todos os seus pertences roubados.

Semelhante problema viveu a senhora Divina Corinto. Dona Divina e seus filhos afirmam que o senhor Célio “Carapina”, esposo de Dona Divina foi a primeira vítima da UHE Serra do Facão. A família “Carapina” possuía um bar às margens do rio São Marcos, na antiga Ponte Carapina, Dona Divina conta que, após a notícia da construção da usina, eles não tiveram mais sossego, pois a todo o momento populares curiosos sobre a construção os questionavam sobre a construção, se seriam atingidos? Onde chegaria a água? O que eles iriam fazer? Dona Divina conta que, seu esposo Célio ficou “desacosoado, com aquelas perguntas todas, aquele tanto de gente e falo: “O Divina nós tem é que i embora daqui”⁷⁰.

⁷⁰ D. A. C. entrevista em junho de 2010.

Estas constantes interpelações, segundo Dona Divina levaram seu Célio a um estado de tristeza e desânimo, pois ele e sua família viveram por um longo período naquele mesmo local, e ser “tocado de lá”, como Dona Divina se refere ao processo, foi muito dolorido e sofrido para o senhor Célio, que faleceu logo depois no dia 24 de agosto de 2002, aos 62 anos de idade. Semanas antes de seu falecimento sua esposa conta que, seu esposo e outras lideranças do movimento se reuniram com representantes do Grupo de Empresas Serra do Facão – GEFAC, e discutiu calorosamente com estes, e afirmou a todos os presentes que a barragem iria matá-lo.

Estudos sobre os efeitos de hidrelétricas relatam as conseqüências das construções para a população, antes e após a construção de UHE's. Durante o processo de levantamento e estudos para elaboração do EIA/RIMA de UHE Serra do Facão, os camponeses entrevistados contaram que vários foram os casos de funcionários do GEFAC entrarem nas propriedades sem serem convidados, deixar porteiros abertas, causando problemas para os criadores de gado, entre outros transtornos. Os que permanecem na área após a construção também sofrem com casos de invasão às propriedades que permanecem em torno do lago, constituindo uma territorialidade⁷¹ coletiva sobre aquela área, como aponta o estudo de Assis (2007) sobre as conseqüências do processo de construção de UHE Corumbá. Para os camponeses que permaneceram, a construção impôs uma nova territorialidade. As áreas de APP em volta do lago tornaram-se um tormento para a população camponesa que permaneceu, pois viraram porta de entrada para

baderneiros, e pessoas de fora que aproveitavam para adentrar nas terras dos moradores, causando medo e inquietação. Como conseqüência muitos colocaram correntes e cadeados nas porteiros de acesso, o que foi respondido pelos “turistas” com o corte de cercas, invasões violentas e conflitos de diversas ordens” (ASSIS, 2007, 380f.)

Os efeitos da construção de hidrelétricas, portanto, permanecem na área que ela foi construída. Efeitos estes produzem um novo conflito como o estudado por Assis (2007), isto é, um conflito não diretamente entre a empresa e o camponês, mas resultado da apropriação do território pelo capital.

⁷¹ Entende-se por territorialidade um processo que não necessariamente é concreto, ou seja, pode ocorrer a relação de pertencimento ou sentimentos quanto à determinado território e não necessariamente estar territorializado nele. Assis (2007) compreende que a territorialidade criada em torno do lago de UHE Corumbá é a do espaço de lazer e espaço público.

Outro impacto verificado durante as entrevistas de campo foi a reversão do camponês que migrou para a cidade, de produtor para consumidor. Sobre o impacto da vida na cidade Dona Lucy e Sr. Amarildo me respondem,

L: Ai eu sô muito casera, envolvo assim em arrumá a casa, mais a saudade é muito grande da lida na roça e as férias dos meus menino também, lá na fazenda. A gente alembra de tudo né perco noite de sono. De repente hoje tudo que a gente precisa tem que comprá, biscoito casero num rapidão eu fazia, agora aqui, tudo aqui a gente tem que tê dinheiro. Aqui se ocê fica sem dinheiro se tá morto. Num compra nada. Lá na fazenda, lá não, lá se tinha leite, tinha queijo, eu tinha pouvilho, num instantinho eu fazia um biscoito, cê tinha porco, matava o porco, tinha frango, eu num comprava óleo, num comprava nada, tinha doce. Até gás tem que comprá se acaba se num faiz da nada, lá eu tinha meu fogão de lenha, tinha lenha, lá num tinha dificuldade, se acabace se ia ali e punha lenha.

A: Aqui a gente num consegue ficá sem dinheiro, lá a gente vivia. Podia fica um mês sem dinheiro. Agora aqui num tem como.

L: Eu tava falano hoje tanta coisa que a gente tinha lá na roça que num precisava comprá, e hoje tem que compra e fica muito caro.

J: O custo de vida vocês acham que é maior aqui?

L: Nossa num tem nem comparação. (A.A.S e L. A. S. Entrevista em Abril de 2010)

Além do impacto produzido por uma reterritorialização forçada, há o impacto socioeconômico sobre estas pessoas. Antes produziam o alimento necessário para satisfazer as necessidades da família hoje são consumidores. Tudo o que necessitam para satisfazer as necessidades da família, como alimentação, necessita de ser comprado, na vida na cidade o dinheiro passa a ter centralidade para a sobrevivência do camponês. A fartura e a diversidade de alimentos, como verificamos na pesquisa, que eram característicos da mesa camponesa na cidade é limitada pelo acesso financeiro as estes.

Partindo deste pressuposto, o processo de expropriação produzida por Usinas Hidrelétricas não termina com o recebimento das indenizações, mas perpetua-se, visto que, retira-se os rendimentos materiais e imateriais produzidos da relação do camponês com seu território.

A retirada da convivência em comunidade do camponês, tal como verificamos nas comunidades atingidas por UHE Serra do Facão, são constituídas por laços familiares, de vizinhança e produzem assim um espírito de viver em comunidade. Para a família que acompanhamos nesta pesquisa a vida na cidade traz carrega a desconfiança, contrário a experiência construída na comunidade, “[...] é complicado vive aqui, aqui a gente não pode

confia em ninguém, que você leva calote, já levei calote. Lá não, lá a gente podia fazer o negócio, confia”⁷².

Todos estes efeitos nos levam a compreender o quanto é questionável a energia que move o *desenvolvimento*, visto que, ela é baseada na expropriação camponesa, que sofre com os efeitos deste processo produzindo reterritorializações forçadas e efeitos socioambientais. Diante de todos os efeitos sobre a vida camponesa, sobre o meio ambiente de todas as usinas construídas no Brasil como ainda pode-se usar discurso de uma energia limpa e renovável?

Desta forma, compreendemos que, o processo de expropriação camponesa pela construção de usinas hidrelétricas deixa marcas contínuas. A sociabilidade construída a tempos imemoriais entre famílias, os laços de amizade e parentesco, a relação do camponês com seu território foram substituídas pela tormenta capitalista de apropriação contínua de novos territórios. Verificamos a substituição da diversidade dos elementos característicos das propriedades camponesas, pela monotonia da paisagem do lago de UHE Serra do Facão. Entretanto, os camponeses que se mobilizaram por seus direitos, bem como, colaborares contra o processo de expropriação **saíram da margem**.

Assim, a saída da margem dos camponeses e demais colaborados unidos contra a construção de UHE Serra do Facão simboliza para todos os outros movimentos procedentes um marco na organização de sujeitos coletivos. **A saída da margem é o caminho para um novo tempo mais justo e solidário.**

⁷² A. A. S. Entrevista em Abril de 2010

5 CONCLUSÃO

A epígrafe escolhida por mim é a canção *Sobradinho*, de autoria de Sá e Guarabyra, por apresentar esta violência produzida pela construção de hidrelétricas no Brasil. “*O homem chega, já desfaz a natureza, tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar*” uma violência que como vimos não foi isolada ao caso Sobradinho, mas a todas as hidrelétricas construídas no Brasil que possuem o mesmo traço desapropriador e violento.

Ao longo da elaboração da pesquisa, foram pensados vários títulos, sempre se referindo a mesma problemática, mas através de formas textuais diferentes. Acabei por ficar com a “A questionável *energia* do desenvolvimento: a construção do parque gerador hidrelétrico e a expropriação camponesa”, porque foi um título que elaborei pensando no quanto questionável é causar a quantidade de efeitos socioambientais produzidos pela intensa concentração da matriz elétrica brasileira na fonte hidrelétrica.

Questionável, tal como vimos, pois está orientada para promover as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo. Como verificamos no segundo capítulo, ao longo do século XX nos países de capitalismo periférico, o Estado promoveu os ajustes impostos pelo modo de produção capitalista.

O qual questionável é o discurso do desenvolvimento *limpo e renovável*. Como o modelo de geração de energia por via hidrelétrica pode ser considerado limpo se há casos como o de UHE Balbina no rio Uatumã no estado do Amazonas que emite maior quantidade de CO₂ e de CH₄, que uma termelétrica a carvão, o equivalente a três toneladas de carbono por MW/hora produzido por suas turbinas, de acordo com os estudos do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia - Inpa⁷³.

O caso de mortandade de icitiofauna como verificou-se em UHE Serra do Facão, a falta de respeito com as populações ribeirinhas como foram casos de UHE Tucuruí e UHE Sobradinho, são exemplos que usamos para questionar o engodo da energia limpa e renovável.

É necessário que a Geografia, assuma a quem suas pesquisas servirão, à uma proposta de mudança social ou auxiliarão na manutenção deste estado de coisas. É necessário debater o modelo de geração de energia elétrica no Brasil, pois devemos compreender que

⁷³ Estadão Online “*Usina de Balbina polui mais que termelétrica*”21/07/2007 Disponível em: www.estadao.com/aquivoclipping

todos somos em menor ou maior grau atingidos por este sistema de geração elétrica perverso e expropriador. É necessário rever o sistema e compreender que o sistema não é uma força externa com vontades próprias, mas constituído de indivíduos que se locupletam com a perversidade produzida por este, assim, é o sistema de geração de energia produzido historicamente, portanto, passível de mudança. As UHE's são elementos técnicos, não são elementos perversos por eles mesmos, é perversa a lógica que representa, é perversa a quem a energia produzida por eles servem.

A imposição de *modernizar* foi em realidade, territorializar o modo de produção capitalista em sua fase monopolista no Brasil. A construção de toda uma malha de elementos técnicos necessários para a fluidez do fluxo de capitais, é a infra-estrutura fundamental para o “sucesso” do processo de *modernização do território*, sucesso da “integração” do território nacional.

À medida que o modo de produção se desenvolve carece constantemente de novas frações do território apropriadas, garantindo a reprodução ampliada do capital. O século XX presenciou mais intensamente o conflito estabelecido entre as distintas formas de apropriação do território. Esta marcha modernizante do capital monopolista no território nacional produziu um território manchado.

Manchas de apropriação do território necessárias para a produção para mercado convivendo com formas de apropriação do território para a vida. Segundo Santos (1994) levando em consideração o mosaico formado pela territorialização destes elementos poderíamos verificar a periodicidade do território, a formação de um novo meio geográfico, do meio-técnico-científico-informacional, que seria a expressão geográfica do período de globalização da economia capitalista.

Um novo meio geográfico que redesenha as fronteiras internas do mosaico Brasil. Que expande sua ação apropriadora, esvazia territórios **remaneja suas populações**. A expansão proposta pelo PDE 2008/2017 é uma manifestação desta *tormenta neoliberal*⁷⁴. Com o objetivo de garantir a expansão da capacidade de fornecimento de energia elétrica a baixos custos, amplia o parque hidrelétrico cada vez mais, sem a preocupação socioambiental. Ignora completamente as populações camponesas que sobrevivem da terra. Que lutam e recriam suas re-existências na luta dos movimentos sociais, no campo e na cidade.

Os territórios em disputa são a manifestação da oposição contra a apropriação contínua à produção para o mercado. Uma resistência construída nos espaços dos movimentos

⁷⁴ THOMAZ JÚNIOR, 2008

sociais, na organização de trabalhadores do campo e da cidade que lutam contra o mesmo processo expropriador.

Os efeitos ambientais, a expropriação do campesinato, a precarização/informalização do trabalho, as constantes territorializações e desterritorialização/reterritorializações foram efeitos materiais da lógica de apropriação contínua do território pelo capitalismo, mas também motores para uma re-ação, como verificamos nos movimentos camponeses de luta e de permanência por terra, nos movimentos sindicais, entre outros.

Os fios que unem estes sujeitos são resultados, mas também condição do modo capitalista de produção, pois a miséria e a expropriação de séculos de colonização fornecem as condições de formação destes sujeitos coletivos, que se impõem, objetivando romper com esta *lógica* de sua situação.

Assim, entendo-os como revolucionários contraditoriamente formados dentro do modo capitalista de produção que necessita da condição do sujeito alheio aos meios de produção. Estes sujeitos constroem-se sujeitos, sua história se modifica, sua ação sobre o espaço se altera. Não são **atores** sem a consciência do cenário montado pelo capital, não mais são sujeitos à ação, mas de ação.

Os prejuízos ambientais e a expropriação produzida por usinas hidrelétricas, não são causa, mas a expressão material do conflito entre a apropriação territorial contínua do capital e nesse movimento produz a expropriação e a afirmação da desigualdade e da perversidade do sistema.

As expropriações produzidas por hidrelétricas são assim a manifestação de um processo maior. Processo que expropria no campo e na cidade, que manifesta-se, não somente na expropriação óbvia, como caso de UHE Serra do Facão, mas também na imposição constante de novas territorialização ao trabalhador, na desposseção constante, na precarização imediata. Todos estes processos estão articulados a um momento vivido pelo modo capitalista de produção.

A conclusão construída é que não há e nunca houve um caso de expropriação produzido por usinas, mas um processo maior que está arraigado da própria essência do modo capitalista de produção, pois este sempre foi uma força expropriadora. É necessário entender que as expropriações produzidas por ele não são isoladas, mas unidas pela própria força de constante manutenção das condições de reprodução do capital.

Contudo, as crescentes mobilizações de movimentos sociais em toda a América Latina e a união dos mesmos mostram uma outra perspectiva, uma outra possibilidade. É possível pensar e realizar uma sociedade socialmente justa. Os camponeses de UHE Serra do

Facção, tal como, de outros processos de expropriação motivaram a saída da margem, acreditaram na **possibilidade**.

Este contexto coloca a geograficidade dos processos à nossa análise. A disputa por territórios é a expressão material da dinâmica produzida por este momento do capitalismo, não que ela não ocorresse em outras fases, mas é, que nesta é inegável sua intensificação colocando os limites teóricos e conceituais da Geografia, e das demais ciências sociais a prova. Talvez esta seja a razão de pesquisadores de outras áreas venham recorrendo aos estudos da Ciência Geográfica na tentativa de entender as dinâmicas que se processam no contexto histórico atual.

O trabalho buscou fugir do aspecto descritivo e narrativo do processo de expropriação, deixemos isso para aqueles preocupados em apenas narrar e não se envolver, deixemos para aqueles que ainda pensam e fazem uma ciência dessensibilizada e alheia. Penso que a Geografia tem a possibilidade de propor e refletir sobre o contraditório e trabalhar com aqueles que buscam uma sociedade socialmente mais justa. Espera-se que de alguma forma as análises feitas neste trabalho venham a contribuir positivamente para o crescimento do conhecimento sobre este momento histórico que vivemos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. de As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80, In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº 50, 2007, 60-79p.

ALVES, J. M. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização**. 2005, f. 288 (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas/Unicamp.

ALVES, S. A.; MESQUITA, H. A. de Memórias, Espacialidade e História dos Moradores do Vale do Rio São Marcos: vozes dos atingidos pela barragem Serra do Facão. In: **I Encontro de Barragens e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro (RJ), junho de 2005, IPPUR/UFRJ, 1-19p.

AMBIENTE BRASIL **Apesar das críticas, licenciamento ambiental bate recorde em 2006**. <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=29441> acesso em: 09 de fevereiro de 2009.

ANDRADE, M. C. Produção de energia e modernização do vale do São Francisco, IN: **Revista De Economia Política**, Nº 01, Vol. 04, Jan-Mar, 1984 43-55p.

ASSIS, L. G. **ÀS MARGENS DA UHE CORUMBÁ IV , GOIÁS, BRASIL: desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades**. 2007, f. 319 (Dissertação em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília/UNB.

ANEEL, **Atlas da Energia Elétrica do Brasil**, 2ª Ed, 2009, Disponível em: www.aneel.gov.br Acesso em: 23/09/2009.

APEGO, **Associação dos Pescadores Esportivos do Estado de Goiás**, Ação Civil Pública 09 de setembro de 2003.

AGMARN, Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais. **Parecer Técnico de Nº02/2002** DE. 03f.

BANCO CENTRAL, **Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômica 1950-1988, Demográficas e Sociais**, 2ª Ed. Vol 03, Rio de Janeiro, 1990

BANCO MUNDIAL, **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma Contribuição para o Debate**. Volume I: Relatório Síntese No. 40995-BR, 2008, 34p.

BNDES. Privatizações no Brasil 1991/1999. Secretaria Geral de Apoio à Desestatização, BNDES, 1999. Org. BÉRZIN, Ivan. In: **Banco Central, Investimento Exterior Direto – IED** Disponível em: www.bc.gov.br

BARBOSA, A. de F. Os Investimentos das Multinacionais no Brasil: panorama histórico, tendências recentes e o desafio do desenvolvimento com promoção de direitos. São Paulo: **Observatório Social**, out-2005. Acesso em: 11 de novembro de 2009, as 22:30. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/ied-br.pdf>

BASTOS, P. P. Z A construção do nacional desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a interação entre Estado e mercado nos setores de base In: **REVISTA ECONOMIA**, Brasília: Selecta, N°04, Vol 07, Dez. 2006, 239-275p.

BENKO, G. **ECONOMIA, ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996, 266p.

BERMANN, C. Indústrias Eletrointensivas e Autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público. In: **Estudos Especiais**. São Paulo, 2003, Disponível em: www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos_Especiais. Acesso em: 12 de abril de 2009.

BERMANN, C. **Energia no Brasil: para que? Para quem? Crises e alternativas para um país sustentável**. 2ª Ed. Editora: Fase. São Paulo, 2001, 145p.

BIG/ANEEL, **Banco de dados de geração de energia elétrica**. Disponível em: www.aneel.gov.br

BNDES, Relatório Gerencial Trimestral do Departamento de Recursos Institucionais Interno. **BNDES**, Rio de Janeiro, Abril de 2010. Disponível em: www.bndes.gov.br

BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. In: **Terra Livre**, São Paulo. V. 02, N° 21, jul/dez de 2003.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**, São Paulo: Anablume, 2003.

BOSI, E. **MEMÓRIA E SOCIEDADE. Lembrança de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, 483p.

BORON, A. A. (Org.) **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. São Paulo: Clacso, 2004, 208p.

BRANCO, A. M. As concessões de serviços públicos no Brasil. In: **POLÍTICA ENERGÉTICA E CRISE DE DESENVOLVIMENTO: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz & Terra, 2002, 249-286p.

BRANCO, A. M. (org.) **Política Energética e Crise de Desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco**, São Paulo: Paz e Terra, 2002, 285p.

BRANCO, C. **Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 136p.

BRANDÃO, C. **TERRITÓRIOS & DESENVOLVIMENTO: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007, 238p.

BRANDÃO, C. R. **Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular**. 2ªEd. São Paulo, Brasiliense, 1986, 306p.

BRASIL, Congresso Nacional **LEI Nº 9.433, DE 08 DE JANEIRO DE 1997 Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de 13 de março de 1990**. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/9433-97.htm>

BRASIL, **Presidência da República, Medida Provisória 2.147 Instalação da Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica**, de 15 de maio de 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL, **Presidência da República, Lei Nº 9.427 Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica**, em 26 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL, Lei Nº 8.987 Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da **Constituição Federal de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL, **Programa de Aceleração do Crescimento, 2007-2010**. Infra-estrutura Energética. Disponível em: www.brasil.gov.br/pac

BRASIL, **Empresa de Pesquisa Energética. Programa de Desenvolvimento Energético 2008-2017**. Disponível em: www.epe.gov.br Acesso em: 09/02/2010

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**, São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CASTELLS. M. **O poder da identidade: A era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 02, 2001 418p.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL, **Panorama do setor de energia no Brasil**. Rio de Janeiro: **CMEB**, 1988, 333p.

CHAVES, M. R. **Descentralização da Política de Meio Ambiente no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia).

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados**, Nº09, 1995, 71-84p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina** . Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 343p.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital, natureza e papel das finanças e mecanismos de “balcanização” dos países com recursos ambicionados. In: **DINÂMICA DO CAPITALISMO PÓS-GUERRA FRIA: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. (org.) LIMA, M. C. São Paulo: UNESP, 2008 17-40p.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. (Tradução: Silvana Finzi Fóa) São Paulo: Xamá, 1996, 335p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, **Conflitos no Campo**, 2008 , Org. Canuto, A.; Luz, C. R. da S.; Afonso, J. L. B. G.; Madalena, M. Goiânia: **Comissão Pastoral da Terra – CPT**, 2008, 260p.

CONAMA, RESOLUÇÃO Nº 01 DE 23 DE JANEIRO DE 1986. Estabelece os requisitos e condições para o desenvolvimento de **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental**.

CORSI, F. L. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CORSI, L. F. Política econômica e nacionalismo no estado novo. In: **HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Szmrecányi, T.; Suzigan, W. (Org). São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp, 2002, 2ªEd. 299p.

COSTA, H. B. Um depoimento histórico de Catullo Branco, In: **POLÍTICA ENERGÉTICA E CRISE DE DESENVOLVIMENTO: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz & Terra, 2002, 43-80p.

DEDECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 213p.

DELESPOSTE, A. G. **Ameaçados pela Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira da Providência - MG: Identidade territorial e redes sociais como elementos de resistência**. 2008, 81f. Monografia. (Curso de Geografia) Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 3ªEd. 2000, 161p.

DINIZ, J. S. MESQUITA, H. A. A desconstrução dos mitos barrageiros através dos meios de comunicação de massa: uma experiência do movimento dos atingidos pala barragem Serra do

Facção. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005

EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Serra do Facção e Relatório de Impacto Ambiental da UHE – Serra do Facção, Catalão (GO), **Biodinâmica Estudos**. p.237.

ESTRELA, E. da S. Fazeres E Saberes Dos Beraderos Sanfranciscanos Da Região De Sobradinho Antes Da Construção Da Represa (1973-1977) In: ANAIS do **III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade** – ST 11: Poder, Culturas, Conflitos e Violência no campo brasileiro. Caetité – BA, 2006 1-17p.

ESTRELA, E. da S. A Resistência Dos Moradores De Canabrava E Da Aldeia Vargem Alegre Ao Projeto De Colonização Especial De Serra Do Ramalho-BA In: ANAIS do **III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade** : Poder, Culturas, Conflitos e Violência no campo brasileiro. Caetité – BA, 2006 1-17p.

FARIA, H. C. **O BNDES e a privatização dos usos do território brasileiro**. Dissertação, 2008, 142f. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**, 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Pós-Graduação em Geografia Strictu Sensu, Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

FERNANDES, B. M MARTIN, J. Y. **Movimento socioterritorial e “globalização”:** algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M Movimento Social como Categoria Geográfica. In **Revista Terra Livre nº 15**. São Paulo: AGB, 2000, p. 59-85.

FERNANDES, B. M. (Org.) . **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 424 p.

FERNANDES, B. M. (Org.) ; MARQUES, M. I. (Org.) ; SUZUKI, J. C. (Org.) . **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 382 p.

FERNANDES, B. M. Entrado no território dos territórios, In: **Campesinato e Território em Disputa**. Paulino, E. T.; Fabrini, J. E. (org's) São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, 273-302p. (Coleção Geografia em Movimento).

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Zahar, 3º Ed. 1983, 157p.

FONSECA, P. C. D. **VARGAS: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989, 483p.

FORTES, J. C. A “DESREFORMA” AGRÁRIA: as usinas hidrelétricas. **CMI Brasil**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446773.shtml> acesso em 22/06/09.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Petrópolis: Paz e Terra Editora. 1974. 177p.

GEFAC, **Cadastro físico-territorial e socioeconômico. AHE – Serra do Facão: famílias residentes**. Dez, 2002, 110p.

GERMANI, G. I. **Expropriados. terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: ULBRA, 2003, 278p.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 4º Ed., 2004, 383p.

GOHN, M. da G. **Os sem-terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 3ºEd. 2003, 171p.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GZYBOWISKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes. 1987.

HAESBAERT, R **O mito da desterritorialização**. São Paulo. Bertrand Brasil, 2004, 400p.

HAESBAERT, R **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2ºEd. 2006, 173p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 253p.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005, 197p.

HOBBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, 182p.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 274p.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986, 316p.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971, 222p.

INFOSEFAC, Informativo Serra do Facão, Ano I, Vol I, Nº 01. **Serra do Facão S.A.**, Ano 2007

INFOSEFAC, Informativo Serra do Facão, Ano II, Vol I, Nº 06. **Serra do Facão S.A.**, Ano 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - IBAMA, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 065, 13/04/05 – **Regulamentação de Licenciamentos Ambientais para Usinas Hidrelétricas**. www.ibama.gov.br/normativas acesso em: 22/06/09.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990

JORNAL DO BRASIL, edição de 29 de Janeiro. In: **Hemeroteca On-line da Fundação do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo** Disponível em: www.infoener.iee.usp.br

JOURDAN, M. M. **Uma Luz Sobre o Ciclo Privado-Público-Privado: em 80 anos pela análise de taxa de retorno**. 2006, 223f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) Escola de Pós Graduação em Economia. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LANDI, M. **A energia elétrica e as políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro de 1934-2005**. 2006, 219f. Tese (Doutorado em Energia) Faculdade de Economia e Administração / Instituto de Eletrotécnica e Energia / Instituto de Física. Universidade de São Paulo: São Paulo.

LEFF, E. CULTURA, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE: pulsão ao gasto e entropia social. In: **RACIONALIDADE AMBIENTAL: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 403-435p.

LEITE, A. D. **A energia do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus & Elsevier, 2007, 658p.

LEOPOLDI, M. A. O difícil caminho do meio: Estado, Burguesia Industrial e Industrialização no Segundo Governo Vargas (1950-1954) In: **HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Szmrecányi, T.; Suzigan, W. (Org). São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp, 2002, 2ªEd. 31-80p.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: **A DIFÍCIL SUSTENTABILIDADE: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamod, 2001, 86-108p.

LORENZI, S. Usina de Serra do Facão tem ágio record. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 28/09/2001, Disponível em: <http://indexet.investmentosenoticias.com.br/>

LUXEMBURGO, R.– **A acumulação do capital**, São Paulo, Abril Cultural 1985 (Os Economistas)

MALAGUTI, M. L.; CARACNHOLO, M. D.; CARCANHOLO, R. D. (Org.) **A quem pertence o amanhã?**São Paulo: Loyola, 1997, 261p.

MALVEZZI, R. A água em conflito. In: **Conflitos no Campo**, 2008 , Org. Canuto, A.; Luz, C. R. da S.; Afonso, J. L. B. G.; Madalena, M. Goiânia: **Comissão Pastoral da Terra – CPT**, 2008. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>

MALVEZZI, R. Hidronegócio. In **III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra**. 14 a18 julho de 2005. Goiás, p 31 a 36.

MALVEZZI, R. Quando a água é o conflito. In: **Conflitos no Campo**, 2007 , Org. Canuto, A.; Luz, C. R. da S.; Afonso, J. L. B. G.; Madalena, M. Goiânia: **Comissão Pastoral da Terra – CPT**, 2007, 100-101p.

MARQUES, M, I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e

MARQUES, M. I. M. . Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 49-78.

MARQUES, M. I. M. . **De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**. , 2000. 250 p.

MARQUES, M. I. M. . **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. , 1994. 153 p.

MARTIN, J, Y. A geograficidade dos movimentos sociais. IN: **Caderno Prudentino de Geografia**. Nº 19/20, p. 26-41, Nov. 1997.

MARTINS, J. S. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec. 1989.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1986.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

MEDEIROS, M, A trajetória do welfare state no Brasil: o papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930-1990. In: **Texto para Discussão N° 852**, IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2001, 27p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MESQUITA, H. A. . **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MESQUITA, H. A. . O AGRO-HIDRO-NEGÓCIO NO CERRADO GOIANO: a construção das (re)existências. In: I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e **II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador (BA)**. Anais em CD-Room do I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens. Salvador (BA), 2007. p. 1-15.

MESQUITA, H. A. **A trajetória de incertezas da população atingida por barragens: o exemplo da barragem de Serra do Facão – rio São Marcos Sudeste de Goiás**. In: X Encontro Regional de Geografia – EREGEO, 2007, Catalão (GO). Anais em CD-Rom do X Encontro Regional de Geografia: Abordagens Geográficas do Cerrado: paisagem e diversidades, 2007, 06-09 de setembro, 2007.

MESQUITA, H. A. ; VAZ, J. L. . **Alguns impactos advindos da implantação da agricultura modernizada no chapadão de Santo Antônio do Rio Verde**- Catalão, Goiás. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia/GO. Anais do VI CBG, 2004

MESQUITA, H. A. **A luta dos camponeses do Vale do Rio São Marcos contra a barragem de Serra do Facão**. Documentário, Catalão (GO) 2003, 45 min.

MESQUITA, H. A. de **A modernização da agricultura: um caso em Catalão –Goiás**. Dissertação de Mestrado, 1996, 145f. (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MESQUITA, H. A. de **AS BARRAGENS PARA AHE: A MAIS RECENTE AMEAÇA AO CERRADO** In: Anais do **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Gramado (RS)**, novembro de 2004. 365-275p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, **Informação Técnica Nº185/2004 de 28 de outubro de 2004**, 4º CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO: meio ambiente e patrimônio cultural. Brasília – DF. 74p.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e a atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba**. 502f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MIRANDA, S. P. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no Discurso do Governador Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. 2006, 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAIS, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo. Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. Política e Técnica Neste Final de Século. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Nº12, Jan-Dez de 1992, 29-44p.

MONOSOWSKI, E. O sertão vai virar mar: avaliação e gestão ambiental na barragem de Tucuruí, Amazônia. In: **Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul**, Org. Müller-Plantenberg, C.; AB'SABES, A. São Paulo: EDUSP, 2002, 571p.

MOTTA, A. M. **O pólo sindical do submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda**. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2008

MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Convocatório para o Dia Internacional de Luta contra Barragens, pelos rios, pela água e pela vida**. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/noticias/060309_14marco.html acesso em 22/06/09.

MÜLLER – PLANTENBERG, C.; AB'SABER, A. N. (Org.) **Previsão de impactos: o estudo ambiental do Leste, Oeste e Sul. Experiências Brasil, Rússia e Alemanha**. São Paulo: Edusp, 2002, 573p.

NAVES, J. C., MESQUITA, H. A. A "Energia" Do Desenvolvimento O Custo Socioambiental Da Implantação De Hidrelétricas In: **VI Congresso De Pesquisa E Ensino Extensão**, 2009, GOIÂNIA. ANAIS DO VI CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EXTENSÃO. , 2009. p.7116 - 7120

NAVES, J. C., MESQUITA, H. A. A expulsão camponesa pelo agrohidronegócio: o caso de UHE -

Serra do Facão em Catalão (GO) In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária: formações e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo**, 2009, São Paulo. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária: formações e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo. , 2009. v.1. p.1 - 32

NAVES, J. C., MESQUITA, H. A. Luz E "Progresso": Políticas De Produção De Energia Hidrelétrica No Brasil No Século XX In: **II SIMGEO - Simpósio De Geografia Do Campus Catalão**, 2009, Catalão. ANAIS DO II SIMGEO. , 2009.

NAVES, J. C., MESQUITA, H. A Reterritorialidade Camponesa: O Processo De Reterritorialidade Dos Atíngidos Por UHE-Serra Do Facão Em Catalão (GO) In: **VIII Encontro Nacional Da Anpege**, 2009, Curitiba. Anais Cd -VIII Encontro Nacional Da Anpege, 2009.

NAVES, J. C., MESQUITA, H. A Entre a Territorialidade e a Desterritorialidade: implicações culturais e sociais da perda dos territórios e o processo de reterritorialização dos atingidos por UHE - Serra do Facão no Sudeste Goiano In: **I Seminário Regional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (Centro Oeste e Triângulo Mineiro)**, 2008, Goiânia. I Seminário Regional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (Centro Oeste e Triângulo Mineiro). Goiânia: UFG, 2008. v.1. p.1 - 15

NAVES, J. C.O Processo De Renovação Da Categoria Território Na Ciência Geográfica In: **IV SEPEC - Simpósio De Ensino, Pesquisa E Extensão E Cultura Do Campus Catalão: Educação Ambiental, Cultura E Cidadania**, 2008, Catalão. Iv Sepec - Simposio De Ensino, Pesquisa E Extensão E Cultura Do Campus Catalão: Educação Ambiental, Cultura E Cidadania. Catalão: , 2008.

OLIVEIRA, A. U de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In **Terra Livre Nº 21** AGB, 2003, p.13 a 156.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: contexto. 1997

OLIVEIRA, A. U. . A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001

OLIVEIRA, A. U. . **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia camponesa**. São Paulo: Unesp, 2007, 428p.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: editora expressão popular. 2008, 495p.

PAULO, D. A. de. Na Contramão Da Utopia: a memória da destruição da cidade de São João Marcos, In: **Revista de História Regional** Nº 01, 1996, 41-56p.

PEREIRA, M. H. **As ONGS como mediação político-jurídica socioambiental ante o processo emancipatório das comunidades**. Tese 319f. (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas Sociais E Institucionais Na Implantação De Hidrelétricas: Seleção De Casos Recentes No Brasil E Casos Relevantes Em Outros Países**. 2007, 220f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.

PIQUET R. A reestruturação da economia brasileira: desnacionalização e desemprego. In: El rostro urbano de América Latina. Ana Clara Torres Ribeiro. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, Argentina. 2004, 144-160p.

PIRES, M. O. Programas Agrícolas de Ocupação do Cerrado. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Vol. 03, Nº01, Jan/Dez de 2000, 111-121p.

PÓLO SINDICAL DO SUBÚMIDO DO SÃO FRANCISCO – PSSSF, **Carta De Solicitação De Inspeção Do Projeto Caraíbas Do Pólo Sindical Do Submédio Do São Francisco Ao Banco Internacional De Reconstrução E Desenvolvimento - Banco Mundial**. Disponível em: www.siteresources.worldbank.org

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros de Três Lagoas**. Vol I, Nº03 Ano 03, maio de 2003. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/index.htm> último acesso em 12/03/2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. 2003. Disponível em www.cibergeoagbnacional.com.br – Acesso em janeiro de 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 8, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Àtica, 1993, 266p.

RAMOS, H. de C. **Tropas e boiadas**. Goiânia: Fundação Pedro Ludovico, 8ªEd. 1998, 167p.

RAMOS, S. M. F. G. UHE Tucuruí: Conflitos Socioambientais. In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 190-207p.

REGO, E. E. **Usinas Hidrelétricas “Botox”: aspectos regulatórios e financeiros dos leilões de energia**. Dissertação 2007 207f. (Mestrado em Energia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Instituto de Eletrotécnica e Energia, São Paulo

REVISTA VEJA. Edição 1700, Ano Nº64 – Nº29 de 16 de maio de 2001. Disponível em: www.veja.com.br/arquivo acesso em 14 de fevereiro de 2010 às 22:10.

RIBEIRO, A. C. T. Outros Territórios. Outros Mapas. In: **Revista Eletrônica – OSAL**. Ano VI Nº 16 ENERO-ABRIL 2005 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>

RIBEIRO, A. M. M. **O Pólo Sindical Do Submédio São Francisco: Das Lutas Por Reassentamento À Incorporação Do Cultivo De Maconha Na Agenda**. Tese, 2008, 257 f. (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Ed. Record, 2004, 473p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e espaço/razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: Edusp, 2005, 175p. (Coleção Milton Santos, nº07).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec. 1997

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo. Edusp 3ª Edição 2007.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. Ed. Hucitec, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo - globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2007, 97p. (Coleção Milton Santos Nº05).

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. Org. Seabra. O. Arroyo. M. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território: globalização e fragmentação**. Org. Santos, M.; Souza, M. A. de; Silveira, M. L. 5 Ed. São Paulo: Hucitec, 2006, 15-20p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 200p. (Coleção Geografia em Movimento)

SAUER, I. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In: **POLÍTICA ENERGÉTICA E CRISE DE DESENVOLVIMENTO: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz & Terra, 2002, 117-126p.

SEVÁ FILHO, O. **A era final das grandes represas e transposições entre bacias fluviais: assumir e aliviar os passivos existentes, restringir e cancelar projetos**. Fortaleza, 2005.

SHANIN, T. (Org.). **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo** (Rusia 1910-1923). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão Marxista. **Estudos Cebrap**: Petrópolis, n. 26. 1980.

SILVA, E. M. da & GUIOMAR, G. I. Os Que Não Foram E Os Que Voltaram: A Rejeição Ao Pec/Serra Do Ramalho Como Resistência Camponesa A Sobradinho. In: **Anais Do IV Simpósio Internacional De Geografia Agrária**, Niterói – RJ, 2009.

SINGER, P. (1975). O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1888-1930”.In: FAUSTO,B. (cord). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo, Difel (tomo III, volume 1). p.343-390.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2º Ed. 1993, 323p.

SOROS, G. **A era da insegurança: as conseqüências da guerra contra o terrorismo**. São Paulo: Campus Editora, 2007, 193p.

SZMRECSÁNYI, T. “A era dos trustes e cartéis”. In: **História e Energia**. São Paulo, n. 1, p. 6-20, mai. 1986.

THOMAZ JUNIOR, A . ; OLIVEIRA, A. M. S. ; MENDONÇA, M. R. ; RIBEIRO, J. C. ; GONCALVES, M. A. . A Urdidura Do Capital E Do Trabalho Nas Áreas De Cerrado. In: Antonio Thomaz Junior; Ana Maria Soares de Oliveira; Marcelino Andrade Gonçalves. (Org.). **Geografia e Trabalho No Século XXI**. 1ª ed. Presidente Prudente - SP: Editorial Centelha, 2007, v. v. 3, p. 84-106.

THOMAZ JÚNIOR, A . Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: Antonio Thomaz Júnior; Marcelo Dornelis Carvalhal; Terezinha Brumatti Carvalhal. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. 1 ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006, v. 2, p. 130-167

THOMAZ JÚNIOR, A . Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campepinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 327-352.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WARREN, I. S. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005, 140p.

WORLD COMMISSION ON DAMS – WCD, **DAMSN AND DEVELOPMENTS: a new framework for decision – making**. USA: Earthscan, 2001, 347p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A Insustentável Leveza Da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Autêntica: Belo Horizonte: MG. 2005, 288p.

ZHOURI, A. **Parecer sobre informações complementares ao EIA/RIMA da UHE Murta**. Belo Horizonte: UFMG, 2002

WOORTMANN, K. A. A. W. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: **Coletânea de Palestras do 1º Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar**. Universidade Federal de Brasília, 20 a 23 de outubro de 2004, 316p.

WOORTMANN, K. Cum parente não se negueia O campepinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília, Editora UNB/ Tempo. Brasileiro, 1987

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990

Sítios Consultados

www.albras.com
www.alcoa.com
www.ana.gov.br
www.aneel.gov.br
www.bc.gov.br
www.btdn.mec.br
www.cemig.com.br/
www.chesf.gov.br
www.conama.mma.gov.br
www.cptnacional.org.br
www.dams.org.com
www.duke-energy.com.br/
www.ecodebate.gov.br
www.eletronbras.gov.br
www.funai.gov.br
www.furnas.com.br
www.historia.uff.br/labhoi
www.ibge.gov.br
www.incra.gov.br
www.light.com.br
www.mab.gov.br
www.mma.gov.br
www.mme.gov.br
www.ons.gov.br
www.periodicos.capes.gov.br
www.plenario.gov.br
www.sefac.gov.br
www.senado.gov.br